UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
MESTRADO EM HISTÓRIA

SANTA ISABEL DO PARAGUASSÚ: CIDADE, GARIMPO E ESCRAVIDÃO NAS LAVRAS DIAMANTINAS, SÉCULO XIX

MARIA CRISTINA DANTAS PINA

Salvador, abril de 2000

MESTRADO EM HISTÓRIA
FFCH - UFBA
BIBLIOTECA
N.º do TOMBO 10.253

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
MESTRADO EM HISTÓRIA

SANTA ISABEL DO PARAGUASSÚ: CIDADE, GARIMPO E ESCRAVIDÃO NAS LAVRAS DIAMANTINAS, SÉCULO XIX

MARIA CRISTINA DANTAS PINA

Salvador, abril de 2000

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
MESTRADO EM HISTÓRIA

SANTA ISABEL DO PARAGUASSÚ: CIDADE, GARIMPO E ESCRAVIDÃO NAS LAVRAS DIAMANTINAS, SÉCULO XIX

MARIA CRISTINA DANTAS PINA

Dissertação apresentada ao Mestrado em História Social, da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Ubiratan Castro de Araújo

Salvador, abril de 2000

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
MESTRADO EM HISTÓRIA

SANTA ISABEL DO PARAGUASSÚ: CIDADE, GARIMPO E ESCRAVIDÃO NAS LAVRAS DIAMANTINAS, SÉCULO XIX

MARIA CRISTINA DANTAS PINA

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Ubiratan Castro de Araújo
(ORIENTADOR)

Prof. Dr. Marcos Paraguaçu de Arruda Câmara
(EXAMINADOR)

Prof. Mestre Erivaldo Fagundes Neves
(EXAMINADOR)

Salvador, abril de 2000

Para Gil, pelo aprendizado diário de amar e compartilhar a vida e por sua sabedoria em resolver os meus desejos, angústias e medo;

para Voinha por me encantar com seus "casos" sobre as Lavras Diamantinas, e viva permanece nesta História;

para Mainha por sua persistência e força ensinando-me que é possível a realização dos sonhos.

AGRADECIMENTOS

No final de uma tarefa como essa é difícil se sentir só. O resultado é certamente de minha responsabilidade, mas a construção do trabalho como um todo foi coletiva. Muitos me ajudaram a chegar até aqui, sinto-me profundamente agradecida. Mesmo correndo o risco de não lembrar de todos, destacarei alguns nomes imprescindíveis.

A primeira lembrança certamente é da família: Mainha, em especial, realizou seu sonho através do meu, muitas vezes à custa de renúncias e sacrifícios; Dico, Rogério, Íris, Marcinho, Carlos Alberto, Linda, Larissa e Iuri conviveram de perto com o meu *stress* e tiveram paciência animando-me a continuar. De longe, mas também presente, estava Bal, Pininha, Vânia, Marcinha, Mariana e Ivan torcendo por mim, são todos diamantes preciosos que tornam meu dia a dia mais alegre. Como se não bastasse, no meio dessa caminhada fui absorvida por mais uma família: Tia Dejinha, D. Simária, Gilsely, Gilsy, Jaciara, Gildeon e Yves acolheram-me com muito carinho, fortaleceram a corrente de incentivo e de apoio. Sem esse ambiente dificilmente teria conseguido chegar até aqui.

Além da família, os amigos estavam sempre presentes. Em especial Emília, parceira de sonhos e projetos participou do trabalho passo a passo, e Coelho que com suas leituras me ajudou a confiar mais no que estava fazendo, além da sempre e disponível presença amiga.

Muitos outros: João, Célia, Euríala, Márcia, Antonieta, Zé Augusto, Carlos, Antonia, Celeste, Valter, Zé Carlos e Godi, parceiros ao longo da caminhada, ora lendo, ora incentivando, ora indicando fontes, ora dividindo angústias, ora simplesmente ouvindo.

Em especial também foi a presença de Erivaldo Neves, quem, desde o início da idéia do projeto mostrou-me a viabilidade deste, indicando fontes, emprestando livros, discutindo a importância dos estudos locais. Aprendi muito com sua solidariedade de pesquisador.

Ao Professor Marcos Paraguassú e a Carolina pela rica experiência nas disciplinas junto ao Mestrado de Arquitetura e Urbanismo, suas discussões certamente melhor qualificaram meu olhar sobre as Lavras.

Agradeço a Bira pela orientação, pelas provocações, pelo incentivo, pela amizade e por acreditar na minha idéia desde o início.

Aos professores do Mestrado pelas sementes que plantaram, em especial Cândido da Costa e Silva. A Marina pelos assíduos sorrisos e pela sua constante presteza em nos ajudar na biblioteca.

Aos funcionários dos arquivos onde pesquisei, Maura em Rio de Contas e Neidinha em Mucugê em especial o meu carinho pela dedicação e competência na indicação de documentos.

Ao outro pedaço de família, muito querido, que tenho em Mucugê: Candinha, filhos, netas, genros e noras pelo apoio irrestrito, o carinho e aconchego sempre que preciso.

Aos trabalhadores em geral, por sustentar o programa de Bolsas da Capes, sem a qual não seria possível a realização dessa pesquisa.

Por fim, agradeço a Gildásio, pessoa que mais de perto viu esse trabalho ser gerado, cobrando, incentivando, acreditando e enchendo de conforto os momentos de desânimo. Que, mais que companheiro, é um professor na arte de viver.

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES 7

LISTA DE QUADROS 8

LISTA DE ABREVIATURAS 9

RESUMO 10

ABSTRACT 11

INTRODUÇÃO 12

CAPÍTULO I - O SERTÃO DAS LAVRAS: UMA CONSTRUÇÃO HISTÓRICO-GEOGRÁFICA 18

O Meio Geográfico, a Sociedade e o Homem: a paisagem sertaneja 19

As Lavras Diamantinas e as regiões econômicas 35

Os olhares contemporâneos 38

CAPÍTULO II – AVENTURA, TRABALHO E DIAMANTE: A VILA DE SANTA ISABEL DO PARAGUASSÚ 44

O Garimpo de Diamantes 55

A vila de santa Isabel 69

CAPÍTULO III – OS NEGROS DO DIAMANTE: ESCRAVIDÃO NO SERTÃO DAS LAVRAS 78

CONSIDERAÇÕES FINAIS 98

RELAÇÃO DE FONTES 102

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA 103

GLOSSÁRIO 109

ANEXOS 110

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1 – Mapa do Estado da Bahia

Mapa 2 – Mapa da Chapada Diamantina Histórica

Mapa 3 – Divisão Territorial e Administrativa da Bahia – 1889

Mapa 4 – Estado da Bahia – Municípios produtores de diamante 1850-1889

Mapa 5 – Entrada Gabriel Soares de Caça ao Índio 1675 – Rio Paraguaçu / Chapada Diamantina

Mapa 6 – Descoberta de Diamante em Mucugê 1844 – percurso de José Pereira do Prado

Mapa 7 – Viagem de Teodoro Sampaio pela Chapada Diamantina 1879

Mapa 8 – Território das Fazendas – Vila de Santa Isabel do Paraguassú

Mapa 9 – Território dos Garimpos – Vila de Santa Isabel do Paraguassú

Mapa 10 – Vista parcial da cidade de Mucugê – antiga vila de Santa Isabel do Paraguassú

LISTA DE QUADROS E GRÁFICOS

QUADRO 1 – Terras de Mineração

QUADRO 2 – Terras de Agropecuária

GRÁFICO 3 – Número de escravos possuídos pelos inventariados

GRÁFICO 4 – Ocupação de Escravos

GRÁFICO 5 – Média de Preço de Escravos

GRÁFICO 6 – Origem dos Escravos

GRÁFICO 7 – Cor dos Escravos

GRÁFICO 8 – Doenças de Escravos

GRÁFICO 9 – Motivos de Alforria de Escravos

GRÁFICO 10 – Origem do Vendedor de Escravos

LISTA DE ABREVIATURAS

APEB	Arquivo Público do Estado da Bahia (Salvador)
APMM	Arquivo Público Municipal de Mucugê (Mucugê)
AMRC	Arquivo Municipal de rio de Contas (Rio de Contas)
FMM	Fórum Municipal de Mucugê (Mucugê)
FMA	Fórum Municipal de Andaraí (Andaraí)
APM	Arquivo Público Mineiro (Belo Horizonte)

RESUMO

Analiso a história da formação da Vila de Santa Isabel do Paraguassú, nos meados do século XIX. Busco identificar a complexidade e diversidade da formação da Vila, confrontar com análises que a homogeneizaram enquanto "sertão", incivilizada, distante e selvagem, e entender como funcionava a economia local que teve a extração de diamante como principal atividade. A partir de uma revisão da literatura sobre o sertão da Bahia, mais especificamente sobre as Lavras Diamantinas e sobre a mineração no séc XVIII em Minas Gerais, busquei mostrar o movimento histórico de formação da Vila. Além disso, sustentamos nossa pesquisa com a investigação em inventários, testamentos, atas, processo-crime, falas de presidente de província, escrituras de compra e venda, correspondências da Câmara com Governo Provincial e Câmaras de Vilas vizinhas entre outros, contidas nos Arquivos Públicos de Salvador, Mucugê, Andaraí e Rio de Contas. Gente de toda parte chegou à Vila e construiu seu lugar de morar. Muitos desses personagens tiveram sua vida relacionada ao garimpo de diamante, atividade econômica predominante até meados de 60 do dezenove, porém não a única. Nesse processo verificamos uma economia de diamantes enquanto um processo de produção de riquezas, fruto das relações sociais e políticas e não apenas um processo econômico passível de quantificação, estando presentes a clandestinidade, a corrupção, os roubos, crimes, os conflitos e negociações nas relações garimpeiro e escravo, comerciante e garimpeiro, garimpeiro e poder público. A presença da escravidão do negro e suas especificidades locais fizeram-se importantes na investigação, levando-me a identificar na Vila um contexto peculiar da escravidão, favorecido pelo ambiente urbano e pela atividade de mineração. Porém o escravo não estava apenas nos garimpos de diamante, mas em toda parte, além de outros setores da economia, ele se fez presente no cotidiano da Vila. Com este estudo identifiquei uma história local mais múltipla, mais dinâmica, contribuindo para desmistificação da idéia de um sertão tão isolado e infrutífero, ou seja, constatamos que a história da Bahia é mais do que recôncavo e litoral. Além disso, ficou evidente o quanto escravista foi o sertão ou "sertões" da Bahia e suas especificidades estão ainda por serem reveladas.

ABSTRACT

I analyze the history of the making of Vila de Santa Isabel do Paraguassu in the middle of 19th. Century. I try to identify the complexity and diversity of that historic process and to understand how did that local economy worked in a place which had diamond mining as main activity. From a review of literature about Bahia's sertão, and more specifically about the Lavras Diamantinas and the mining in the 18th. Century in Minas Gerais, my perspective challenges other analysis that have often seen the "sertão" as an homogeneous, non-civilized, far and wild place. The research was supported by several sources like inventories, testaments, acts, criminal process files, speeches of Province Presidents, official correspondence between the Santa Isabel's town-council and Province Government, and others more that can be found in the Public Archives of Salvador, Mucugê, Andaraí and Rio de Contas. People from many regions came to Santa Isabel and made there a place to live. Many of them had their lifes linked to the diamond mining, so it was the most important (but not the only one) economic activity until the 60's in the last Century. The "diamond economy" was not only an economic process to produce wealth we can quantify, but a complex system with social and political relationships which were related to phenomena like illegality, corruption, spoliation, conflicts and negotiations between diamond seekers and slaves, businessmen and seekers, seekers and State. Santa Isabel had a particular context of slavery, because of its urban ambiance and the mining. The slaves worked not only in the mining, but everywhere in the Vila, and they were part of its normal life. Through this study I could identify a more plural and dynamic local history and I hope to have given some contribution to refuse the idea according to which "sertão" is an isolated and infecund place, that means, a contribution to think Bahia's history beyond Recôncavo and seaside. I could also show how slavocrat was the Bahia's sertão, and how much the peculiarities of this slavery remain covered.

INTRODUÇÃO

Convidamos o leitor a fazer uma viagem pela Vila de Santa Isabel do Paraguassú, nos meados do século XIX, tendo a preocupação de identificar a complexidade e diversidade da sua formação e do seu cotidiano.

Santa Isabel do Paraguassú, atual município de Mucugê, situa-se no centro do Estado da Bahia, na região conhecida como Lavras Diamantinas, na área da atual Chapada Diamantina. Local sobre o qual desde cedo ouvi contar muitas histórias. Histórias de diamantes, de coronéis, de aventuras, de amores e desamores. Pela voz de minha vó Tinú encantei-me com as histórias de garimpeiros, instigando minha imaginação e construindo imagens de um tempo passado que não voltava mais. Foi embalada por essas histórias de criança que decidi analisar a história desta vila.

A intenção foi contar a história da vila e ao mesmo tempo entender como funcionava a economia do diamante, principal atividade por alguns anos, e quem eram as pessoas que lá viviam. Busquei mostrar o movimento histórico de formação da Vila.

A partir de uma revisão da literatura sobre o sertão da Bahia, mais especificamente sobre as Lavras Diamantinas e sobre a mineração no séc XVIII em Minas Gerais, notei que há muito por fazer e que muitas vezes as Lavras aparecem nas análises homogeneizada enquanto "sertão", incivilizada, distante e selvagem. Nosso trabalho, além da revisão bibliográfica, contou com uma investigação de 58 inventários *post mortem* e 15 testamentos do município de Santa Isabel do Paraguassú, 1 Livro de Atas da Câmara Municipal de Santa Isabel do Paraguassú, dos anos de 1848 a 1865, Posturas Municipais de 1856 e 1862, 20 Processos-crime envolvendo diversas pessoas da vila inclusive escravos, 25 Falas de Presidentes da Província da Bahia de 1846 a 1874, 30 Escrituras de compra e venda de terras e escravos, Correspondências da Câmara e dos Juízes Municipais com o Governo Provincial e Câmaras de Vilas vizinhas entre outros, contidas nos Arquivos Públicos de Salvador, Mucugê, Andaraí e Rio de Contas.

Essa grande variedade de documentos primários foi tratada neste estudo numa perspectiva qualitativa, não possuía séries completas que permitissem tratamento

quantitativo mais extenso. A intenção foi perceber as relações humanas na sociedade construída no espaço recortado e identificar os sentidos dos seus personagens.

Outra fonte utilizada foi o romance *Cascalho*, de Herberto Sales, de 1944, sobre o garimpo de diamante nas Lavras Diamantinas. A Literatura é trabalhada aqui como mais um vestígio da história humana. Obra de ficção, mas antes de tudo produto de uma sociedade, podendo ser analisada em confronto com outras fontes.

Ficou evidente a potencialidade da utilização de uma obra literária, o romance Cascalho, para o estudo das Lavras Diamantinas - seu povoamento, o processo de exploração do diamante e o cotidiano da sua sociedade. Cascalho, possivelmente, está classificado como um romance regional, rico na linguagem e personagens regionais e, tendo como elemento norteador do enredo um espaço definido: a cidade de Andaraí. Seus personagens (e a cidade é um delas) vivem um cotidiano intenso, assumindo características fortemente ligadas ao espaço habitado. O autor descreve minuciosamente o ambiente que se passa o enredo, os detalhes dão vida ao ambiente. Além disso a linguagem utilizada é caracteristicamente local e regional, dando sentido ao texto e o tornando mais verossimilhante.

Herberto Sales está consciente disso quando trata o romance histórico como obras de história, de sentido histórico e por isso comprometido com uma verossimilhança:

> *"Quando os autores de romances históricos atribuem às suas personagens, que são personagens da História, diálogos que evidentemente não escutaram, tudo que se quer deles é que o façam com verossimilhança histórica. E quando um autor relatando uma situação vivida por ele, reconstitui de memória a fala que ouviu de outrem, o que importa não é tanto a verdade textual, mas a fidelidade ao sentido do que foi dito. O que é também uma forma de semelhança."*[1]

E Ivia Alves, na sua análise de Cascalho, complementa essa idéia afirmando que Herberto

> *"partindo do vivido e alienando a este o inventado, torna sua obra difícil separar um do outro. Ambos estão entrelaçados,*

---

[1]SALES, Herberto, Subsidiário: *confissões, memórias e histórias*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988, p. 116.

> *entremeados" (...) "o depoimento da realidade, o destino dos garimpeiros - permanece e se desenrola no decorrer das partes"*[2]

É uma obra de memória, onde o autor retrata suas lembranças e cenas que viveu, sendo possível aí lê-la enquanto vestígio histórico. Ele mesmo se define como "*escritor que procura contar, como melhor pode, suas histórias, e sobretudo suas vivências*"[3]. E, através do seu relato de vida em Andaraí essas vivências vão demonstrando como o romance foi sendo criado e ganhou forma:

> *"me seduziam muito mais as chamadas "más companhias", e meus amigos não eram intelectuais, mas soldados de polícia, jagunços, arruaceiros, ou simples garimpeiros, enfim, a densa, sofrida e aventureira comunidade dos garimpos, espécie de rude caldo de cultura de que se nutriu e de onde mais tarde iria surgir o romance Cascalho"*[4]

A literatura de Herberto Sales analisada neste trabalho representa um testemunho de quem viveu uma época, um espaço. Nos traz a riqueza do mundo garimpeiro e seus significados e, é na busca destes aspectos que trazemos o romance. Nos ajuda entender, principalmente, a multiplicidade da população das Lavras.

No primeiro capítulo analiso uma historiografia produzida em diversos momentos sobre o interior da Bahia e sobre as Lavras Diamantinas especialmente. Ao longo do texto vou demonstrando como essa historiografia caminhou para a construção de uma idéia de paisagem física e humana. Num segundo momento as obras passam a pensar em termos de região econômica. Por último identifico como é possível pensar em territórios humanos, vez que as leituras contemporâneas abrem leques diversos e é preciso entendê-los. Neste aspecto, mostro como uma determinada literatura retrata de forma muito mais plural a sociedade local.

A intenção foi rever a discussão sobre o sertão produzida por uma certa historiografia do final do século XIX e início do XX, que construiu a imagem do sertão enquanto sinônimo de deserto, incivilizado, atrasado e selvagem. Essa produção foi

---

[2]ALVES, Ivia Iracema. *Herberto Sales: biografia*. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1979, p. 8-9
[3]ALVES, *Herberto Sales*, p. 96.
[4]ALVES, *Herberto Sales*, p. 92.

fortemente marcada pelo determinismo, construindo uma história na qual o homem é produto do meio, a visão resultante é de um espaço homogêneo. Em relação às Lavras Diamantinas construiu-se uma visão de paisagem física e humana para explicar a história dos seus municípios. Paisagem aqui entendida enquanto um espaço quase imóvel, que muda muito pouco e que pode ser utilizado de forma homogênea. A paisagem lembra a idéia de cenário, um espaço que está pronto e que se torna palco para a história acontecer.

Em outro momento, já em meados do século XX, a idéia de paisagem tornou-se insuficiente para explicar os espaços recortados, o recorte econômico foi então utilizado para construir a idéia de região econômica. Os espaços foram daí em diante tratados enquanto região, englobando locais muitas vezes diversos entre si. As Lavras passou a ser a região do diamante e a história das suas cidades explicava-se através da história da exploração diamantífera. O movimento apareceu, as mudanças faziam parte da trajetória das cidades, no entanto permaneceu a utilização de um modelo hegemônico – agora a produção de diamantes - sem considerar as especificidades.

Num terceiro bloco de produções, numa fase mais contemporânea, a partir da década de 70, a tentativa de construir uma história local e regional assumiu feições diferenciadas. Muitas delas, no entanto, mantiveram o litoral como referência a ser seguida não investindo nas características próprias do objeto estudado. Como exceção vamos ver o trabalho de Erivaldo Neves, de 1998.

No segundo capítulo analiso a vila e sua população, seu cotidiano. População esta composta por gente de toda parte, que chegou à Vila e construiu seu lugar de morar. Muitos desses personagens tiveram sua vida relacionada ao garimpo de diamante, atividade econômica predominante até meados de 60 do dezenove, porém não a única. Nesse sentido procuro entender a economia de diamantes enquanto um processo de produção de riquezas, fruto das relações sociais e políticas e não apenas um processo econômico passível de quantificação, estando presentes a clandestinidade, a corrupção, os roubos, crimes, os conflitos e negociações nas relações entre garimpeiro e escravo, comerciante e garimpeiro, garimpeiro e poder público.

É o momento de pensar a vila, seus habitantes, seus ritmos, a organização do seu espaço, suas relações de poder. O contexto imperial brasileiro é visto na vila através das relações público x privado, da economia baseada em grande parte num sistema de créditos e débitos, em papéis sociais muito bem definidos e na presença marcante da escravidão.

Santa Isabel, vila em meados da década de 40 do século passado, faz parte de um processo de ocupação, apropriação e povoamento das terras do interior baiano iniciado ainda nos setecentos. Processo esse marcado essencialmente por conflitos e disputas de terras, no qual o Estado interferiu pouco e, quando o fez, foi para favorecer os descendentes de sesmeiros. Em sua formação a vila se caracteriza pela grande concentração de terras nas mãos de poucas famílias, destacando-se a família Rocha Medrado que, além de possuidora de grandes extensões de terras, deteve o controle político e administrativo por algumas décadas.

Esse poder político não estava isolado na vila. O Coronel Reginaldo da Rocha Medrado, seu irmão Francisco da Rocha Medrado e seus filhos assumiram cargos públicos no império. A vila é um nó na rede de ligações políticas que atravessa todo o contexto do dezenove, e foi assim que procuramos compreender as relações de poder que lá encontramos. Os governos provincial e imperial sustentavam-se através dessas parcerias.

Esse controle político interferiu na organização da vila como um todo. Na elaboração dos Códigos de Posturas a preocupação foi disciplinar o movimento das pessoas nas ruas, determinar lugares, separar grupos sociais diversos. São estratégias próprias de uma sociedade escravista na qual é necessária a existência de instrumentos de controle e vigilância.

Por outro lado, na vila encontravam-se pessoas muito diferentes, vindas de toda parte e de todos os setores sociais. Antes da descoberta do diamante, quando ainda não era vila, sua população era composta basicamente por fazendeiros, escravos e trabalhadores livres que sobreviviam de pequenas roças. Com o diamante essa população cresceu assustadoramente. De várias regiões chegou gente em busca da riqueza fácil, comerciantes, garimpeiros de outras regiões mineradoras, funcionários do

governo provincial, profissionais liberais, libertos e livres em busca de trabalho. E muitos escravos. Essa diversidade produziu marcas diferenciadas na vila, demarcou territórios e provocou relacionamentos muitas vezes conflituosos. Dos muitos que vieram à procura de diamante, poucos tiveram acesso a ele: os garimpos não trouxeram riqueza para todos.

A presença da escravidão do negro e suas especificidades locais fizeram-se de fato importantes na investigação. Busquei, no capítulo 3, identificar na Vila um contexto peculiar da escravidão, favorecido pelo ambiente urbano e pela atividade de mineração. Porém o escravo não estava apenas nos garimpos de diamante, mas em toda parte, além de outros setores da economia: ele se fez presente no cotidiano da Vila. Procurei analisar o sentido e as especificidades dessa escravidão.

Com este estudo identifiquei uma história local mais múltipla, mais dinâmica, contribuindo para desmistificação da idéia de um sertão tão isolado e infrutífero, ou seja, constatamos que a história da Bahia é mais do que recôncavo e litoral. Além disso, ficou evidente o quanto escravista foi o sertão ou "sertões" da Bahia e suas especificidades estão ainda por serem reveladas.

A história contada aqui é um convite para, através de um pequeno local, pensar a história do Brasil no século XIX, não apenas a história da Bahia ou de seu interior. O recorte local é tomado aqui enquanto um recurso metodológico para entender as histórias de homens e mulheres no seu fazer social e espacial. O convite é para subir as serras, entrar nos becos e imaginar-se nos garimpos, locas e casas de Santa Isabel, comungando com os diversos personagens que a construíram. Espero que a história da vila de Santa Isabel do Paraguassú contribua e incentive a construção de outras imagens sobre o interior e sobre os "sertões".

CAPÍTULO I

O SERTÃO DAS LAVRAS: uma construção histórico-geográfica

O interior da Bahia foi e é pensado sob diversos prismas. Aqui vamos refletir sobre a construção de olhares diferentes e significantes que pensaram esse espaço e, mais especificamente as Lavras Diamantinas, desde o final do século XIX aos nossos dias. É interessante perceber como foram construídas as idéias de paisagem natural, região econômica e, atualmente, a possibilidade de pensar em territórios.

A história do e no espaço conhecido como Lavras Diamantinas será aqui discutida a partir de autores e obras específicos, que marcaram de forma diferente sua época e que serviram, muitas vezes, de direcionamento e planejamento para uma intervenção direta na região discutida. Assim, busco analisar como a construção historiográfica desse espaço contribuiu para formação de uma visão de sertão e de Bahia cuja referência quase sempre esteve presa ao litoral e sua sociedade. Esta visão, formada ao longo do tempo, reforçou e direcionou, em grande parte, as intervenções político-administrativas do governo baiano.

Os autores foram selecionados a partir da importância da sua obra para a época e para a construção das Lavras na historiografia. Os escritores são desde simples viajantes a técnicos contratados para planejar e pensar esse espaço. Embora este capítulo abranja, assim, um grande período (do final do século passado aos nossos dias), a intenção é analisar algumas características em comum e as rupturas presentes nessa bibliografia.

O capítulo está dividido por blocos de autores e períodos históricos. Em primeiro lugar analisaremos as produções do final do século XIX e início do século XX, marcadas pela metodologia do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; são em sua maioria corografias e memórias sobre os municípios caracterizadas por uma visão determinista. Em seguida analisaremos as produções de final da década de 50, responsáveis pela construção da idéia de região econômica. E, por fim, analisaremos as produções mais contemporâneas, identificando a variedade de suas visões.

O meio geográfico, a sociedade e o homem – a paisagem sertaneja

Durante o século XIX, a maioria das ciências mirava-se nas ciências naturais. Eram nelas que os estudiosos iam buscar os conceitos e modelos metodológicos fundamentais para pensar o social. A ciência era concebida enquanto um conhecimento puro, neutro e possível de ser submetido à verificação. O evolucionismo e o determinismo de Darwin e Spencer, além da visão naturalista, eram os modelos teóricos a seguir e, através deles, olhava-se o mundo.

Era também, um momento de disputas e confrontos intelectuais entre os "homens de letras" e os "homens de ciência", ambos tentando se afirmar enquanto grupo intelectual. O pensamento científico entrava no Brasil através dos viajantes naturalistas e aqui ganhava corpo, principalmente com setores formados na Escola de Engenharia. Sobre essa questão José Carlos Barreto diz:

> *"a História das Ciências no Brasil, ao tratar da segunda metade do século XIX, passa a levar em consideração não só o surgimento e expansão das correntes de pensamento, mas também o trajeto das instituições onde era efetivada a prática científica, e as suas relações com as modificações mais gerais que embalavam os sonhos de solução dos desafios a serem superados, para que se pudesse transpor as barreiras do atraso e fazer o país ombrear-se aos padrões dos países símbolos da civilização ocidental."*[1]

O que se produziu nesta época, no campo da história, tinha uma forte marca descritiva. Eram selecionados os chamados "fatos históricos" (fatos geralmente associados à história político-administrativa oficial) juntamente com uma exposição das paisagens naturais.

Essa tendência teve como sede inicial a Europa, a qual estava passando por um grande processo de mudanças com a Revolução Industrial e que já tinha construído o conceito de "Progresso" e "Civilização", isto é, um modelo estético, social, político e econômico que deveria ser seguido por todas as nações. Essas idéias "civilizadoras" marcaram profundamente as produções histórico-geográficas brasileiras nesse período.

---

[1]SANTANA, José Carlos Barreto de. *A Contribuição das ciências naturais para o consórcio da ciência e da arte em Euclides da Cunha*. São Paulo: USP - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 1998. (Tese de Doutorado), p.18

No Brasil, quem melhor representou esse modelo de produção historiográfica foi o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB. Criado em 1839, no Rio de Janeiro, tinha a pretensão de "*coligir, methodizar e guardar documentos, fatos e nomes para finalmente compor uma história nacional para este vasto país, carente de delimitações não só territoriais*"[2]. Composto pela elite rural e intelectual da corte, o Instituto propunha-se a escrever uma história oficial e comprometida com o governo imperial. O que interessava aos seus sócios era fazer uma história de exaltação da pátria, embora o que acabaram fazendo, segundo Schwartz, foram histórias regionais, nas quais eram colocadas as elites locais em lugar de destaque; não esqueçamos que esse período foi marcado por sérias disputas regionais e desavenças entre as províncias e o governo imperial.

Seguindo esse objetivo surge, anos mais tarde, o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHBa), em 1894. Apesar de comungar com o ideal de escrever uma história nacional, assumiu um caráter decididamente regionalista. Os estudos do Instituto Baiano tinham forte marca determinista e evolucionista e nas produções concebiam a história a partir do determinismo geográfico, o espaço e suas características eram utilizados para justificar a etapa histórica em que se encontrava determinada localidade. Daí a grande preocupação com a descrição minuciosa das paisagens, o incentivo para os estudos do interior com a descrição das suas riquezas, fauna e flora para, a partir daí, pensar o que e quem podia viver ali, ou até mesmo justificar o caráter de quem lá vivia. Assim aconteceu com a construção da imagem do sertanejo - homem forte, selvagem e rude, muito diferente do homem "civilizado", por habitar uma terra árida, quente e igualmente selvagem. É preciso pensar também que as idéias deterministas de Euclides da Cunha sobre o sertão influenciaram diversos estudos posteriores[3].

Euclides da Cunha, antes mesmo de escrever *Os Sertões*, fazia parte de um grupo de estudiosos e cientistas influenciados pela ciência natural francesa. Entre seu círculo de amizade estava Teodoro Sampaio, baiano que muito contribuiu para os estudos de Euclides sobre o sertão de Canudos.[4] A visão de Euclides do sertão baiano era determinista, a importância dado à descrição geográfica construía todo o texto.

---

[2]SCHWARCZ, Lilia Moriz, *O Espetáculo das raças - cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*, S. P.: Cia das Letras, 1993, p.99.
[3]CUNHA, Euclides, *Os Sertões: campanha de Canudos*, Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.
[4]SANTANA, *A Contribuição das ciências naturais para o consórcio da ciência e da arte em Euclides da*

> *"O autor se demora na abordagem de aspectos do meio físico da região, vista como definidora do homem que ali vivia e combatia, prefigurando a visão determinista que seria adotada em Os Sertões. (...) A natureza já aparece antropomorfizada, como partícipe da própria luta (...) Os habitantes do local refletem as características físicas da natureza e, sendo indentificados à própria aspereza do solo em que nasceram, educados numa rude escola de dificuldades e perigos, têm, naturalmente, 'toda a inconstância e toda a rudeza do meio em que se agitam' "*[5]

No entanto, nota-se que é preciso considerar esse sertanejo de forma específica, isto é, diferenciada. O sertanejo descrito nem sempre atendia à sua multiplicidade de aspectos e contextos diferentes. Quando se fala sertanejo é necessário pensar no plural: o sertanejo da Chapada era muito diferente dos sertanejos do restante da província, e, mesmo na Chapada o sertanejo dono da terra e do garimpo não era o mesmo garimpeiro, escravo, meeiro, diarista ou comerciante. Esse discurso determinista atingia e referia-se muito mais às elites e ao coronel do que ao sertanejo como um todo.

Uma outra preocupação presente nos estudos do IGHBa foram as questões relacionadas com os limites territoriais. A Bahia não podia mais ficar reduzida a Salvador e seu recôncavo, era preciso conhecer seu interior e o que ele tinha de riquezas naturais. Assim, o Instituto financiou vários estudos sobre as cidade do interior; estudos que tinham como característica básica a minuciosa descrição da fauna, flora, relevo, economia e, como não poderia faltar, dos homens ilustres locais e seus feitos. Foi gasta muita energia para a construção da história do sertão, buscando no interior nossas raízes e o caráter do brasileiro.

O sertão foi construído por esses estudiosos a partir de premissas frequentemente contraditórias entre si: de um lado via-se o sertanejo forte, de outro o selvagem e incivilizado. Além disso, o sertão era visto como um espaço homogêneo e igual, só diferenciando-se do outro espaço, conhecido, o litoral. Essa foi, também, uma característica percebida por Candice Vital e Souza ao estudar alguns pensadores brasileiros do nosso século:

Cunha, 1998

[5] SANTANA, *A Contribuição das ciência*, p.97-98

> *"A particularidade dos sertões concretos não é relevante para as proposições acerca do Brasil, sendo suficiente apenas a idéia de um sertão genérico. Deparamos, então, com descrições macroscópias do sertão como saídas de mapeamentos feitos à distância, de onde só se percebem impressões que transcendem a história e o espaço. O sertão, de quaisquer lugares e tempos. Um mesmo."*[6]

Foi nesse contexto que surgiram trabalhos específicos sobre as Lavras Diamantinas, suas vilas e o seu processo de mineração. Concebida, também, enquanto sertão, foi descrita pelo olhar "civilizado" / "civilizador" do litoral.

Essas descrições assumiram formas de corografias e memórias sobre os municípios. Um do principais autores dessas descrições foi Gonçalo de Athaíde Pereira[7], conhecia de perto a realidade das Lavras, onde nasceu e passou parte da vida. A sua obra está relacionada às Lavras, composta em sua maioria pelas memórias sobre seus municípios. Esses trabalhos, no geral, mantém a visão destacada acima sobre o sertão. Apesar de valorizar a terra em que nasceu, chama atenção para a ausência da civilização e para o determinismo da sua paisagem geográfica na formação da sua sociedade. Dois trabalhos interessam especialmente: "Memórias Históricas e Descritivas de S. João do Paraguassú" (1907) e "Memórias Históricas e Descritivas de Andarahy" (1916), que são suficientemente demonstrativos para essa análise. Neles, além da paisagem física, a paisagem humana também faz parte do seu foco[8], transparece a concepção de sociedade do autor em relação às vilas descritas. Descreve seu cotidiano, suas relações com outras vilas do sertão e sua organização político-administrativa.

O primeiro, sobre a vila de Santa Isabel do Paraguassú (atual Mucugê), enaltece a paisagem e o homem que nela se integrou - o garimpeiro - descrito como herói. Sua narrativa norteia-se pela dimensão político-administrativa - criação de freguesias, fundação de vilas, comarcas, descrições de governantes, mineradores, comerciantes e

---

[6] SOUZA, Candice Vidal e, *A Pátria Geográfica: sertão e litoral no pensamento social brasileiro*, Goiânia: UFG, 1997, p.57

[7] Sobrinho e herdeiro de Gonçalo de Amarante Costa, minerador e fazendeiro em Andaraí, comerciante e industrial em Salvador e Chapada Diamantina, proprietário da Companhia de Mineração, na Passagem - Andaraí. Gonçalo de Athaíde, vinculado ao Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, escreveu várias monografias sobre as Lavras Diamantinas e sua mineração que listamos na bibliografia.

[8] Paisagem entendida aqui enquanto um espaço quase imóvel, um cenário. Um espaço já pronto no qual os homens vivem sua história.

fazendeiros - narrando, pormenorizadamente, limites municipais, montanhas, rios e suas relações com os garimpos.

Revela uma sede municipal - Santa Isabel do Paraguassú - que exerceu, desde 1844, uma centralidade regional, isto é, ela foi o centro comercial e produtor das Lavras nas duas primeiras décadas de extração mineral, de onde partiam as decisões políticas e econômicas através de suas famílias tradicionais - como os Rocha Medrado - que, detendo o controle fundiário, estendeu-o para os garimpos.

Suas "Memórias" são, também, narrativas da paisagem que interfere na vida das pessoas e define as formas da vila, "*um pouso de garimpeiros a beira do garimpo*". Presente aqui a forma de escrever história do IGHBa, a paisagem geográfica explica a vida humana e as atividades desenvolvidas. Embora essa paisagem seja pensada junto às ações dos homens, são eles que constróem a própria vila. A vida vai sendo urdida por "homens-heróis" que enriqueceram com o diamante e construíram ali o que ele chama de civilização:

> "*Estas eram outrora inhóspitas e deshabitadas, esconderijos dos reptis e das feras, conhecidas apenas pelos caçadores e de um ou outro exquisito, que nelles habitava na maior rusticidade entre suas florestas virgens e gigantescas, rivalizando com o elevado aspecto desses colossos de rochas e de granitos, são presentemente habitadas, e onde a civilização a moral e grandes sacrifícios dos nossos habitantes creavam a vila de Santa Isabel, de Lençois, notaveis arraiaes, quaes o de Andarahy, Chique-Chique, Barro-Branco, Cravada e outros de 3ª ordem*".[9]

Percebe-se aqui a concepção de sociedade e civilização presente no autor. Seu olhar recobria não apenas a paisagem fisica, mas também a humana, foi um olhar voltado para os aspectos econômicos e sociais da comunidade visitada e descrita. Partindo de um modelo de civilização e de cidade, analisa comparativamente as Lavras, percebendo e destacando os aspectos que a afastavam desse modelo. Santa Isabel era assim selvagem, incivilizada e precisou que homens vindos da "civilização" a dessem forma e vida. Descrevendo o processo de povoamento regional, o autor desconsidera

---

[9] PEREIRA, Gonçalo de Athaide, *Memória Histórica e Descritiva do Município de São João do Paraguassú, Bahia*, Litho-Typ. e Encadernação Reis & Cia., p.37

possíveis habitantes e povoadores anteriores ao diamante.[10] Para ele a mineração "desbravou" essas terras, antes desabitadas, e com ela veio a criação de arraiais e vilas, numa velocidade assustadora, que provocou uma imediata intervenção do governo provincial, denotando assim sua preocupação econômica com as Lavras:

> *"Eram os diamantes do Mucugê de maior volume e mais bellos que os da Chapada Velha, o que, despertando a attenção dos aventureiros e excitando-lhes a cobiça, determinou uma grande invasão de garimpeiros para as margens do Mucugê"*[11]
>
> *"Só em 1846, quase dois annos após as descobertas de diamantes, creou o governo a Repartição Diamantina, sendo expedido o respectivo regulamento em 17 de Agosto do mesmo anno"*[12]

A obra referente a Andaraí, outro município das Lavras, inicialmente povoação do Andarahy, distrito de Santa Isabel do Paraguassú, descreve, primeiramente, os aspectos físicos e geográficos da região. Seus rios, relevo, clima e vegetação abrem a corografia marcando um lugar de destaque na construção da história local.

Num segundo momento, chama atenção para o processo de povoamento das Lavras que, supondo polêmico, apresenta algumas versões:

> *"Dr. Domingos Gomes de Azevedo, que em honroso documento informa ter chegado às Lavras em 1849, contando 11 annos de idade, cinco anos após a descoberta de Santa Isabel ou Mucugê, onde residio alguns mezes, sendo então esse logar considerado o* ***chieflieu*** *da zona, existindo já a esse tempo o* ***Chique-Chique, Andarahy*** *e* ***Lençóis*** *. E ainda: que em fins de 1845 todos aqueles logares estavam descobertos, pois tal foi a massa de pôvo de todas as provincias que ali se agglomerou com as extraordinárias notícias de riquezas apparecidas, que era impossível caber num só ponto, tomando cada qual sua direção, a d'ahi provinham as descobertas"* [13]
> *"Outros pensam de acordo com Pedro Cruz, que affirmava que as descobertas iam fazendo segundo os cursos dos rios fallando*

---

[10]Apesar de não ter feito uma pesquisa mais consistente sobre essa questão, considero aqui os possíveis aldeamentos e quilombos presentes por todo o interior da Bahia, além das roças de subsistência muito comuns nesse período.
[11] PEREIRA, *Memória Histórica e Descritiva do Município de São João do Paraguassú*, p.47
[12] PEREIRA, *Memória Histórica e Descritiva doMunicípio de São João do Paraguassú*, p.48
[13] PEREIRA, Gonçalo de Athaíde, *Memória Histórica e Descritiva do Município de Andarahy*, Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1937, p.39

> *nos descobrimentos de Andarahy e Bicas, onde se installaram algumas pessoas vindo do alto sertão"* [14]

E, acatando as diversas opiniões, sem questionamentos, concluiu com a idéia de que as descobertas do diamante na região iam atraindo pessoas e proporcionando, naturalmente, a formação de povoados:

> *"O que nos parece possível, depois de apurarmos o que diziam uns e outros, é que reconhecida a importância dos terrenos diamantinos, aberta a estrada de Mucugê para as Mattas do Paraguassú, onde havia moradores ocupados na lavoura de mandioca, desceram os garimpeiros a serra pelo riacho dos Pombos, perto de Chique-Chique e fôram instalando aqui e acolá, faiscando e minerando, formando agglomerações ou* ***influencias****, na gyria conhecida dos mineiros, e de taes influencias nascia um povôado, que afinal tomava proporções de adiantamento, e onde poucos roceiros já se ocupavam da plantação de mandioca e de alguma pescaria no rio Paraguassú como por vezes nos referio Pedro Cruz"* [15]

Continua a idéia do sertão desabitado, vazio e rapidamente habitado por homens vindos do litoral, civilizados.

Gonçalo Pereira descreve com bastante detalhe os trabalhos nas grunas, serras e leitos dos rios explorados pelos garimpeiros, principais agentes econômicos de ocupação do município. Narra a vida do garimpeiro no seu dia a dia de trabalho e, mais uma vez, mostra-se interessado nos aspectos sociais das Lavras, não apenas na paisagem fisico-geográfica:

> *"Há garimpeiros que tem predilecção pelos serviços das grutas e sentem-se bem quando mettidos nas roupas especiaes de algodão ligadas ao corpo, gôrro à cabeça, candeia de azeite e a ferramenta nas mãos, invadem temerariamente os profundos salões, atravessam gargantas, onde mal passam os ligeiros corpos, cortanto ali, escorando com madeiras, enormes blocos, para mais tarde apurarem os resultados de tamanho sacrifícios. E quanta desgraças não tem eles a lamentar!"*[16]

---

[14] PEREIRA, *Memória Histórica e Descritiva do Município de Andarahy*, p.40
[15] PEREIRA, *Memória Histórica e Descritiva do Município de Andarahy*, p.42
[16] PEREIRA, *Memória Histórica e Descritiva do Município de Andarahy*, p.14

Assim, também ele critica os métodos da mineração, comparando com os de países europeus, onde já se utilizavam máquinas no beneficiamento das pedras. Reclama do grande atraso tecnológico, que permitia a transferência da riqueza mineral do Brasil para o exterior. Mais uma vez a tecnologia e desenvolvimento do litoral é a referência a ser seguida.

Além disso, eram muito presentes as discussões e estudos sobre a geologia do sertão. O pensamento geológico entrava no país com periódicos das instituições e agrupamentos científicos, como também de vários viajantes que passaram ou moraram por aqui.[17]

Os relatos de Gonçalo Pereira demonstram uma preocupação em descrever a região como um todo, enfocando os aspectos físicos, sociais, econômicos, o que reflete uma concepção de história como uma descrição total do local recortado, dando conta de todos os aspectos da vida humana.

Outro relato sobre as lavras que merece destaque é a obra de Theodoro Sampaio[18], então membro do IHGB, viaja para o interior da Bahia e produz, como resultado da viagem um relatório com importantes e detalhadas informações. A viagem teve como roteiro o Rio São Francisco e Chapada Diamantina e tinha como objetivo "*estudar os melhoramentos dos portos do Brasil e a navegação interior dos grandes rios que desembocam na costa oriental*"[19]. Teodoro Sampaio era um engenheiro formado no exterior, seu olhar tinha como modelo a capital federal e, a partir desse ideal de "civilização", vai analisar a Bahia e seu interior. Estava envolvido nas discussões em torno do interior e seu acesso, em torno das questões de transporte fluvial e ferroviário. A preocupação era como penetrar no sertão e explorar suas riquezas. Era um momento

---

[17]SANTANA, *A contribuição das ciências naturais.* Na sua tese ele traz uma considerável relação de geólogos que desenvolveram estudos sobre o Brasil, identificando as influências desses estudos nas análises sobre o sertão brasileiro, mais especificamente no caso de Euclides da Cunha.

[18]Theodoro Fernandes Sampaio nasceu a 7 de janeiro de 1855, em Santo Amaro. Formou-se em engenharia, exerceu importantes funções na Bahia e em São Paulo. Foi membro do IGHB, do IHGB e IHGSP, além de ser professor da Escola Politécnica da São Paulo. Escreveu vários trabalhos de natureza histórica e geológica, entre os quais o clássico "O Rio São Francisco e a Chapada Diamantina". Faleceu em 15 de outubro de 1937.

[19] SAMPAIO, Teodoro, *O Rio São Francisco e a Chapada Diamantina,* Salvador: Progresso, 1938, p.20. A viagem referida aconteceu de julho de 1879 a janeiro de 1880, programada por uma comissão de engenheiros coordenada pelo engenheiro americano William Milnor Roberts.

de "reconhecimento do Brasil", de estudos para conhecer as suas potencialidades e melhor saber utilizá-las, começando, necessariamente, pelo sertão desconhecido.

No seu relatório de viagem através da Chapada Diamantina, Teodoro Sampaio constrói um discurso do interior como "incivilizado", selvagem, violento e deserto. Era preciso levar a "civilização" até eles. Há, também, a preocupação em descrever a população sertaneja, destacando a predominância do mestiço e é assim que ele constrói, na sua análise, um tipo sertanejo:

> *"O caboclo legítimo, o negro crioulo, o **cariboca**, mixto de negro e de índio, o **cabra**, o **mulato**, o brannco tostado de cabellos castanhos e às vezes ruivo, as raças do continente e os productos de seus diversos cruzamentos alli estão representados."*[20]
> *"pescoço curto e grosso, hombros largos, bom peito, desbarrigado, canellas finas e pé curto e largo, tal é o cabra do sertão, a quem não falta a palavra fácil, a rapidez da réplica, a vivacidade, a imaginação e a poesia."*[21]

Passou pelas Lavras em janeiro de 1880, visitando a vila de Santa Isabel do Paraguassú e garimpos nas imediações do Distrito de Andarahy. Chega a Santa Isabel do Paraguassú, procedente de Minas do Rio de Contas, atravessando a serra do Cocal e subindo a do Sincorá, seguindo sempre o leito dos rios[22] e maravilha-se mais uma vez com a paisagem:

> *"O trajecto é feito por uma região de terras altas que os rios excavaram profundamente e onde se apresentam os mais bellos perfis de montanhas desses sertões"*[23] .

Descreve minuciosamente os caminhos e estradas percorridos, elaborando delimitações físicas das Lavras e da Chapada Diamantina. Através dos rios e serras penetra nas serras e garimpos, projetando uma visão da sociedade lavrista. Registra, principalmente uma visão do comércio entre as vilas:

> *"O **Urubú** entretem commércio regular com a cidade de Lençóis nna Chapada Diamantina e com o **Salgado**, que é como aqui se conhece a cidade de Januaria, antigo **Brejo do Salgado***

---

[20] SAMPAIO, *O Rio São Francisco e a Chapada Diamantina*, p.66
[21] SAMPAIO, *O Rio São Francisco e a Chapada Diamantina*, p.67
[22] A obra é rica em mapas elaborados pelo próprio autor, demonstrando esses percursos. Recomendo consultá-la.
[23] SAMPAIO, *O Rio São Francisco e a Chapada Diamantina*, p.186

> *em Minas Gerais. Esse comércio, porém, através de máos caminhos por terrenos asperos, e por via fluvial não é ou está bem longe de ser um grosso trato, como aliás a região já o comportaria e a população relativamente o podia sustentar"*[24]

Essa sociedade sertaneja é também, segundo Teodoro, feita de farturas, a pobreza sertaneja está muito longe do que ele vê no litoral:

> *"Nesses sertões, o homem pobre nunca é sufficientemente pobre que precise viver do salário. O mundo aqui é largo de mais para que se faça sentir a pressão das necessidades"*[25]

Mas, apesar dessa fartura, reforça a idéia do sertão como isolado, distante, longe da civilização, onde impera a ausência de qualquer tipo de autoridade.

> *"Estavamos de facto n'um mundo extranho. Como estavas longe, oh civilização!*
>
> *(...) Sem forças, sem recursos, não podendo mesmo contar com estes ainda quando instantemente solicitados, a autoridade, nestes sertões tão apartados, não faz outra cousa senão o que lhe dicta uma prudência hábil em tal emergência – não foge, ausenta-se"*[26]

Nesse período, o diamante já estava em decadência na vila, mas, mesmo assim, registra suas impressões sobre os tempos iniciais de exploração.

> *"Em Santa Isabel estavamos senão no centro das lavras de diamante da Bahia, ao menos, no ponto que historicamente, e sob o ponto de vista da produção, mais concorrera para a grande fama que já teve outr'ora essa região sertaneja"*[27]

Além disso, descreve os habitantes da vila, recorrendo ao censo de 1872, cujos dados indica:

> *" uma população de 15,100 habitantes, só no município de Santa Isabel, contavam-se 8.965, pessoas de côr, 3.741 pretos, 2.336 brancos e 58 de sangue indígena."*[28].

---

[24] SAMPAIO, *O Rio São Francisco e a Chapada Diamantina*, p.97
[25] SAMPAIO, *O Rio São Francisco e a Chapada Diamantina*, p.106
[26] SAMPAIO, *O Rio São Francisco e a Chapada Diamantina*, p.127
[27] SAMPAIO, *O Rio São Francisco e a Chapada Diamantina*, p. 197
[28] SAMPAIO, *O Rio São Francisco e a Chapada Diamantina*, p.195

Apesar dos dados, Teodoro Sampaio está envolvido no mesmo estilo seguido depois por Gonçalo de Athaíde Pereira, a corografia do IGHB, e não apresenta maiores informações sobre a população escrava. Aliás, a escravidão no sertão (ou sertões) foi, por algum tempo, silenciada na historiografia[29]. Esses dados, no entanto, levantam fortes suspeitas indicativas da marcante presença de negros e mulatos na composição étnica regional, a expressividade de pessoas de cor e pretas - 84% - pode sugerir o emprego do trabalho escravo na mineração diamantífera.

Por outro lado, o autor valoriza as riquezas naturais e sua paisagem físico-geográfica, característica marcante na sua obra:

> *"Como é bello esse Brasil central que tão poucos conhecem e de que nós brasileiros tão ingenuamente nos ufanamos, exaggerando os recursos!"*[30]

Além dos estudos de Gonçalo de Athaíde e Teodoro Sampaio, existem outros relatos que foram feitos sobre as Lavras e seus diamantes. Em proporções menores - artigos, capítulos de livros ou revistas - homens ligados ao Instituto Geográfico e Histórico da Bahia ou ao governo provincial registraram suas memórias, após viajarem pelo interior, e elaboraram relatórios oficiais a pedido do governo. Entre eles destacam-se Gustavo Adolfo de Meneses[31], Durval Vieira de Aguiar[32], Francisco Vicente Viana[33], Benedicto Marques de Acauã[34], Orville Derby, Henrique Praguer[35], além de Francisco Ignácio Ferreira, que organizou um Diccionário das Minas do Brasil, no qual destaca a produção das Lavras.

---

[29] Nas produções do século XIX até meados do XX a presença da escravidão é apenas pontual. Recentemente essa questão foi sistematicamente trabalhada por Erivaldo F. Neves indicado na bibliografia.

[30] SAMPAIO, *O Rio São Francisco e a Chapada Diamantina*, p.142

[31] Inspetor da Repartição Diamantina no início da década de 60 do século XIX, produziu relatório e estudos sobre a região, entre eles: MENESES, Gustavo Adolfo de. "Riqueza Mineral da Bahia". REVISTA do IGHB, 12: 233-240, 1863.

[32] Nasceu na Província da Bahia, chegou a comandar o corpo de polícia, como tenente-coronel. Em 1882 foi encarregado de inspecionar os destacamentos no "centro da Província" e elaborou as "Descrições Praticas da Província da Bahia", publicada em 1888.

[33] VIANNA, Francisco Vicente, *Memória sobre o Estado da Bahia*, Bahia: Typographia e Encadernação do "Diário da Bahia", 1893.Nasceu em São Francisco do Conde, em 1848. Foi funcionário do Arquivo Público da Bahia. Escreveu esta obra por incumbência do Governador Rodrigues Lima.

[34] Dr. Benedicto Marques da Silva Acauã foi nomeado Inspetor dos Terrenos Diamantinos, dirigindo a Repartição Diamantina, desde sua fundação, em 1846. Nesta época visitou as Lavras, produzindo um relatório apresentado ao governo Imperial em 15 de abril de 1847, descrevendo de forma minuciosa a mineração do diamante.

[35] Engenheiro baiano, estudioso de geologia, escreveu "Riqueza mineral da Bahia", além de vários artigos para o IGHB.

Essas memórias resultaram de procedimentos oficiais do governo provincial ou foram estimuladas pelo Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, IGHB, para publicação em revista do órgão, sempre baseadas na metodologia das "memórias históricas e descritivas" de municípios, desenvolvida pelo Instituto Histórico e Geográfico Nacional, IHGB, que objetivava desenvolver a história do Brasil a partir de histórias municipais.

A Durval Aguiar, Gustavo Adolpho de Menezes e Francisco Vianna foram encomendados estudos sobre a história da Bahia, com descrições de limites, caracterização geológica e viária, além da situação político-administrativa dos povoados e vilas espalhados pelo interior. Constituem uma rica fonte de pesquisa com detalhada descrição das vilas que se formaram a partir da exploração do diamante, vindo a se constituir nas Lavras Diamantinas. A intenção desses trabalhos era mapear o interior para um maior controle do governo.

Francisco Borges de Barros também elaborou estudos do gênero. À frente do Arquivo Público da Bahia, solicitou aos secretários das câmaras municipais informações sobre a formação histórica de suas comunidades, compondo daí suas obras, sem cuidado, porém, em citar as fontes utilizadas.

No que diz respeito à Chapada Diamantina, todas essas produções seguem a mesma lógica de descrever as vilas, enaltecer os feitos dos grandes proprietários, romantizar a história do garimpo. Suas informações contribuem para a percepção de um olhar característico sobre o sertão, em contraste com o litoral. Nelas a região das Lavras Diamantinas foi tratada como parte de um sertão único, homogêneo.

Marcaram, também, as produções do IGHBa os estudos e pesquisas científicas, cujos resultados eram publicados na sua revista. O diamante foi um dos objetos dessas pesquisas e os estudos dos geólogos Henrique Praguer e Orvile Derby, que estudaram a composição geológica das Lavras Diamantinas, estão dentro desse contexto.

Henrique Praguer estudou a composição do diamantes das Lavras. Depois de examinar as pedras e cascalhos recebidos da Chapada Diamantina, concluiu:

> *"a formação dos terrenos diamantinos do centro da Bahia é totalmente igual e idêntica à dos de Minas Gerais; e que o diamante se acha no meio dos seixos rolados e arredondados, formando cascalho, tão conhecido pelos*

> *garimpeiros e que indica que tanto os seixos como o diamante provém dos restos de rochas, que arrastadas pelas águas foram gastos pelos atritos.*"[36]

Este autor contribuiu com a discussão sobre a origem do diamante, destacando os tipos de rochas e materiais geológicos encontrados, afirmando não haver ainda um consenso em torno dessa questão nas considerações insuficientemente conhecidas das minas da Bahia:

> "*Diversas descobertas de novos depósitos de diamantes, durante os últimos annos demonstrarão que ainda não são conhecidas todas as minas que existem nos terrenos do centro do Estado da Bahia; e a prova é a descoberta, ultimamente feita na fazenda do Campo Grande (em Itapicurú) e no poço do Trapiá, de ouro e de diamantes, pelo tropeiro Velho Chispim, antigo faiscador na Chapada Diamantina.*"[37]

Orville Derby, outro geólogo que visitou as Lavras com o objetivo de conhecer a estrutura geológica da bacia do rio Paraguaçu, enviou um relatório para o Secretário da Agricultura do Estado, Miguel Calmon du Pin de Almeida, no qual apresentou a divisão feita de quatro regiões no Paraguaçu. A primeira abrangendo "*todo o disctrito das cabeceiras do rio e do seu principal tributário, o Santo Antônio, estende até as cabeceiras da Passagem de Andarahy*"[38]. Descreveu a região diamantina, com elevadas formações rochosas e topografia acidentada e agreste, só existindo ali o diamante, acompanhado do carbonado, que tem a mesma formação geológica.

Sua explicação para a formação do diamante nesta região é a mesma de Praguer. Com esse argumento justifica a necessidade da utilização de técnicas mais modernas para extração das pedras, como também a construção de uma estrada de ferro que chegue até Andarahy ou Lençóis [39]. Seu estudo demonstra, também, o interesse do governo provincial em conhecer as riquezas produzidas no interior para explorá-las da

---

[36] PRAGUER, Henrique, "*Riqueza Mineral do Estado da Bahia. v. VII - O Diamante*". in: Revista do IGHB. Bahia, VI (19): 06-68, mar, 1889, p.58

[37] PRAGUER, "*Riqueza Mineral do Estado da Bahia. v. VII - O Diamante*", p.68

[38] DERBY, Orville A. "*As Lavras Diamantinas.* (Relatório apresentado ao Secretário de Agricultura do Estado da Bahia)". in: Revista do IGHB. Bahia, XI (30): 145-153, 1904, p.143

[39] Num abaixo assinado enviado à Assembléia Legislativa Provincial, em 1856, assinado por Manoel José Leite, propõe-se a construção de uma estrada de ferro ligando São Félix a Santa Isabel do Paraguassú, com dois ramais nos distritos de Lençóis e Andarahy, ficando evidente a problemática em questão. APEB, Seção Legislativa, Maço 1046.

melhor forma possível. Assim aconteceu com o diamante, cujo controle e fiscalização por parte do governo deu-se logo nos primeiros anos de exploração.

Nesse sentido, Derby afirma a potencialidade da região referente à quantidade de diamantes a ser explorado. O discurso geológico justifica assim as ações políticas de exploração:

> *"Sendo exacto, como me parece fora de dúvida, que a formação clogomerática, ou o cascalho antigo, é o grande depositorio dos diamantes e carbonados da região das Lavras, segue-se que o stock destes mineraes ainda em ser, deve ser enorme. Os pontos de mais fácil ataque já lavrados são insignificantes, em comparação com a massa do material contendo as pedras preciosas, que ainda se acha intacta."*[40]

Todos esses relatos e estudos trazem informações valiosas e apresentam características comuns. São estudos fundamentados nas diretrizes do IGHB de escrever uma história marcada pela descrição geográfica e suas determinações, o meio físico na análise regional, cujo somatório resultaria na história nacional. Além disso, são estudos cujo interesse era conhecer as potencialidades naturais do sertão e propor formas de melhor utilizá-las. É um momento também marcado pela presença da geografia imperialista inglesa que parte para a África para as grandes explorações, o olhar sobre o outro tinha como objetivo, também, conhecer suas potencialidades[41]. O mar cobiçoso do imperialismo europeu olhava o sertão como lugar a ser explorado.

Esses estudos reforçam a tese inicialmente colocada e reforçada na leitura de Candice Vidal e Souza de que os estudos referentes ao interior brasileiro, nesse caso baiano, durante o século XIX e início do século XX, foram responsáveis pela construção de um olhar sobre o sertão marcado pela dualidade sertão x litoral. Ao mesmo tempo que são reforçadas e destacadas as potencialidades do sertão (autônomo, policultor) e do sertanejo (forte, corajoso, adaptado ao meio), eles são vistos a partir da concepção de civilização européia e presos às idéias deterministas desse período – sertão selvagem, atrasado, desorganizado, violento, distante e árido.

---

[40] DERBY, *As Lavras Diamantinas*, p.150

[41] ARENDT, Hannah, *Origens do Totalitarismo: asnti-semitismo, imperialismo, totalitarismo*, São Paulo: Cia das Letras, 1989

> *"De modo geral, os dizeres sobre o sertão enumeram atributos do homem e da terra, fazendo valer a impressão de que o sertão só se entende enquanto habitat social, na relação estreita entre natureza e sociedade. Conforme os textos, a história intervém na geração da relação inseparável entre o lugar e seu povo. As condições históricas são pensadas como determinações que fazem obrigatórias a descrição do sertão-geografia indissociada daquela do sertão-sociedade."*[42]

Ainda garimpando nos Anais do Instituto, vamos encontrar já na década de 50 do nosso século, outro estudo sobre as Lavras - o estudo de Josildete Gomes[43]. Utilizando uma metodologia diferente dos trabalhos anteriores, caracteriza-se pelo emprego sistemático de fontes primárias e pelo recorte sócio-econômico presente na sua pesquisa. É um momento marcado pela influência da historiografia francesa que começa a chegar no Brasil, como também pelos temas econômicos. Ainda era preciso conhecer as nossas potencialidades.

A autora está imbuida dos instrumentais teórico-metodológicos aprendidos na universidade. Com um estudo específico do povoamento dessa região, Josildete Gomes faz uma análise minuciosa dos vetores da ocupação territorial da Chapada Diamantina por bandeirantes que, dirigindo-se para o centro da Capitania, conquistaram o território dos índios paiaiás e maracás, conduzindo-os para a escravidão paulista.

> *"Entre 1675 e 1681, foram distribuídas terras entre o Paraguaçú e o rio de Contas, em Cochós e no rio Una. Neste último ano a colonização vai até o Sincorá, rumava-se o rio de Contas. Antes do fim do século já dominava Lençóis e a serra da Chapada. Estava tôda a bacia do Paraguaçú doada a particulares."*[44]

Josildete Gomes ressalta que não se estabeleceram fazendas de gado imediatamente. A ocupação econômica desenvolveu-se lentamente por ser a:

> *"região montanhosa, profundamente acidentada e por isso mesmo de difícil acesso, até então nada oferecendo que pudesse atrair o interesse dos aventureiros, permaneceria deserta a Chapada, até que de seu solo surgissem os fatores*

---

[42] VIDAL e SOUZA, *A Pátria Geográfica*, p.51

[43] Socióloga baiana, apresentou no II Congresso de História da Bahia, em 1952, a monografia "Povoamento da Chapada Diamantina".

[44] GOMES, Josildete. *"Povoamento da Chapada Diamantina"*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia. Salvador, (77): 221-2381952, p.223

> *poderosos que vinhessem justificar sua penetração e consequente povoamento."*[45]
>
> *"Quanto à vertente oriental, a Chapada Diamantina, na mais restrita acepção do termo, unicamente o diamante foi responsável por sua ocupação. Mucugê, Andarahí, Lençois, Sincorá são núcleos que buscam suas raízes naqueles memoráveis dias dos anos de 1844 e 1845."*[46]

Com isso a autora apresenta um roteiro de caminhos da ocupação e do povoamento fundamental para o estudo da região e acrescenta às outras análises o fato de perceber a ocupação das Lavras no âmbito maior de interiorização, iniciado nos primeiros séculos de colonização. Possibilita, com suas informações, um mapeamento da ocupação territorial das Lavras, identificando os agentes desse processo. Sua história afasta-se das memórias descritivas, é uma história econômico-social, na qual os homens não são mais heróis, mas participantes da narrativa, e na qual o diamante não foi o único fator de atração para o povoamento.

Esse conjunto de obras, com exceção da obra de Josildete Gomes, constituem um conjunto de fontes variadas, possibilitando diversas leituras da história e das regiões enfocadas. Além disso foram olhares, antes de tudo, deterministas, que produziram análises propositivas para o sertão das Lavras, num contexto de velocidade da exploração do diamante e da ligação dessa região diretamente com o centro europeu.

Estudos mais contemporâneos debruçaram-se sobre as Lavras, distanciando-se, em parte, dessas memórias, e propuseram novos caminhos, novos olhares sobre o sertão.

---

[45] GOMES, "*Povoamento da Chapada Diamantina*", p.225
[46] GOMES, "*Povoamento da Chapada Diamantina*", p.227

As Lavras Diamantinas e as regiões econômicas

Esses novos olhares começam a aparecer no final dos anos 50, influenciados, também, por um novo contexto histórico e econômico. O mundo tinha acabado de passar por uma guerra mundial, as ciências naturais e as técnicas tinham dado passos significativos no conhecimento humano e, consequentemente, o mundo não poderia ser pensado da mesma maneira.

Após o período das guerras mundiais, a Europa e Estados Unidos, principalmente, precisavam de mais mercados tanto de consumo, como, também, para sedes das suas indústrias. Não esqueçamos que o mundo estava, agora, dividido politicamente, de um lado o capitalismo em crescimento, do outro a União Soviética expandindo o socialismo. Na disputa por mercados era preciso conhecer os locais de investimentos e calcular cada ponto para ter certeza do lucro. Era a fase imperialista do capitalismo chegando a seu auge e se expandindo para o mundo:

> *"Nada caracteriza melhor a política de poder da era imperialista do que a transformação de objetivos de interesse nacional, localizados, limitados e, portanto, previsíveis, em busca ilimitada de poder, que ameaça devastar e varrer o mundo inteiro sem qualquer finalidade definida, sem alvo nacional e territorialmente delimitado e, portanto, sem nenhuma direção previsível"*[47].
>
> *"O imperialismo surgiu quando a classe detentora da produção capitalista rejeitou as fronteiras nacionais como barreira à expansão econômica. A burguesia ingressou na política por necessidade econômica: como não desejava abandonar o sistema capitalista, cuja lei básica é o constante crescimento econômico, a burguesia tinha de impor essa lei aos governos, para que a expansão se tornasse o objetivo final da política externa"*[48].

O Brasil tinha sido atingido, anteriormente, pela crise capitalista mundial deflagrada com a crise da bolsa em 1929. Os anos 30 foram marcados pelo repensar das teses liberais e do modelo e projeto de desenvolvimento pensados de modo geral, que englobavam todo o mundo de uma só vez.

O Brasil e toda a América Latina são levados a pensar o desenvolvimento de outra forma, através da visão endógena e local. Em 1949 surge a Cepal e a formulação da

---

[47] ARENDT, Hannah, *Origens do Totalitarismo,* 1989, p.148
[48] ARENDT, *Origens do Totalitarismo,* 1989, p.156

idéia de subdesenvolvimento, da relação centro x periferia pensada também enquanto uma realidade interna, o que, no Brasil, levou a uma política específica para o nordeste.

Daí o campo da geografia trazer para o centro de discussão o recorte regional. Os estudos regionais eram privilegiados e incentivados, pois era preciso delimitar e conhecer as regiões para daí planejar os investimentos. Com isso, o mundo foi dividido em regiões de acordo com os critérios adotados pelos estudiosos, geralmente as regiões econômicas, secundarizando outras atividades.[49]

No Brasil e Bahia, o interesse dos estudiosos do sertão, muito deles também viajantes, eram, agora, exclusivamente econômicos. Não mais interessava observar as belezas naturais e suas potencialidades, mas identificar áreas de expansão e mapeamento das áreas de exploração na busca de novas matérias-primas. A geografia enquanto ciência servia para localizar os caminhos de circulação de mercadorias. Esse espírito atingiu a história e a influenciou fortemente. O discurso historiográfico assumiu um caráter técnico, justificador de uma política econômica aplicada à Bahia. O interior era agora devastado e separado em áreas econômicas diferentes para futuros investimentos.

O Nordeste era então alvo dos projetos de combate a seca. A SUDENE, Superintência do Desenvolvimento do Nordeste[50], criada em 1959, tinha esses objetivo. Com ela apareceram várias obras pensando essa mesma região, dentre as quais merece destaque o trabalho de Manoel Correia de Andrade "A Terra e o Homem no Nordeste"[51], de 1963, que se tornou referência para o tema.

Sua preocupação era discutir a seca e o subdesenvolvimento do nordeste a partir da perspectiva histórica do nordestino. Partindo de uma concepção físico-geográfica de região, acrescenta a análise histórica para localizar o problema do Nordeste - a estrutura fundiária presente desde o período colonial.

---

[49] Esse ramo da Geografia foi desenvolvido no EUA e também na França, onde adquire o nome Geografia Ativa destacando-se nos estudos sobre desenvolvimento regional.

[50] A SUDENE estava ligada ao Ministério do interior, foi projeta pelo economista Celso furtado e tinha o seguinte objetivo: "impulsionar o desenvolvimento mediante o planejamento e coordenação das atividades dos órgão federais na região. Em 1960 foi formulado o I Plano Diretor para o Desenvolvimento do Nordeste, composto por projetos nas mais diversas áreas, destacando-se os de rodovias, energia elétrica, abastecimento de água e esgotos, habitação popular, treinamento de pessoal, recursos naturais, agricultura e industrialização" (in SANDRONI, Paulo (org). Dicionário de Economia. Abril cultural, 1985.

[51] ANDRADE, Manuel Correia de, *A Terra e o Homem no Nordeste,* 4ª EDIÇÃO. S. P.: LIVRARIA ED. CIÊNCIAS HUMANAS, 1980.

Ele analisa, também, os projetos de intervenção no Nordeste criticando a falta de uma perspectiva mais estrutural de mudanças. Constrói, assim, um olhar sobre a região a partir da concepção de desenvolvimento e subdesenvolvimento. Embora rompendo com um modelo preso ao litoral, já que propõe o desenvolvimento a partir do específico dos nordestinos, mantém a perspectiva de região econômica e homogênea, apesar das diferenças físico-geográficas.

Esse impulso, gerado a partir da SUDENE, também gerou uma discurso voltado para o interior e para a Chapada articulado em torno da questão da seca. Era a ideologia do desenvolvimentismo pregada pelo populismo varguista - o governo assume o discurso de desenvolver o Nordeste e combater a seca.

Outro discurso muito forte e presente nesse contexto, é o discurso literário. É o momento dos chamados "romances da seca" ou romances regionais. A literatura incorpora as idéias do desenvolvimento regional e local, distanciando-se e até rompendo com a visão nacional e internacional. Os temas retratados revelam essa preocupação.

Nesse âmbito está Herberto Sales com o romance Cascalho[52], no qual descreve o cotidiano do trabalho no garimpo de diamantes nas Lavras, numa cidade de mineração dominada pelos coronéis. Muitos personagens foram identificados pelos habitantes de Andaraí, sua cidade natal, que é descrita no livro.

A literatura, em Cascalho, abre pistas e caminhos em direção a novos enfoques de análise sobre as Lavras. O universo garimpeiro é rico em mitos, tradições e uma pobreza extrema, marcada sempre pela aventura, qualidade geral de toda atividade garimpeira. A obra nos coloca diante do mundo e do olhar desse garimpeiro, confrontando, muitas vezes, com algumas versões construídas na historiografia. A história do diamante e da cidade é construída a partir do cotidiano do garimpeiro que trabalha nas serras, portanto, sob o ponto de vista de quem foi silenciado muitas vezes na historiografia. No tocante ao povoamento das Lavras, por exemplo, a maioria das produções destacam o comando das famílias tradicionais, centralizando suas ações na narrativa. Herberto, por outro lado, nos mostra a diversidade ocorrida no processo de ocupação da região, seus diferentes personagens e a complexidade de relações estabelecidas.

---

[52]SALES, Herberto, *Cascalho*, Rio de Janeiro: Abril, s/d. A primeira edição foi de 1944 e teve grande repercussão na cidade, levando o autor a deixar Andaraí e ir para o Rio de Janeiro.

Apesar de ser uma produção ainda dos anos 40, Cascalho nos abre uma perspectiva muito maior para o entendimento das Lavras. Mas, as produções continuaram , a partir da década de 70 é possível perceber uma grande diversificação, vamos em busca dos seus significados.

Os olhares contemporâneos

Os discurso técnico que embasava os estudos sobre as regiões, na década de 70, estava imbuído pelo interesse intervencionista do Estado. No contexto da crise liberal, desde o pós segunda guerra, fica evidente a necessidade do Estado intervir na economia. O mercado já não anda sozinho, ou melhor, resolveu-se não deixá-lo sozinho: o *laissez-faire* entra em crise. Portanto era preciso conhecer as regiões (definidas a priori e sob os critérios escolhidos de fora) para formular políticas intervencionistas.

Essa política chega até a Bahia e a Seplantec (Secretaria de Planejamento e Tecnologia) financiará esses estudos. Era preciso conhecer, planejar e investir em todas as regiões.

Nas décadas de 80 e 90 esses estudos técnicos, apesar de permanecerem existindo, não estão mais imbuídos em elaborar um planejamento para intervenção estatal (pelo menos aparentemente). Eles vão se limitar a elaboração de estudos, pesquisas e mapeamento de áreas de peso para desenvolver-se, mas deixa a escolha do investimento não só para o Estado, mas também para a iniciativa privada. Mais uma vez, mesmo sem declarar, são estudos financiados pelo estado com intenções de investimentos regionais. A expansão do capital não cessa e o Estado continua a subsidiá-la.

Nesse período observa-se uma grande produção de teses e dissertações sobre o desenvolvimento econômico da Bahia e do nordeste, priorizando as análises sobre os projetos de industrialização implantados e seus resultados para a região. Esse processo, estudado por pesquisadores na década de 70, 80 e 90, foi enfocado de muitas formas. Quatro desses pesquisadores merecem destaque por construírem, sob enfoques variados, uma análise específica para o estudo das Lavras.

O trabalho do primeiro deles, Gustavo Falcón, sobre a mineração do diamante na Chapada, a partir de uma perspectiva histórica, integra uma coletânea publicada pela Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia do Estado da Bahia - SEPLANTEC -

objetivando sistematizar a história das "Atividades Produtivas da Bahia de 1850 a 1889"[53]. Falcón discute as memórias e relatos dos viajantes e dimensiona a produção de diamantes na Bahia. Fundamentando-se na concepção de "ciclos econômicos", analisa o diamante como fator principal da formação regional, comparando-o sempre com a produção açucareira, o que o deixa em situação pouco expressiva na produção provincial. Seu texto é rico em dados estatísticos e tabelas, demonstrando o papel que assumiu o diamante na pauta de exportação baiana e nacional. Para ele importa:

> *"delinear o quadro teórico necessário para a abordagem da organização da produção na região da Chapada Diamantina e das condições em que se processava o seu comércio de exportação."*[54]

Falcón concorda com análises anteriores quanto à questão do povoamento e formação social das Lavras e reforça a idéia de que essa área seria totalmente despovoada antes da mineração. Destaca também a intensidade da expansão demográfica nos primeiros anos de exploração quando rapidamente se formaram núcleos urbanos.

Dessas povoações, algumas abandonadas com a exaustão dos aluviões, surgiram outras que ocuparam quase todo o centro da Bahia, ainda nesse período, girando em torno da produção e comercialização do diamante, que atingiu a terceira posição na pauta de exportação da Bahia nas décadas de 50 e 60 do século XIX. Lembra também o fácil contrabando mineral, que reduzia os dados oficiais. O Governo Imperial mantinha fiscalização constante nessa área, mas a exploração do diamante nas Lavras, executada por pequenos empreendimentos particulares, facilitava a burla dessa vigilância.

A mão-de-obra utilizada nos garimpos era composta por escravos e trabalhadores livres. Estes nas condições de diaristas, mineradores autônomos, trabalho familiar, faiscadores. Sobre essa questão BUESCU, citado por Falcón define as lavras como

> *"empresas de maiores dimensões que usavam escravos sob a supervisão de feitores ou negros libertos. Porém, ao lado destas grandes organizações, havia os mineradores individuais,*

---

[53] FALCÓN, Gustavo Aryocara de, *"O Diamante - A Inserção da Bahia na Evolução Nacional - 1° etapa: 1850-1889"*, Atividades Produtivas. Coleção SEPLANTEC. Salvador, 1978.

[54] FALCON, *"O Diamante"*, p.114

> *os faiscadores que trabalhavam por conta própria ou com a ajuda de alguns escravos."* [55]

Ele reforça a idéia de que a mão-de-obra fundamental dos garimpos foi a livre, embora reconheça a participação de escravos, não trazendo novidades no tocante a fontes consultadas. Mesmo tendo lido Theodoro Sampaio, tendo acesso aos dados do censo de 1872, não explora essa discussão, estando mais interessado em analisar essa história a partir da ótica da produção, apresentando a exploração do diamante como um empreendimento a mais dentre as atividades produtivas da Província.

Como novidade o autor inicia uma análise comparativa com o processo de mineração ocorrido em Minas Gerais, levantando questões importantes para a identificação de diferenças e semelhanças históricas dos dois processos:

> *"Enquanto o ouro e diamante se transformavam nos principais produtos de exportação da colônia no século XVIII, na Bahia Imperial o diamante se colocaria numa conjuntura econômica bastante diferente. Eram distintas as condições legais de extração. O monopólio real cederia lugar à exploração particular. O opressor aparelho fiscal da colônia fora sucedido por certa desordem administrativa que caracterizava a fase posterior à independência."*[56]

A análise construída por Falcón privilegia o aspecto econômico - o diamante - e os grupos sociais que viviam em função dele, desprezando outras lógicas e movimentos sociais das Lavras. Como destacamos antes, sua preocupação seguia os parâmetros da Seplantec, de estudar o desenvolvimento regional, e a história servia para mostrar como este aconteceu nas Lavras.

Outra leitura recente das Lavras é de Fernando Sales[57], num livro sobre Mucugê[58], no qual registra suas memórias, associando relatos de outros memorialistas. Apesar de ser uma trabalho contemporâneo, possui o estilo das leituras do final do século XIX, vistas anteriormente, registrando as lembranças das antigas famílias tradicionais de Mucugê e legando a elas o papel de formadoras e povoadoras da região, responsáveis por toda a exploração diamantífera desse período, não se preocupando com

---

[55] FALCON, *"O Diamante"*, p.115
[56] FALCON, *"O Diamante"*, p.101
[57] Historiador e poeta, filho de Andaraí, irmão do literata Herberto Sales. Escreveu vários livros de poesia sobre sua cidade natal e região das Lavras.
[58] SALES, Fernando, *Memória de Mucugê,* Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 1994.

o tratamento das fontes, organizando uma coletânea de informações já antes publicadas. Não traz novidades em relação às leituras do século XIX; repete as idéias cristalizadas sobre a região e o sertão, é mais um discurso "civilizador", com novas roupagens.

Tendo objetivos diferentes, Erivaldo Neves faz um estudo sobre o escravismo e policultura no sertão da Bahia[59], utilizando fontes primárias e, relendo as memórias anteriores descritas. Focaliza a escravidão no sertão no contexto do sistema primário-exportador, mas identifica diferenças entre a exploração da mão-de-obra escrava na monocultura litorânea e nas policulturas sertanejas onde se desenvolveu simultânea e articuladamente com a meação.

Destaca, deste modo, o fato do trabalho escravo conviver com o trabalho livre, não havendo grandes plantéis numa só unidade produtora. Geralmente os escravos estavam distribuídos em fazendas do mesmo proprietário, ocupando tarefas diversificadas. Considerando-se a proximidade geográfica e identidade cultural da região estudada com as Lavras Diamantinas, supõe-se que essa multiplicidade de relações de trabalho se tenha desenvolvido nessa região, apesar da especificidade da ação mineradora. O trabalho de Erivaldo leva-nos a refletir sobre peculiaridades da escravidão fora da monocultura destinada ao mercado externo.

Mesmo avançando em relação a fontes primárias e novos dados, sua visão sobre o sertão permanece no campo da ambigüidade: sertão farto e policultor, mas deserto, distante e isolado.

Outro trabalho do mesmo autor, sobre a Chapada Diamantina[60], publicado num estudo mais amplo sobre as pontecialidades da Chapada Diamantina, patrocinado pela CAR, reconstrói o processo de povoamento e formação das vilas, avançando em pesquisas de fontes primárias. Considera as populações anteriormente chegadas à região, não condicionando o povoamento à descoberta dos diamantes. Identifica a origem sesmeira da propriedade fundiária, afirmando que as terras das Lavras

---

[59] NEVES, Erivaldo Fagundes. *Escravismo e Policultura. CLIO - Revista de Pesquisa Histórica da UFPE.* N 15. Recife: Universitária, 1994. e NEVES, *Uma comunidade sertaneja: da sesmaria ao minifúndio (um estudo de história regional e local).* Salvador: Ed. da Universidade Federal da Bahia; Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 1998, especialmente o capítulo sobre escravidão.

[60]NEVES, Erivaldo Fagundes. *Formação sócio-cultural e perspectivas de desnvolvimento sustentável da Chapada Diamantina.* Salvador: BAHIA. SEPLANTEC/CAR.

pertenciam, por doação sob regime de sesmaria, a Antônio Guedes de Brito e, depois de passar para uma filha e neta deste, passaram aos domínios da Casa da Ponte. Seguindo o percurso histórico, levanta uma série de propostas a serem desenvolvidas pelas cidades na busca pelo desenvolvimento auto-sustentável. A história auxilia, neste caso, o planejamento municipal, direcionando as ações político-administrativas.

Outro pesquisador a ser notado é Ronaldo Senna, que estuda a região sob a ótica da Antropologia Cultural, analisando o Jarê, religião de origem africana, o que atesta forte presença negra na Chapada Diamantina[61]. Na primeira parte de sua tese de doutorado, defendida na Universidade de São Paulo, aborda o povoamento dessa região, reforçando parte da idéia dominante de atração de imigrantes pelas pedras preciosas:

> *"A sociedade nas Lavras é resultante de um grande amálgama de brasileiros vindos das mais diversas partes do Território Nacional, principalmente de Minas Gerais, geralmente oriundos da região do Grão Mongol, daquele estado e da zona do Recôncavo do Estado da Bahia"*[62]

Senna define o garimpo como "*atividade de apogeu*", não podendo, por isso, ser analisado a partir de um modelo organizacionista que obedece o processo de nascer, crescer, decair e morrer. A "*economia das Lavras nasce no apogeu e depois cai*".

Identifica também a forte presença dos africanos, chegados à região como escravos para trabalhar nos garimpos, e busca neles as raízes do jarê, principal objeto do seu estudo. Destaca uma relação de trabalho típica e predominante dessa sociedade, o sistema de "quinto" e de "meia-praça".

A obra de Ronaldo Sena apresenta contribuição fundamental para o entendimento do universo garimpeiro, suas relações de trabalho e caráter aventureiro da sua atividade, numa abordagem antropológica.

Essa nova historiografia, ou melhor, as leituras contemporâneas aqui discutidas fundamentam-se em bases conceituais e metodológicas diversas, distanciando-se da historiografia produzida no século XIX. Muitos não aprofundaram a bibliografia disponível, por isso não avançaram na questão da complexidade e diversidade do espaço sertanejo, até por optarem por outros objetos de estudo. É interessante destacar que

---

[61]SENA, Ronaldo. *Jarê: manifestação religiosa na Chapada Diamantina*. São Paulo, 1984 (Tese de Doutorado).

[62] SENNA, *Jarê: manifestação religiosa na Chapada Diamantina*, p.5

esses trabalhos são entre si diferentes, classificados em tese, monografia, relatório, projeto e livro, não se podendo assim compará-los de forma homogênea.

Assim mesmo é possível sublinhar a carência de estudos regionais, a superficialidade e repetição da maioria dos trabalhos disponíveis, principalmente considerando as diferenças do processo de ocupação econômica e sócio-cultural entre o interior e o litoral. E por fim a característica comum a quase todos eles - olhar as Lavras como uma região fechada, isolada, sem a preocupação de inserí-la num contexto mais amplo da história. Aqui proponho um novo olhar sobre as Lavras, que busque um conjunto de relações em que ela está inserida e que compõem a sua história.

Para tanto, destaco o trabalho de Herberto Sales como caminho a ser perseguido pela historiografia. Através da literatura ele capta a diversidade, o múltiplo e o acontecer histórico dos garimpeiros no seu dia a dia de trabalho. Com seu olhar e os olhares produzidos pelas pessoas que viveram o dezenove convido para uma viagem à Santa Isabel do Paraguassú como recurso metodológico para entender a ocupação e cotidiano de uma vila do sertão da Bahia.

CAPÍTULO II

AVENTURA, TRABALHO E DIAMANTE: a Vila de Santa Isabel do Paraguassú

> *"Naquela direção, após seis dias e sete noites, alcança-se Zobeide, cidade branca, bem exposta à luz, com ruas que giram em torno de si mesmas como um novelo. Eis o que se conta a respeito de sua fundação: homens de diferentes nações tiveram o mesmo sonho - viram uma mulher correr de noite numa cidade desconhecida, de costas com longos cabelos e nua. Sonharam que a perseguiam. Corriam de um lado para o outro, mas ela os despistava. Após o sonho, partiram em busca daquela cidade, não a encontraram, mas encontraram uns aos outros; decidiram construir uma cidade como a do sonho. Na exposição das ruas cada um refez o percurso da sua perseguição; no ponto que havia perdido os traços da fugitiva, dispôs os espaços e a muralha diferentemente do que no sonho a fim de que desta vez ela não pudesse escapar."*[67]

Assim pode ser descrita a formação de várias cidades. Zobeide representa o sonho de vários homens na peregrinação pela sobrevivência, geralmente um processo coletivo de levas de migração em busca do "paraíso". A vila de Santa Isabel do Paraguassú, nas Lavras Diamantinas, também atraiu muitas pessoas em busca do sonho da riqueza fácil, da pedra que brilha e traz felicidade - o diamante. A partir da década de quarenta do século XIX, ela vive a sua fundação: homens e mulheres vêm de toda parte com a mesma esperança de encontrar diamante. Nesta busca constróem a vila, deixando suas marcas.

Aqui proponho um passeio pela vila de Santa Isabel do Paraguassú, nos meados dos oitocentos, numa perspectiva de olhar a sua complexidade, seus personagens, seu processo de povoamento. A perspectiva é perceber a vila a partir de suas relações com as Lavras, com a Cidade da Bahia e com outras regiões no tocante ao abastecimento e em relação ao comércio do diamante, questionando até que ponto é válida a tese do sertão enquanto deserto e isolado, confrontando, por outro lado, com a tese da auto sustentação.

Tentaremos perceber a cidade enquanto uma construção social que envolve práticas diferenciadas, vivenciadas por pessoas diversas que marcaram o lugar onde habitaram. Trata-se de entender o movimento humano pela história. Como nos diz Regina Neto sobre as cidades de Mato Grosso:

> *"(...) a descoberta das lavras diamantinas e o aparecimento das pequenas cidades... – não se explica pela dimensão heróica dos pioneiros em busca da riqueza, e nem do seu significado para o "futuro da região" -, mas pelas práticas de habilidade e organização social que dali resultaram – da ação de homens interessados em construir práticas de convívio social – um espaço que depende ou é efeito de transformações essenciais."*[68]

Nessa perspectiva é interessante perceber a fluidez do comércio, principalmente o comércio do diamante, em sua maioria clandestino. Nem todas as transações eram controladas nem passavam pela fiscalização do Estado, e além disso, nelas estavam envolvidos diversos sujeitos muitas vezes moradores em outras vilas. Este comércio foi essencialmente marcado por conflitos e disputas em torno do poder e da riqueza; é interessante aqui analisar a natureza desses conflitos.

Daí, finalmente, buscaremos analisar o cotidiano da vila, seus habitantes, identificando não só riquezas e farturas, mas também pobrezas, perceber o que a economia do diamante provocou em relação a uma grande parcela da população que não tinha terra nem outras posses. Vislumbram-se, assim, os diferentes personagens que se diziam garimpeiros, a diversidade de pessoas que foram para as Lavras em busca do diamante. Destacamos, mais adiante, a experiência da escravidão nas terras de garimpo. Quem eram esses escravos? Como viviam? Buscaremos analisar sua especificidade no capítulo seguinte.

Santa Isabel do Paraguassú, atual Mucugê, era a principal via de acesso às Lavras Diamantinas para quem chega do sul do país. A partir de Santa Isabel a Serra do Sincorá

---

[67]CALVINO, Ítalo, *As cidades invisíveis,* São Paulo: Cia. Das Letras, 1990, p.45.

[68]GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz, Grupiaras e Monchões: garimpos e cidades na história do povoamento do leste de Mato Grosso – primeira metade do século XX, Campinas, SP: Unicamp, Tese de Dourorado em História, 1996, p.10.

domina a Chapada Diamantina que está localizada no centro do estado da Bahia, ocupando uma área de 370 quilômetros de comprimento por 228 de largura[69], e se constitui num prolongamento da Serra da Mantiqueira, de Minas Gerais, que se desdobra em Serra do Espinhaço e Serra da Mangabeira. A Chapada se divide em duas zonas: a agrícola e as lavras[70], pelas características geográficas e econômicas de cada uma delas. A região das Lavras se caracteriza por apresentar um relevo predominantemente de serras e de características minerais, abrangendo os atuais municípios de Andaraí, Lençóis, Mucugê e Palmeiras[71].

Santa Isabel, ao se tornar vila em 1847, abrangia um território físico-geográfico muito maior que o atual município de Mucugê, como podemos ver no mapa 2 em anexo[72], embora a sede da vila localizava-se no mesmo local que é hoje a sede da cidade de Mucugê. Estava localizada numa posição estratégica – centro da Província da Bahia, ficando distante da vila de Cachoeira, em 1848, 80 légoas[73] medidas a pedido do governo provincial. Também estava bem localizada em relação às vilas do interior que se destacavam em relação ao comércio e produção agrícola; ficava distante 18 légoas da vila de Rio de Contas, um dos caminhos prováveis de acesso à província de Minas Gerais, e 55 légoas da vila do Urubú, ligando-a ao norte da província[74]. É possível visualizar no mapa 3, em anexo, a centralidade geográfica de Santa Isabel, ainda em 1889, quando Lençóis e Andaraí já não lhes pertenciam.

Essa centralidade foi marcada, nos primeiros anos de exploração do diamante, por a vila ser sede administrativa da produção e comercialização do diamante. Era centro de informações e do poder. Em 1875 a província da Bahia contava com 7 linhas de correios partindo de Salvador para o interior; uma dessas linhas tinha como ponto final

---

[69]SAMPAIO, Teodoro. *O Rio São Francisco e a Chapada diamantina*, p. 198.
[70]Divisão feita por Ronaldo SENA, na sua tese de doutorado *Jarê: manifestação religiosa na Chapada Diamantina. SP, 1984.*
[71] Ver mapas da região em anexo, principalmente o mapa 1.
[72]Sua área correspondia ao que corresponde hoje os municípios de Mucugê, Andaraí, Lençóis, Ibiquera, Barra da Estiva, Jussiape, Iramaia, Itaete, Ituaçu, Tanhaçu, Contendas do Sincorá, Vagner, Palmeiras, Souto Soares, Seabra e Iraquara. Ver Quadro do desmembramento dos municípios no século XIX – Atlas do Estado da Bahia, SEPLANTEC, Salvador: Artes Gráficas, 1976.
[73]APEB, Biblioteca, Falla recitada na abertura da Assembléia Legislativa da Bahia, pelo Presidente da Província o Desembargador João José de Moura Magalhães – 25 de março de 1848, p 5/6.
[74] APEB, Biblioteca, Falla recitada na abertura da Assembléia Legislativa da Bahia, pelo Presidente da Província Doutor João Maurício Wanderley – 1 de março de 1854, p 5/6.

Santa Isabel e de lá eram redistribuídas para as povoações e para Lençóis, já vila em 1856.[75] Por outro lado, em Santa Isabel o movimento de tropeiros e pessoas vindo de outras vilas e províncias era grande, o que indica que as informações chegavam também por outros caminhos, não apenas por Salvador. A vila atraiu muita gente desde sua formação.

Chegar nesta vila a partir de 1844 foi uma aventura feita por muitos, logo que a notícia da descoberta de diamantes espalhou-se. A região foi ocupada por diversos grupos sociais – garimpeiros ricos e pobres de regiões vizinhas e das minas da Província de Minas Gerais; libertos do Recôncavo e Capital que foram tentar vida livre e buscar a sorte dos diamantes nas Lavras. Nesse sentido Eduardo Silva destaca que "*muitos libertos que vegetavam à margem do sistema em Salvador, no recôncavo ou mesmo no alto sertão, viram a riqueza do diamante como uma possibilidade de integração e também de ascensão social.*"[76]

Esta é uma característica que marcou todas as cidades mineradoras, cidades invadidas por pessoas de todas as partes. Assim foram caracterizadas as cidades mineiras de Mato Grosso:

> "*As pequenas cidades da mineração do diamante, eram, assim, vistas como uma terra de oportunidades; lugares que recebiam gente de todos os lados, intersecção de movimentos migratórios, nem começo, nem fim, mas, de fato, lavras do diamante de Mato Grosso.*"[77]

Muitos dos habitantes das Lavras baianas vieram das cidades mineiras, talvez pela proximidade e acesso à região ou mesmo pela semelhança da atividade mineradora. Num ofício enviado pela Câmara Municipal do Rio Pardo, Província de Minas Gerais, para o

---

[75] SILVA, Sylvio C. B. Mello (org), *Urbanização e metropolização no estado da Bahia: evolução e dinâmica*, Salvador: Centro editorial e didático da UFBa, 1989, p. 143.

[76] SILVA, Eduardo, *Dom Obá d'África, o príncipe do povo: vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor*, São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p.32. No livro ele relata a ida do pai de Dom Obá II para Lençóis, logo após ter conseguido a liberdade em Salvador, em torno de 1845.

[77] GUIMARÃES NETO, *Grupiaras e Monchões: garimpos e cidades na história do povoamento do leste de Mato Grosso*, p.158

Presidente da Província, em 22 de outubro de 1845, citando o número de casas comerciais desta vila, esta migração torna-se evidente:

> *"(...) no anno financeiro de 1844 a 1845 forão lançadas nos cadernos da Colletoria deste Município quartoze casas de negócios, das quaes existião seis na vila, sete em Povoações menores, e huma nas Estradas (...) só três casas de negócio consta existirem presentemente no município (...) Quasi todas as allistadas n'aquela lista nos anos de 1844 a 1845 decharão o Município e presentemente se achão na Serra Diamantina do Paraguassú, na Província da Bahia (...)"*[78]

Em "Cascalho", romance da década de 40 deste século, que retrata o mundo dos garimpos de diamantes nas Lavras Diamantinas da Bahia, esse processo está presente. Na narrativa Herberto Sales, o autor, utiliza vários tempos, através da narração do passado de seus personagens, mostrando-nos que não chegavam às Lavras somente pessoas em busca do diamante, mas atraídas também pelo que a cidade poderia possibilitar. Assim Zé de Peixoto entra no enredo com toda uma descrição anterior de sua vida passada:

> *"O negro meteu-se na jagunçada, fez prodígios no Coxó. Não perdia um tiro, cada tiro - uma queda. Começou a contar os homens que derrubava, mas depois perdeu a conta. Quando regressou, famoso e respeitado, teve como prêmio a proteção do chefe. Este o mandou de volta para a Passagem, estava satisfeito com ele."*[79]

Assim acontece com diversos personagens, o que leva o leitor a imaginar, entre outras coisas, o processo de construção e ocupação da cidade, marcado pelo estabelecimento de diversos territórios. Aqui é possível perceber não apenas a imagem da paisagem humana das Lavras, mas o estabelecimento de territórios, isto é, o espaço

---

[78] APM, Seção Provincial, Câmara Municipal, caixa 225, Rio Pardo.
[79] SALES, *Cascalho*, p.41

físico-geográfico modificado e construído pelos homens, um espaço com marcas e memória social.[80]

Herberto mostra como ocorreu o povoamento da região, construindo um contexto marcado pela atração exercida pelo diamante, responsável pela rápida ocupação da cidade e região, recorrendo aqui ao tempo passado. Assim acontece através da história de vida de seus personagens como a de Dr. Marcolino:

> *"De qualquer forma, em dez anos de vida em Andaraí, ele jamais se referiu a seu passado; nem nunca deu direito a que se lhe fizessem perguntas a respeito. Chegara um dia às Lavras, atraído pela fama dos seus garimpos rico – e, afinal, quase todos chegavam nas mesmas condições: com um passado que ninguém conhecia."*[81]

As descrições dos personagens incluem as suas origens, o movimento de chegada à cidade, formando uma idéia de "cidade de estrangeiros", de como ela foi sendo ocupada e quem era sua população:

> *" - Famílias arraigadas ao meio - disse a um visitante - o senhor não encontra... salvo três ou quatro exceções. O resto é o que se sabe: uma mescla adventícia composta de forasteiros, de gente nômade, que vem dos mais longínquos rincões do país...Conheço aqui mesmo um sujeito que o senhor não é capaz de avaliar de onde ele seja.*
>
> *O visitante perguntou:*
>
> *- Do Rio Grande do Sul?*
>
> *- Não.*
>
> *- De Santa Catarina?*
>
> *- Não.*
>
> *- Do Amazonas?*
>
> *- Não.*
>
> *- Do Acre? - insistiu o homem querendo esmagar o professor com esse fim-de-mundo nacional.*
>
> *- Não.*
>
> *- De onde então?*

---

[80] ROUNIK, Raquel. "História urbana: história da cidade?" In FERNANDES, Ana e GOMES, Marcos A. Figueiras (orgs) CIDADE E HISTÓRIA, Salvador:UFBa / Faculdade de Arquitetura e Urbanismo / ANPUR, 1992, p. 28-29. Neste texto ela trabalha o conceito de território como um espaço real vivido, como um registro histórico.

[81] SALES, *Cascalho*, p.53

- *Da Síria, homem!*"[82]

Em Santa Isabel do Paraguassú, nas Lavras Diamantinas da Bahia, esse processo acontece numa rapidez surpreendente, logo após a descoberta do diamante em 1844. Já em 1846, ainda como povoado do Paraguassú Diamantino, foi escolhida para ser a sede da fiscalização da exploração mineral. Benedicto Marques de Acauã, primeiro Inspetor dos terrenos diamantinos, foi mandado para lá e justifica a escolha do local:

> *"Com quanto não seja a povoação denominada Paraguassú Diamantino – um lugar que esteja em distância igual para todos os terrenos diamantinos que a cercam, todavia constituída hoje um centro de relações comerciais para aqueles terrenos, e o que é mais para todas as vilas dos sertões d'esta província, deve ella ser marcada para a séde da administração dos ditos terrenos e residência dos seus empregados."*[83]

A vila, criada já em 1847, teve origens mais remotas. Suas terras faziam parte da grande sesmaria doada aos Guedes de Brito e, posteriormente passaram a pertencer à família Rocha Medrado. Ainda em 1818, quando os naturalistas Spix e Martius cruzaram a região, registraram a existência de diamantes nos seus terrenos[84], embora sua exploração em larga escala, até então proibida pelo governo imperial, só viesse a acontecer duas décadas depois.

Santa Isabel, como a maioria das vilas brasileiras, tem sua origem ligada ao processo de apropriação de terras. Essas apropriações provavelmente aconteceram antes da Lei de Terras de 1850, portanto os fazendeiros da região incluíram nas suas posses as chamadas terras devolutas[85]. Aliás, esse foi um processo que a Lei de 1850 não conseguiu frear, mesmo após sua promulgação *"os fazendeiros continuavam a fazer o que ha muito já faziam: apropriavam-se de terras devolutas. Ociosas ou não, elas se*

---

[82] SALES, *Cascalho*, p.174

[83] ACAUÃ, p. 234-5, citado por CATHARINO, José Martins. Garimpo, Garimpeiro, Garimpagem - Chapada Diamantina. Rio de Janeiro: Philobiblion; Salvador: Fudanção Econômico Miguel Calmon, 1986, p.14

[84] SPIX, Johann Baptist von, *Viagem pelo Brasil: 1817 – 1820*, Tradução Lúcia Furquim Lahmeyer. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1981, p130.

[85] No APEB existe o Livro de Registro de Terra da vila de Santa Isabel que, certamente, possibilitaria um estudo mais aprofundado dessa questão, que ultrapassa o interesse dessa pesquisa.

tornavam parte do domínio do fazendeiro que, ansioso por salvaguadar o seu poder, impedia reiteradamente que outros sujeitos sociais viesse a ocupar parcelas de terras, matas virgens sabidamente devolutas."[86] Em Santa Isabel, esse processo foi liderado pela família Rocha Medrado. No inventário de Maria Magdalena de Novaes Rocha, esposa do Coronel Reginaldo Landulpho da Rocha Medrado, do ano de 1857, a relação dos bens imóveis é demonstrativo dessa apropriação.

São declarados, além das fazendas São João, Santo Antônio, Sumidouro, Licuri, Rio Una e Tapera[87], as serras das quatro primeiras e "*as serras da villa de Santa Isabel, Andarahy, Chique-Chique, com a Chapada Diamantina conforme as divisas da escriptura da Fazenda do Rio de Una pelo lado direito do Paragussú, e a da Fazenda das Araras pelo lado esquerdo do dito rio*"[88]. A declaração de posse das serras e gerais é uma evidência da apropriação por esta família das chamadas terras devolutas, terras que nunca foram compradas ou demarcadas por instrumentos legais.

Outra estratégia utilizada, também, pelos fazendeiros de Santa Isabel, entre eles os Rocha Medrado, foi o silêncio em torno da existência de indígenas na região, o que pode significar sua apropriação. Em correspondência da Câmara de Santa Isabel em resposta a pedido do Ministério d'Agricultura Com. e Obras Públicas, em 20 de dezembro de 1862, Manuel Pedro Alvares Moreira Vilas Boas, juiz de Direito de Rio de Contas informa que "*nessa comarca não existem actualmente aldeiamentos, nen tribus em estado selvagem, encontrando-se raramente pela serrania um ou outro vestígio de sua peregrinação por estas regiões em epochas remotas*" [89]. A vila de Santa Isabel fazia parte, neste período, da comarca de Rio de Contas, e os juízes alí, certamente, eram representantes dedicados dos interesses dos grandes fazendeiros. A presença indígena na região ainda não foi satisfatorialmente estudada, mas não significa que ela não tenha sido importante. Algumas toponímias sugerem a marca do povoamento indígena – Andarahy, por exemplo, vem do tupi, significa rio dos morcegos.[90] Ainda no século XVIII, temos

---

[86]MOTTA, Márcia M. Menendes. *"Terra, Nação e Tradições Inventadas (uma outra abordagem da Lei de Terras de 1850)"*. In: MOTTA, Márcia e MENDONÇA, Sônia (orgas.). Nação e Poder: as dimensões da história. Niterói, RJ: Eduff, 1998, p. 83.

[87] Podemos visualizar a localização dessas fazendas no mapa 8 em anexo.

[88]APMM. Inventários, estante 11, caixa 47, maço 56.

[89]APEB, Judiciário, Juízes - Sta. Isabel (1847-1880), Maço 2575

[90] SALES, Herberto, *Rio dos Morcegos*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, s/d.

registros da presença indígena na região das Lavras Diamantinas, através dos relatos de viajantes e notícias de bandeiras mandadas àquela área para conter indígenas.[91] No mapa 5, em anexo, é possível visualizar essa presença indígena pela região, desde o século XVII, quando se organizou algumas entradas de caça ao índio.

Além do domínio econômico e territorial dos Rocha Medrado, eles estiveram presentes na cena política da vila, no período em estudo, assumindo cargos provinciais e municipais. Eram os portadores do exercício do poder. Em 4 de novembro de 1848, a Câmara municipal de Santa Isabel do Paraguassú recebe um ofício comunicando a nomeação de Reginaldo Landulpho da Rocha Medrado para Comandante Superior da Guarda Nacional deste município e do Rio de Contas.[92] O Coronel Reginaldo assumia, assim, uma posição de destaque naquela sociedade, tornando-se um legítimo representante do governo imperial. Além disso foi presidente da Câmara municipal de Santa Isabel em 1857. Seu irmão, Coronel Francisco José da Rocha Medrado, também proprietário de terras na vila, tinha sido presidente da Câmara anteriormente, de 1849 a 1853.[93]

Analisando as Atas da Câmara de Santa Isabel do Paraguassú entre os anos de1848 e 1862, e as Posturas Municipais do ano de 1856 percebe-se o reflexo desse poder dos proprietários na forma como é representada a vila. Santa Isabel era pensada e organizada a partir de uma concepção de território homogêneo, representado pelos homens proprietários brancos – donos de terras e garimpos, que possuíam os cargos públicos. Esses homens tentavam impor a sua lógica de organização à outros grupos – escravos, negros livres e pobres em geral. Nas posturas encontramos proibição da arte de curar (perseguição aos curandeiros) por um lado, e por outro uma série de medidas copiadas de outros municípios referentes a organização da vida na sede da vila - habitação, salubridade, higiene, vacinas. Hábitos divulgados pelo governo da Província e que estavam relacionados ao processo de Revolução Industrial que difundiu novas formas de consumo e organização da vida social.

---

[91]FREIRE, Felisbelo, *História Territorial do Brasil*, Rio de Janeiro, vol 1, 1906.
[92]APMM, Livro de Atas da Câmara 1848-1865
[93]APMM, Livro de Atas da Câmara 1848-1865

Além dos Rocha Medrado, algumas outras famílias, também proprietárias de terra - Pereira Athaíde, Azeredo Coutinho - assumiram os cargos públicos de vereador, juiz, delegado, chefe da guarda nacional, deputado, entre outros, e implementaram na Câmara de Santa Isabel a organização política e administrativa da vila, seguindo a direção e interesse do governo provincial. Sabemos o quanto esses interesses foram centralizados a partir da década de 40 do século passado com as reformas constitucionais para conter as revoltas liberais. Assim as câmaras municipais perderam ainda mais a autonomia política, e

> *"dependiam inteiramente de auxílios, concessões e insenções de impostos do Presidente da Província para a construção de benfeitorias básicas para suas vilas e cidades, e para qualquer mudança nas posturas referentes a aspectos da administração municipal (...) as Câmaras não poderiam discutir questões não abordadas no Regimento, que atendessem interesses locais ou fossem 'feitas em nome do povo', devendo submeterem-se aos interesses do governo provincial e da monarquia imperial"*[94]

Por outro lado, as Câmaras Municipais foram, desde a colônia, núcleo de decisões políticas das vilas, posição que mantiveram no Império, sendo cada vez mais dominadas pelos coronéis.[95]

Esse poder adquirido pelas famílias proprietárias locais sugere, também, a ausência do Estado no interior. O poder público fazia-se pouco presente nos lugares distantes da capital o que permitiu muitas vezes o exercício do poder via o controle civil.

O poder das famílias é também caracterizado pela concentração de riqueza. No inventário de Maria Magdalena de Novaes Rocha é possível perceber essa concentração, relacionando aos outros inventários pesquisados. Só o seu inventário detém 21,94% do valor do total das terras de um universo de 58 inventários, dentro deste universo ainda

---

[94]REIS, Liana Maria. *"Municipalidade, poder e controle social: o confronto entre ordem pública e ordem privada nas Minas Gerais do século XIX"* -In Anais I Colóquio de Estudos Históricos - Brasil/Portugal, Belo Horizonte, 22 a 29 de agosto de 1993, MG: PUC, 1994, p.177-178.

está o de Landulpho Medrado, seu filho, que possui 8,03% deste valor; os dois juntos somam, aproximadamente, 30% do valor das terras declaradas nesses inventários[96]. Certamente, essa concentração é fruto do processo de colonização do interior baiano que, além de outros fatores, concentrou as terras nas mãos desses antigos sesmeiros e descendentes. Além disso as escrituras de compra e venda de terras e escravos confirmam o papel do Coronel Reginaldo Landulpho da Rocha Medrado como grande vendedor e comprador desses bens.

Essas terras estavam distribuídas em toda a região das Lavras Diamantinas, não apenas na vila de Santa Isabel. No mapa 8, em anexo, visualizamos o controle e domínio das terras pelos Rocha Medrado. Muitas das fazendas deste mapa foram declaradas no inventário de Maria Magdalena, esposa do Cel. Reginaldo Landulpho da Rocha Medrado. Por outro lado, estão declaradas também terras com regos d'água, provavelmente utilizadas para garimpo. No mapa 9, também em anexo, as áreas de garimpo aparecem próximas às fazendas e aos rios citados no inventário referido, o que sugere um controle também dos garimpos por esta família.

O Coronel Reginaldo Landulpho da Rocha Medrado controlava as explorações, já que a maioria dos garimpo pagavam a ele o uso das serras e terras de minerar. Nas escrituras públicas é comum encontrar seu nome como comprador ou vendedor dessas terras:

> *"Vendedor: Comandante Superior Coronel Reginaldo Landulpho da Rocha Medrado*
> *Comprador: Major Antonio Gomes Calmon*
> *Bem: "sorte de terras no lugar da passagem do rio Santo Antonio, denominado Manuel Corrêa em procura do Riaxão Otinga thé onde prehenxer legoa e meia quadrada de sul ao norte, e de poente a nascente, sendo o pontto a passagem do Rio Sto. Antonio, onde mora o dito Côrrea"* (p.7)
> *Valor: 1:000$000 reis*
> *Villa de Santa Isabel do Paraguassú, 11/12 /1850*
>
> *Vendedor: Comandante Superior Coronel Reginaldo Landulpho da Rocha Medrado*

---

[95]ROCHA, Carmem Lúcia Antunes. *"O município na federação brasileira (observações sobre aspectos históricos, jurídicos e políticos do município no Brasil)"* - In Anais I Colóquio de Estudos Históricos - Brasil/Portugal, Belo Horizonte, 22 a 29 de agosto de 1993, MG: PUC, 1994.
[96]APMM, Inventário, estante 11, caixa 47, maço 56.

Comprador: José Mendes de Carvalho
Bem: "terras da Barra do Riacho do Cantinho do Rio Lençois, por este acima as suas cabeceiras e destas em rumo as cabeceiras do Ribeirão do Inferno, e por este abaixo a estrada velha na passagem do mesmo Ribeirão, e pela estrada direita ao Riacho Lavapés, e por este acima a procurar outra ves o Riacho de Cantinho, onde principiou (...)"
Valor: 1:600$000
Villa de Santa Isabel do Paraguassú, 23/10 /1850

Vendedor: Comandante Superior Coronel Reginaldo Landulpho da Rocha Medrado
Comprador: Capitão João da Matta Pires
Bem: "uma parte de terras cita na Serra do Andarahy, no Riacho do Gafanhoto na povoação do andarahy em linha recta pela estrada do Comercinho hum quarto de legoa, e de cumprimento huma legoa de Brejo do Paulista inclusive, sendo toda de marcação feita pelo lado direito do Gafanhoto rio acima inclusive a margem do mesmo (...)" (p.9 fundos)
Valor: 600$000 reis
Villa de Santa Isabel do Paraguassú, 20/01/ 1851" [97]

Essas escrituras revelam o papel do Coronel Reginaldo como comerciante de terras, principalmente terras que serviam para garimpagem, próxima de rios, inclusive demarcando suas margens. Certamente, ele era um dos maiores comerciantes da vila, envolvendo-se, após 1844, com o comércio do diamante.

Dentre essas terras, estão as serras e regos d'água que representam em valor de réis 60,8% do valor total dos bens imóveis declarados no inventário da sua esposa. Isto significa que as terras onde provavelmente se localizavam os garimpos eram as mais caras, sendo a família também proprietária de garimpos, o que leva à conclusão de que sua riqueza também era proveniente do diamante ou que crescia com a valorização das terras diamantíferas, embora tal não esteja abertamente declarado no inventário.

É possível concluir com essas informações que a atividade mineradora nas Lavras foi gerenciada ou controlada também pelos grandes proprietários de terras, "donos" da região antes do diamante. Mesmo assim, o diamante chega e deixa suas marcas, vamos ao encontro delas.

---

[97] FMM. Livro de Notas 1850-53, n. 2, p.7 e p.9 (fundos)

O Garimpo de Diamante

Os garimpeiros de diamantes chegaram às Lavras como resultado das levas de migrações de todas as partes da Província e até do Império. Após 1844, quando foi noticiada a existência de diamante, a serra do Sincorá foi invadida por centenas de pessoas que fundaram a Vila de Santa Isabel do Paraguassú já em 1847. Como toda vila de mineração, tinha ritmo e movimento relacionados aos garimpos e garimpeiros, ao comércio de diamantes. Mais uma vez é interessante a descrição que Guimarães Neto faz de Mato Grosso:

> *"Garimpeiros, grandes compradores de diamantes e pequenos negociantes, estavam sempre a transitar e a dirigir o movimento das ruas e dos negócios. Aqui e ali uma multiplicidade de cores e ruídos: gente que chegava, gente que saía, uns mais pobres e outros mais ricos."*[98]

Caracterizar essa atividade é tarefa um tanto complexa. A mineração é *per si* uma atividade clandestina, não deixa muitos vestígios explícitos sobre seu movimento, mas, por outro lado, deixa fortes marcas nas sociedades formadas ao seu redor. É em busca dessas marcas que vamos aqui entender como funcionava o garimpo de diamante numa vila das Lavras Diamantinas nos meados dos oitocentos.

A descoberta do diamante na região é atribuída ao ano de 1841 em Santo Ignácio, na Serra do Assuruá, logo em seguida na Serra das Aroeiras, em Morro do Chapéu e, em 1842, no Sincorá Velho. Daí partiram os garimpeiros para o rio Mucugê.[99] José Martins Catharino, citando Orvile Derby confirma essas datas:

> *"Um certo Morembeque, portuguez de nascimento, passou por ser o primeiro descobridor de ouro e diamantes na Serra do Assuruá (...) No primeiro ano de 1840 todos os lavadores de ouro passaram a trabalhar em diamantes que foram descobertos por José de Matos na vizinhança do actual comércio de Santo*

---

[98] GUIMARÃES NETO, *Grupiaras e Monchões,*, p.159

[99] SALES, Fernando. *Memória de Mucugê*, p.29. Ver também o mapa 4 em anexo que mostra os municípios produtores de diamantes, muitos dos quais antes de Santa Isabel.

> *Ignácio (...) A descoberta de diamantes nesse logar (Morro do Chapéo) data de perto do fim do ano de 1841 (...)A mais nova e mais importante descoberta de diamantes de província da Bahia é na Serra da Chapada Grande, ou como recentemente se chama esta serrania, a Serra das Aroeiras (...)*[100]

O governo provincial, mesmo tomando conhecimento das descobertas, só intervém em 1846, após as descobertas no rio Mucugê, quando cria a Repartição Diamantina, com sede na vila de Santa Isabel do Paraguassú, para fiscalizar e organizar a exploração. Mesmo assim, as reclamações sobre a falta de notícias e controle é constante nas *Fallas* dos presidentes de província:

> "(...) *não deixarei passar despercebida a extraordinaria descoberta dos diamantes na Serra do Sincorá, que he a mesma que passa em Minas Gerais, pelo Ouro Preto, Serro, Cidade Diamantina, ou Antigo Arraial de Tejuco, e Serra do Grão Mongol, lugares todos diamantinos, à excepção do Ouro Preto. Esta descoberta, si não tem sido aproveitada em favor do Governo, não tem deixado de dar muito movimento ao commercio, e os diamantes tem sido tantos, que hão baixado consideralvelmente no mercado, e devem alterar sem duvida a fortuna de quem tiver nelles muitos capitaes empregados.*
>
> *Todas as exigencias, que o Governo tem feito, de noticias sobre a existencia do mineral, ou de qualquer objeto que interessar na prosperidade da Provincia, ainda nenhum effeito tem produzido.*"[101]

Essa ausência de notícias evidencia o que afirmamos anteriormente, a mineração do diamante, nas Lavras diamantinas, foi uma atividade organizada por particulares que muito pouco informavam ao governo. A ausência de notícias era certamente intencional, o sucesso da exploração dependia do sigilo, pois quanto menos pessoas soubessem, menos pessoas explorariam e a riqueza poderia ser melhor acumulada.

---

[100] CATHARINO, José Martins, *Garimpo, Garimpeiro, Garimpagem - Chapada Diamantina,* Rio de Janeiro: Philobiblion; Salvador: Fudanção Econômico Miguel Calmon, 1986, p.57

[101] APEB, Biblioteca, Falla do Presidente da Província Francisco José de Sousa Soares D'Andrea, dirigida a Assembleia Legislativa da Bahia, na abertura da sessão ordinária do ano de 1846

Além disso, esses proprietários tinham na Repartição Diamantina uma aliada nesse silêncio. A Repartição Diamantina, apesar de ser um órgão oficial do governo nas Lavras, estabelecia com os comerciantes locais relações de favores e proteção. Eram comuns denúncias de corrupção e roubo por parte de garimpeiros contra a Repartição. Nos processos-crime a imagem que aparece da Repartição Diamantina é de funcionários corruptos e abuso de autoridade nas negociações com impostos e diamantes. No processo aberto contra José Joaquim Grota, garimpeiro, morador no Districto de Andarahy, por Joaquim Martiniano Alves de Araujo, negociante, também morador desse districto, em 1866, é possível ver este tipo de denúncia. Joaquim Martiniano denuncia José Grota de tê-lo roubado cascalho, num terreno que ele tinha conseguido com a Repartição Diamantina. Como resposta José Grota relata, minuciosamente a questão. Primeiro relata o fato ocorrido:

> *"É simplissimo o caso, que o recorrido pretende a todo o transe, converter em um crime praticado pelo recorrente, eil-a: Pertence ao recorrente por contracto feito com a Repartição Diamantina, um lote de terreno de mineração situado nas imediações do Andarahy, residencia do recorrido, que passou a invadil-o e desfrutal-o sem autorização alguma, até que foi intimado a requerimento do recorrente para suspender seus trabalhos, como consta (...): isto em 25 de novembro de 1864. O recorrido porem, entendeu que podia, como fez, oppor-se à ordem da autoridade local para continuar, como continuou, a desfrutar o serviço do recorrente, que, por seu turno, tinha o direito de repelir, de afugentar os trabalhos do lugar da questão – propriedade sua e tomar conta della, como effectivamente aconteceu(...)*

Em seguida argumenta a falta de provas e instrumentos por parte de Joaquim Martiniano, que teve na Repartição Diamantina uma aliada:

> *Não tendo o recorrido fundamento algum para propor e sustentar uma ação contra o recorrente, procurou a Repartição Diamantina, e obtendo porção de bilhetes, de faiscados, persuadiu-se de que estas lhe davam sufficiente garantia para renovar seus trabalhos de mineração no terreno; e de feito o*

invadio e occupou (...), preparado com os seus chamados documentos, e com um outro que lhe forneceu o mais desconceituado de todos os Empregados Publicos – isto é, o Agrimessor da Repartição Diamantina, Hermenegildo Pereira d'Almeida Junior, cujos actos são outras tantas provas de sua dobrez; preparada assim, dizemos, no intuito de provar que o recorrente não tinha direito ao terreno da questão, e portanto, comettera o crime de furto, objeto da queixa, recorrendo despacho de sustentação de não pronuncia, e, juntando em abono de suas capciosas razões essa despresivel colleção de papeis (...), conseguio, certamente por inadvertencia do juiz que o recorrente fosse pronunciado (...)

elle nega que pertença ao recorrente o terreno da questão, não affirma porem que seja seu; logo commetia uma fraude em prejuizo das rendas publicas desfrutando-a sem previa garantia. Dirá que estava munido de bilhetes; mas, somente depois que foi coagido à retirar-se é que lhe foram elles concedidos pela Repartição Diamantina, com o que julgou-se habilitado para continuar no trabalho de que fôra suspenso; obrigando assim o recorrente a verificar a demarcação do seu lote, para segunda vez expulsal-o dos seus limites(...)

Continua, pois, a referir-se ao procedimento do funcionário da Repartição como suspeito e sem valor, inclusive reforça o fato de que procedimentos como este são práticas comuns do agrimensor público, portanto as cartas emitidas por ele não servem como prova.

Contra isso pois nada influiu as taes cartas, assim como a celebre remediação feita pelo celebrissimo Agrimessor, Hermenegildo – que tendo lugar em 19 de Dezembro, segundo diz, um dia antes de apresentada a queixa – o recorrido não se lembrou de juntal-a à mesma, como convinha, para sustentar suas allegações; deixando com tal falta suppor-se e mui razoavelmente - que, por um favor, que custaria caro ao recorrente, foi ante datado o acto do officioso Agrimessor, cuja historia offerece numerosos exemplos de milagres ainda maiores. Se não estamos em erro, se com effeito o bom do Agrimessor operou o tal milagre, e o recorrente entendeo, por esse meio, provar alguma cousa, ficou tão atrasado como estava, porque ali estão os factos para contrarial-o de modo mais satisfactorio. (...)"[102]

[102] APMM. Processo Crime. Estante 07, Caixa 28, Maço 28

Neste caso ficou provado que José Grota tinha razão e era de fato proprietário do terreno, ficando improcedente a queixa de Joaquim Martiniano. Mas também fica evidente o quanto suspeito era o funcionário da Repartição Diamantina, e mais que isso, como eram negociados e fiscalizados os terrenos diamantinos. A depender da relação com o funcionário, conseguiam-se favores e papéis oficiais para garantir a posse.

O recurso à justiça foi um procedimento muito frequente nas Lavras. São inúmeros os processos envolvendo conflitos em torno do diamante, roubo principalmente, e também envolvendo funcionários do Governo Provincial. No processo aberto por José Luis Gonçalves Ferreira, capangueiro ou negociante de diamante, contra o Tenente Manuel Honório de Moura e Albuquerque, Coletor das Rendas Provinciais e seu escravo Custodio, em 1886, esta situação está presente:

> "*Voltando o queixoso da cidade de Lençoes, onde fora vender diamantes, como costuma quase habdomadiariamente, encontrara sem entrada, entre esta villa e a Povoação do Capa-Bode, em o dia 21 do corrente mês de Agosto, às 4 horas da tarde pouco mais ou menos, com o acusado Manuel Honório de Moura e Albuquerque, o qual, dirigindo-se amigavelmente ao queixoso, perguntara-lhe se trazia alguma carta para elle, e dando-lhe o queixoso resposta afirmativa, entregou ao accusado uma carta, que o mesmo abriu e leu; disendo em seguida que se dirigia à Povoação do Chique-Chique à negocio da Colletoria Provincial, e que seu escravo tinha ficado um pouco atras.*
>
> *Despedio-se então o queixoso do dito accusado, mas antes que tivesse seguido viagem ouviu o accusado diser em alta vos – Chegue! E repetina e bruscamente – sem que tivesse tempo de defender-se – foi o queixoso agredido pelo accusado Custodio e pelos dois accusados desconhecidos – até então occultos no matto - , os quaes, cavalgava, e tomando-lhe uma pistola de dois canos da fabrica – Laport – e uma faca que trasia, agarrarão-me impedindo-lhe os movimentos, enquanto o accusado Manuel Honorio tirava, como tirou-lhe do bolso do palitol R$ 1:200$000 em dinheiro papel, 152 grão de diamntes miudos no valor de R$ 367$000, e uma pedra de diamante, com peso de 25 grãos, no valor de R$ 70$000; ficando o mesmo*

> *accusado de posse dos objetos por elle tirados do bolso do queixoso, assim como das armas tomadas pelos seus có-reos.*"[103]

No desfecho desse processo a queixa foi verificada procedente e os acusados tiveram mandato de prisão. Não pudemos acompanhar se, de fato, a prisão foi efetivada, mas as testemunhas convocadas reafirmaram a prática do coletor em roubos dessa espécie.

Associado às autoridades, existia toda uma prática de roubo, e trapaças nas negociações com diamante. As tentativas de esconder informações verdadeiras sobre a pedra a ser vendida era uma dessas. Em 1864, Simão Francisco da Silva, negociante de diamantes na Povoação do Chique-Chique, relata, num processo crime, uma dessas trapaceadas praticada contra ele por Hermegildo Duarte Santos:

> "*Tendo o queixoso no dia 11 do corrente mês se dirigido ao garimpo denominado Luis dos Santos, onde por acaso encontrou o accusado, este offerecendo ao queixoso uma pedra de diamante com cerca de 16 grãos, o queixoso depois de ter promettido pagar a dita pedra a R$ 6$000 o grão, arrependêo-se imediatamente, por ver que era ella de má qualidade, e conhecer que tinha sido muito vista no Chique-Chique, onde ninguém a queria comprar. Somente pelo que acaba de referir o queixoso, o accusado prosompendo injurias contra o dito queixoso, entre ellas deu-lhe o ephitheto de ladrão, e dirigindo-se o queixoso prudentemente para sua casa, o accusado, perseguindo-o, dirigio-se também à Povoação, onde achando-se o queixoso pacificamente à porta da sua casa, alli aparecerão três Guardas Nacionais, em consequencia da injusta perseguição do accusado, e derão ordem de prisão ao queixoso* (...)"[104]

Este fato demonstra o quanto de acusações envolviam o mundo do garimpo. Não é sem razão que, desde 1847 a Câmara Municipal envia pedidos ao Governo Provincial

---

[103]APMM. Processo Crime. Estante 07, Caixa 28, Maço 28
[104] APMM. Processo Crime. Estante 07, Caixa 28, Maço 28

para instalação de reforço policial, já que o efetivo não era suficiente. Vários presidentes de província chegam a comentar sobre esta necessidade:

> "(...)*Estas considerações obrigão-me a lembrar a conveniencia que há em criar-se um Termo na Chapada Diamantina a qual por ora pertence ao da villa de Minas de Rio de Contas. Tem o commercio dos diamantes chamado para esse lugar milhares d'individuos, que hoje forma huma consideravel povoação, a qual precisa de Authoridade territoriaes em seo centro, não só para cuidar da prevenção e da repressão dos delictos, como para velar na salubridade publica, na commodidade dos habitantes, na regularidade da edificação e aformoseamento da referida povoação.*"[105]

A ausência de autoridade na vila era reclamação constante, por ser uma vila de mineração e, na sua formação ter atraído gente de todo lugar, a violência era uma presença constrangedora, mas forte. Nos processos-crime, nas Falas dos Presidentes de Província e nas Correspondências da Câmara ela aparece como um problema para a sociedade.

Esta também era uma realidade presente nas minas de Minas Gerais, nos oitocentos. Furtado nos mostra o quadro de violência e carência de autoridade que era experimentado nas vilas:

> "*Os primeiros tempos das Minas, depois da descoberta do ouro, momento em que os comerciantes para aí se dirigiram, foram de grande turbulência. As explosões de violência e de revolta eram constantes e havia muita dificuldade em reproduzir, nesse novo espaço, a estrutura hierárquica metropolitana* (...)"[106]

Outro aspecto interessante do mundo do garimpo é a forma de organização do trabalho, ou melhor, suas diversas formas. O garimpeiro associava-se ao proprietário do terreno estabelecendo formas diferenciadas de contrato. Além dos escravos, os

---

[105]APEB, Biblioteca, Falla do Presidente da Província Conselheiro Antonio Ignacio d'Azevedo, dirigida a Assembleia Legislativa da Bahia, na abertura da sessão ordinária em 02 de fevereiro de 1847

[106] FURTADO, Júnia Ferreira, *Homens de Negócio: A Interiorização da Metrópole e o comércio nas minas setecentistas,* São Paulo: Hucitec, 1999, p.168

trabalhadores livres do garimpo viviam da meia-praça, quinto, arrendamento, entre outras, relações de trabalho estabelecidas na garimpagem. Numa queixa de Manuel Joaquim Pereira, em 1872, ele declara ser arrendatário do terreno, relação estabelecida diretamente com a Repartição Diamantina:

> *"O queixoso sendo, como é, arrendatário do lote de terrenos diamantinos, que tem o n. 3089, conforme prova com o documento junto, e comprehendendo o dito lote uma gruta, por vezes tem sido victima de furtos praticados por individuos que n'ella minerão durante à noite. Ultimamente, em principio do p. p. julho, o africano Caim, escravo dos orphãos herdeiros do falecido Ezequiel Romoaldo de Sousa, descobriu na mesma gruta um caldeirão e convidou a outros africanos para tiral-o (...)"*[107]

Além da relação de trabalho é possível ver aqui, mais uma vez, o furto do diamante. Os garimpos estavam localizados nas serras e seus donos ou arrendatários certamente não os vigiavam o tempo todo. Como a vila era cercada por essas serras, não era muito dificil chegar até os garimpos para roubar, ou mesmo saber notícias deles. Por outro lado, para o escravo Caim certamente era uma oportunidade para ganhar dinheiro e provavelmente libertar-se.

Na literatura regional estas relações também estão presentes, Herberto Sales, em Cascalho, descreve o dia a dia dos garimpeiros alugados, as relações estabelecidas e permeadas pela forte presença do poder:

> *"- Aqui no Paraguassú - disse Filó Finança - alugado sofre mais que sapatinha de mulher-dama em cabaré"*[108]

---

[107] APMM. Processo Crime. Estante 07, Caixa 28, Maço 28

[108] SALES, *Cascalho*, p.34

Nesse romance Herberto constrói o sentido do garimpo para o garimpeiro, fala de suas dores, seus temores, suas alegrias e esperanças no sonho incansável e insaciável de enriquecer:

> *"- No dia em que você fizer cinco contos no garimpo - disse Peba, pondo a ferramenta no ombro - você vai querer fazer dez. O saco da necessidade nunca enche..."*[109]

Cascalho é um romance localizado. Sua história se passa em Andaraí, num período marcado ainda pela produção de diamantes e do carbonato, nos anos 30 desse século, mas traz diversas referências aos tempos antigos, aos tempos de apogeu dos garimpos das Lavras, certamente a segunda metade do século dezenove:

> *"No começo das Lavras era assim.*
>
> *E passou a explicar:*
>
> *- Era de um jeito que quase ninguém usava picuá. Os diamantes eram carregados em trouxas. Chega a parecer mentira, mas é a pura verdade. O finado Joaquim Martiniano, por exemplo, quando fazia uma apuração, trazia os diamantes entrouxados em dois lenços enormes.*
>
> *_Pelo menos é o que dizem os antigos."*[110]

O romance retrata o cotidiano vivido pelo autor, muitos personagens foram tirados do seu dia a dia, inclusive permanecem alguns nomes. Um desses, provavelmente, é Joaquim Martiniano, já finado no romance, mas bem vivo no processo-crime de 1866 aberto contra José Joaquim Grota, descrito anteriormente. Joaquim Martiniano era negociante de diamante em Andaraí, certamente representando para os garimpeiros um exemplo do enriquecimento tão almejado. Todavia, a existência de trouxas cheias de diamantes habitava apenas o sonho dos garimpeiros. Os registros existentes indicam uma quantidade de diamante muito menor, inclusive a dificuldade de encontrá-lo levava à disputas e conflitos como os processos mostram. Joaquim Martiniano estava brigando

---

[109] SALES, *Cascalho*, p.104.
[110] SALES, *Cascalho*, p.65

com José Grota apenas por um cascalho, que nem tinha sido lavado, podendo ter ou não diamante.

No processo de João Luis G. Ferreira contra o Coletor Manuel Honório, é possível ver a movimentação do comércio do diamante no período, no caso 1886. João Luis vinha de Lençóis, após a venda de diamantes, carregando consigo, fruto dessa venda, R$ 1:2000$000[111], além de alguns diamantes pequenos que não foram vendidos.

Outro aspecto a ser considerado é a concentração e direção que tomava a riqueza produzida com os diamantes. Poucos acumulavam e muitos penavam na sua busca. Herberto também relata essa situação em Cascalho:

> *"- Quanto deu de peso?*
> *O coronel, que já pesara o diamante, tinha-o agora entre os dedos.*
> *- Deu um quilate - informou, diminuindo dois. E depreciando a pedra, para fazer maior lucro, acrescentou: - Mas é um diamante muito ponteado. Só vale 350$000.*
> *- Será que o senhor não pode chegar mais uma coisinha coronel? - insistiu timidamente o garimpeiro.*
> *- Meu preço é um só.*
> *- Então o senhor pode fazer a conta."*[112]

O preço do diamante era determinado por quem tinha o monopólio da compra e venda, quem explorava tinha de se submeter às condições estabelecidas. Nos meados do dezenove esta situação agravava-se, as terras destinadas ao garimpo eram caras e preciosas – os regos d'água tinham preços equivalentes a fazendas com benfeitorias como mostra os quadros a seguir. No quadro I estão listados algumas terras declaradas nos inventários que eram utilizadas para a mineração com seus respectivos valores em mil réis; no quadro II estão outras terras, que não indicam utilização para mineração e que, certamente eram utilizadas para a agropecuária. O interessante é perceber os valores dessas terras que indicam uma importância econômica da exploração diamantífera que valorizava as terras com regos d'água propícias ao garimpo:

---

[111] APMM. Processo Crime. Estante 07, Caixa 28, Maço 28
[112] SALES, *Cascalho*, p.27

Quadro 1 – Terras de Mineração (em contos de réis)

Período	Propriedade	Valor
1853	Metade do rego d'agua	: 25$000
1856	1 rego d'água	:150$000
1863	1 serviço p/ mineração garantido c/ 1 rego d'água	:400$000
1869	1 rego de água	:300$000
1876	Sexta parte de um rego	:300$000
1876	Sexta parte de um rego	:100$000
1876	1 parte nas benfeitorias do rego	:100$000
1876	1 rego de mineração	4:000$000

Fonte: APMM e APEB, Inventários século XIX – Santa Isabel do Paraguassú

Quadro 2 – Terras de agropecuária (em contos de réis)

Período	Propriedade	Valor
1844	As Terras da faz. Riachão	:100$000
1844	1 posse de terras em comum	: 50$000
1847	Metade das Terras da calenga grande	:600$000
1849	Parte de terras	:190$000
1849	Terras	1:000$000
1851	1 parte de terras	: 50$000
1851	Metade das Terras do riaxão	: 84$000
1851	Terras da faz. São José	:987$915
1853	1 parte de terras	:180$000
1853	1 parte de terras na faz. da giboia	: 40$000
1853	Parte de terras em comum	4:000$000
1855	as Terras do sincurá	2:000$000
1855	5 partes de terras na faz. Andarahy	3:000$000
1855	as Terras de serras abaixo do sincurá	5:580$000
1856	1 sorte de terras	:600$000
1856	1 posse de terras em comum c/ 3 herdeiros	:120$000
1857	1 parte de terras em comum	: 38$000
1857	1 parte de terras em comum	: 20$000
1865	1 parte de terras	:240$000
1865	Uma parte de terras	1:000$000
1876	2 partes de terra, sítio de plantações de mandioca	2:000$000
1885	Partes de terras	3:000$000
1885	1 posse de terras c/ 3 braças de frente	:100$000

Fonte: APMM e APEB, Inventários século XIX – Santa Isabel do Paraguassú

A economia do diamante, como toda economia mineradora, produziu nas Lavras não só riqueza. A ausência de dinheiro nas transações comerciais fica evidente na quantidade de dívidas que aparece nos inventários, o instrumento de créditos e débitos era muito comum. Nos inventários de comerciantes é comum aparecerem notas e letras

de dívidas a serem pagas. Nesse sentido, aproxima-se das sociedades mineradoras de Minas setecentista que já foram largamente estudadas, inclusive quanto à sua baixa capitalização. Júnia Furtado ao analisar os senhores de negócio afirma, neste sentido:

> *"Dos noventa e cinco comerciantes que deixaram inventários e testamentos, vinte e nove afirmaram possuir livro de contas e outros doze possuíam um rol de dívidas ou papéis, juntos representavam 43,2% do total de comerciantes, demonstrativo da complexidade da cadeia de créditos e débitos que entrelaçava o capital comercial e os moradores das Minas."*[113]
>
> *"A população mineira, constantemente endividada, recorria ao penhor de objetos de metal, tais como jóias, talheres de prata, e escravos como uma das maneiras de saldar seus compromissos."*[114]

No inventário de José Mendes da Fonseca, de 1853, proprietário de um armazém na vila de Santa Isabel, onde residia, é sugestiva a quantidade de dívidas ativas e passivas, isto é, dívidas que tem a receber e as que tem a pagar, respectivamente. Dívidas de toda espécie – *"Gil Alves Baptista, por conta de rol 10$000; Ignacio de tal, irmão de João Paulino, por rol 7$200; Raimundo garimpeiro 1$260; Salustiano de tal, por resto de conta $280; Umbelino, alfaiate, dinheiro que lhe deo o inventariado para feito de um casaco e a fazenda 15$000; africano Matheos, liberto, por rol $920 (...)"*[115] Provavelmente, José Mendes era um dos que emprestavam dinheiro ou mesmo abria crédito para compra de bens necessários ao abastecimento diário: comida, roupa, etc. Este comerciante possuía, além do armazém e casa nesta vila, casas e terras na Província de Minas Gerais, o que sugere a sua origem e o movimento de comerciantes que vieram de Minas para as Lavras. Como ele, viviam na vila D. Emilia Joaquina de Carvalho, casada com o Alferes José Antonio de Carvalho, cujo inventário descreve dívidas a receber de locais diversos – *"Domingos de Queiroz Costa, morador no termo de Grão Mongó 1:111$171; Tertuliano da Silva Ribeiro, morador no termo da cidade de*

---

[113] FURTADO, *Homens de Negócio,* p.108
[114] FURTADO, *Homens de Negócio,* p.131
[115] APMM, Inventários, estante 10, caixa 04, maço 06.

Montes Claros, Arraial do Bonfim 5:216$011; Sebastião Gomes, morador no termo de Diamantina 17$000; (...)"[116] Nesse mesmo inventário estão listadas as dívidas passivas, isto é, dívidas a serem pagas pelo inventariante, dentre elas, algumas assumidas com pessoas de províncias distantes: *"a Guedes Silva e cia., Rio de Janeiro, por letra 9:560$000; a José antonio Moreira Filho, do Rio de Janeiro, por escritura e hypoteca 750$000* (...)"[117] Isso indica a circulação comercial e intercâmbio entre as províncias, muitas vezes não passando pela capital. O comércio de diamantes favoreceu esses contatos pois muito dos diamantes retirados nas Lavras baianas saíram do Brasil via porto do Rio de Janeiro[118].

Nessas negociações o que se observa também é a facilidade de estabelecimento de dívidas. Não era necessário muito conhecimento sobre a pessoa, nem estabelecimento de notas comprobatórias, o que prevaleciam eram as relações pessoais estabelecidas no dia a dia e as referências oferecidas por cada pessoa. Veja-se numa escritura de débito, obrigação e hypoteca: "*(...) E logo pelo devedor Plácido de Oliveira Pinto, foi dicto prezente mim e as testemunhas abaixo assinadas que ele hé devedor a Antonio José Teixeira, a quantia de 11:050$000 provenientes de escravos, dinheiros, fazendas, secos, couro lavrado que* ***lhe comprou a fé de palavra****, tudo para giro de seus negócios (...)*"[119]

A presença de comerciantes na vila de Santa Isabel foi certamente muito forte. O comércio abastecia a vila de produtos diversos e, junto ao diamante formou-se uma rede mais ampla de relações comerciais entre a vila e outras regiões. Esse movimento foi observado pelo governo provincial e, nas Falas de presidentes da província na abertura da Assembléia Legislativa, várias vezes este foi o tema discutido, juntamente com o problema de construção de estradas para o interior da província.

> "(...) *Tambem podemos assignalar como causa do augmento do commercio o grande mercado da Chapada Diamantina, hoje estabelecido no centro da Provincia, e que muito tem*

[116] APMM, Inventários, estante 10, caixa 29, maço 38.
[117] APMM, Inventários, estante 10, caixa 29, maço 38.
[118] APEB, Biblioteca, Fallas dos Presidentes de Província, principalmente os anos 1861, 1871.
[119] AMRC, Tabelionato, Livro de Notas, caixa 10, n. 41, p. 72 (fundos) – 74, grifo nosso.

contribuido para o consumo das mercadorias importadas. Não será ocioso dizer-vos, que a Administração Diamantina desde março de 1846, em que começou a arrecadação, até dezembro proximo passado, rendeo para a Caixa Geral 14: 886$060rs.

Antes da descoberta das Lavras Diamantinas, em 1844, a exportação dos diamantes, que quasi vinhão exclusivamente das Comarcas do Serro e Gequitinhonha em Minas Gerais, era avaliada 12.000 oitavas annuaes, no valor de 4:000:000&rs, hoje, porém, esta exportação, para Londres, e para o Rio de Janeiro, tem augmentado consideralvelmente, como attestão pessoas versadas neste genero de transacções. (...)"[120]

No ano de 1854 a questão do comércio da vila volta a ser tema para justificar a construção de estradas que ligasse Santa Isabel à Cachoeira:

"(...) *É esta estrada, presentemente a mais importante da província, porque por ela são levadas annualmente a Villa de Santa Isabel mercadorias no valor de mais de dois mil contos de réis*(...)"[121]

Em outro discurso, em 1 de setembro de 1857, o presidente Desembargador João Lins Vieira de Sinimbú, mais uma vez argumenta sobre a relevância do comércio das Lavras Diamantinas, identificando relações dessa região com o restante do sertão, com outras províncias e até outros países. Analisa também a dimensão desse comércio para a população do interior.

"(...) *Sei, Senhores, que a descoberta dos diamantes da Chapada fez um grande, um imenso benefício à Provincia da Bahia, porque mudou a condição de grande parte de sua população do interior. Homens, que viviam na pobreza, alguns empregados no então pouco lucrativo ramo da criação do gado, outros fazendo a vida de tropeiros e ocupados em transportar*

[120] APEB, Biblioteca, Falla recitada na abertura da Assembléia Legislativa da Bahia, pelo Presidente da Província o Desembargador João José de Moura Magalhães – 25 de março de 1848, p 5-6.
[121] APEB, Biblioteca, Falla recitada na abertura da Assembléia Legislativa da Bahia, pelo Presidente da Província Doutor João Maurício Wanderley – 1 de março de 1854, p 2.

para o litoral os produtos da grosseira industria do sertão, outros finalmente ociosos, que vagueavam pelas margens do S. Francisco de districto em districto, sem emprego, nem ocupação certa, todos esses braços inuteis, e até nocivos, tornaram-se de repente productores, desde que as lavras diamantinas lhes offereceram emprego e ocupação lucrativa.

(...)Esses, achando na extracção dos diamantes um lucro vantajoso, serviram logo de consumidores aos generos de produção do paiz, que antes por falta de mercado não eram nem creados, nem aproveitados; e mudando os habitos de vida, augmentando o seu bem estar, tornaram-se tambem consumidores dos generos de proveniencia estrangeira.

O valor de seis mil contos, em que se estima a producção annual d'essas lavras, dando lucro vantajoso àqueles, que n'ellas trabalham, distribuem-se tambem pelas outras industrias, tanto pelas do paiz que fornecem o alimento desses trabalhadores, como pelas industrias estrangeiras, que fornecem o vestuario e os objectos de luxo.

O modo, porque esses produtos se cambeiam, e esses valores se distribuem, faz o movimento da Chapada, que na verdade actualmente é o centro de mais commercio do interior da Província (...)"[122]

Nesse sentido os comerciantes eram um setor social forte nas Lavras. Na vila de Santa Isabel eles se destacavam não só em relação ao diamante, mas no comércio de bens de consumo, formando assim uma categoria social de relevância: donos de armazéns, de lojas, de tropas para cargas. Nos inventários geralmente aparecem como possuidores de casas com armação para vendas ou lojas e escravos, além, como foi dito anteriormente, apresentarem uma grande relação de dívidas. Nessa relação aparece geralmente proprietários de terras e representantes de cargos públicos, o que sugere que esses comerciantes tinham uma posição social de prestígio na vila, mesmo numa sociedade hierarquizada como era a imperial.

[122]APEB, Biblioteca, Falla recitada na abertura da Assembléia Legislativa da Bahia, pelo Presidente da Província o Desembargador João Lins Vieira Cansansão de Sinimbú – 1 de setembro de 1857, p 1-8.

Por outro lado, esses comerciantes também diferenciavam-se entre si. Tratando-se de hierarquia social podemos pensar em grandes comerciantes, que possuíam grandes casas comerciais incluindo o comércio de diamante, e os pequenos comerciantes que viviam da venda de produtos da lavoura local ou mesmo regional, não tendo escravo e trabalhando pra si próprio. Portanto, pensar a estrutura social da vila é pensar também em complexidades, as relações sociais eram dinâmicas e englobavam setores diversos da população. Essa diversidade é que caracterizava a vila no dia a dia do seu cotidiano.

A Vila de Santa Isabel

Uma vila de mineração como Santa Isabel do Paraguassú vivia o ritmo do garimpo, ritmo de trabalho de garimpeiro. Nas descrições de Herberto é possível uma visualização desse trabalho, da rotina do garimpeiro na serra, como também entender o território do garimpo e suas especificidades - a serra, a rotina, a aventura e o sacrificio humano de trabalho:

> *"Depois do café, pondo ao ombro os instrumentos de trabalho necessários à primeira fase do serviço (uma alavanca grande, outra pequena, duas enxadas, uma sonda tomada de empréstimo e os indispensáveis carumbés), dirigiram-se para o local indicado por Zé de Peixoto. Saltavam canais, escalavam lajedos, contornavam grandes rochas onde as cascas de pedras eram coscorões pardacentos de limo velho, atravessavam pequenos córregos, transpunham regos de cascalhões, andavam por dentro de fervedouros ou de canoas de corridas, percorrendo com o maior desembaraço e segurança o caminho áspero e cheio de obstáculos, afeitos que eram aquelas jornadas na serra."*[123]

> *"Nas proximidades, em ranchos de pedra e em tocas, ou simplesmente em lapas, outros garimpeiros cozinhavam o seu arroz-de-cacimba em panelas de barro do Carrapato e do Brejo de Luís de Brito, dividindo entre si o trabalho com o mesmo espírito de cooperação da garimpagem que os reunia em sociedade - um cortando negro-nu para espantar borrachudo,*

[123]SALES, *Cascalho*, p 89

> *outro apanhando água, outro lavando os carumbés onde carregavam o cascalho e também comiam."*[124]

Essa era a rotina do garimpeiro que vivia na serra. O garimpo marca as atitudes humanas naquele espaço, provoca sensações diferentes e múltiplas. Os personagens de Cascalho vivem isso de perto, no seu dia a dia. Silvério e Peba são garimpeiros e sócios completamente dominados pelo medo, pela desconfiança e pela vontade incontrolável e perigosa de enriquecer. Peba atormenta-se com essa possibilidade:

> *"Voltou-se na cama. Esse sentimento egoísta, que o mergulhava em puro inconformismo, gerava as desconfianças que ele não podia reprimir, e que, no seu íntimo, eram estimuladas pela lembrança de certos roubos ocorridos em outros garimpos. Silvério estaria dormindo? Por não ouvir sua respiração, seu sono peculiar, atribuiu-lhe a secreta intenção de sair na calada da noite, quando já ninguém estivesse acordado no rancho, para ir roubar alguns sacos de cascalho ralado."*[125] *(p.105)*

Essa ambição provoca atitudes irracionais, violentas, e, juntamente com todo o sistema de poder organizado na cidade, o garimpeiro não tem outra saída senão submeter-se e sonhar com o bambúrrio[126].

A vila de Santa Isabel do Paraguassú era uma vila de garimpeiro. Mas era também uma vila do comércio, das festas, dos conflitos, das arruaças, das disputas de poder, enfim um ponto de encontro de gente de toda espécie. Assim ela foi visitada, descrita e relatada por seus visitantes. Imaginá-la em seus diversos períodos, ainda nos oitocentos, é possível se tomarmos emprestadas essas descrições. Teodoro Sampaio, um desses visitantes, chegou a Santa Isabel em 13 de janeiro de 1880, época em que o diamante já não brilhava tanto assim:

> *"Santa Isabel foi, outr'ora, um arraial de garimpeiros que prosperou com a lavra dos diamantes; surgiu com ella e quasi despidos de vegetação e banhada pelo ribeirão do Mucugê que*

---

[124]SALES, *Cascalho*, p 93
[125] SALES, *Cascalho*, p 105
[126]Significa achar um diamante grande e com alto valor.

> *vem do sul, por um vale estreitíssimo da Serra do Sincorá que por aqui tem diversos nomes locaes. Nada tem de pitoresca a villa, nem é logar adequado para assento de uma cidade. Não tem horizonte porque os montes a oprimem, rodeando-a por todos os lados. O logar, mesmo, é um pouso de garimpeiros à beira do garimpo. Contavam-se então 245 prédios dentro da villa e quasi o dobro por fóra; duas ruas longitudinaes e dez outras transversaes pequenas, duas egrejas não acabadas e uma casa de camara e cadeia."*[127]

Esta descrição da vila pode ser visualizada no mapa 10, em anexo, no qual a vila aparece cercada de serras e vegetação, indicando o sentido das suas construções – beira dos garimpos e dos rios, ponto de passagem.

Prosseguindo seu relato de viagem, ele apresenta os dados do censo de 1872 sobre Santa Isabel, comentando o predomínio do mestiço em sua população: "*(...) população que foi achada de 15.000 habitantes, só no município de Santa Isabel, contavam-se 8.965 pessoas de côr, 3. 741 pretos, 2. 336 brancos e 58 de sangue indígena. Dessa população sabiam ler tão somente 2.348 indivíduos.*"[128] Acrescentando-se à esses dados, temos o número de 112 eleitores na vila nos anos de 1849 e 1852, já aqui sendo paróquia própria, separada da do Sincorá.[129] Certamente uma vila diversa, em cor, em etnia, em condição social.

Diferente de Teodoro, a narrativa de Gonçalo de Athayde, filho da terra, apegado às memórias da infância, exagera nos elogios:

> *"Desde o logar denominado Passagem das Piabas, estrada do Mucugê, sobe-se às serras, passando-se por talhados gigantescos, denominados – Emparedados -, de onde se descortinam horizontes imensos,* ***paisagens lindíssimas e mappas extraordinário de mattas longínquas.***
>
> *Atinge-se aos geraes, planaltos das serras, onde atravessa-se o Combucas e o rio Mucugê e chega-se à cidade por uma garganta da serra."*[130]

---

[127] SAMPAIO, *O rio São Francisco*, p. 195.
[128] SAMPAIO, *O rio São Francisco,* p. 195.
[129] APEB. Colonial. Série Eleições, maço 2797.
[130] PEREIRA, *Memórias Históricas e Descritivas de São João do Paraguassú*, p. 9 (grifo nosso)

A cidade também aparece na narrativa de Herberto Sales, com imagens que sugerem uma visualização de como foi ocupado o território. As ruas, os becos, as serras o comércio são territórios ocupados por grupos sociais diferentes:

> *"A rua começava a despertar. A lenha ardia nas trempes, enfumaçando a cobertura de palha das moradas humildes. Era aquele movimento de sempre, de gente acordando para pegar firme no trabalho, cada qual tratando de sua ocupação."*[131]

> *"Eram histórias de crimes, de violências cometidas na luta pela posse dos diamantes, a ambição tornando os homens cegos e insaciável a sua sede de ganho; em suma, eram histórias que vinham confirmar as más referências que ele sempre ouvira a respeito das Lavras, e que tinha formado, em seu espírito, a imagem de um mundo tumultuoso e bárbaro."*[132]

Mostra como a cidade vai ganhando forma e as pessoas vão se locomovendo e construindo seus territórios específicos. As ruas e bairros são descritos em suas diferenças e especificidades. A descrição que faz é de Andaraí que, no século XIX, era um povoado de garimpeiros e um centro comercial pertencente à vila de Santa Isabel. O centro da cidade é ocupado por comerciantes, donos de garimpos e funcionários públicos, o Ribimba e Rapa Tição são bairros de garimpeiros:

> *"Do outro lado do rio - a cidade era um coradouro imenso, com a lua estendendo lençóis nos oitões caiados.*
> *A Rua do Ribimba era continuação da do Rapa-Tição. Antigamente a cidade acabava naquela casa grande da ladeira. Mas depois foram chegando homens que procuravam trabalho, homens pobres que vinham atraídos pelas notícias dos garimpos ricos, e o Ribimba nasceu e foi crescendo, com os seus casebres trepando pelo barranco como um rebanho de cabras."*[133]

Essa cidade não aparece isolada, ela faz parte de um contexto maior e isso é relatado através das relações estabelecidas entre as Lavras e o sertão, e entre as Lavras e

---

[131] SALES, *Cascalho*, p.51
[132] SALES, *Cascalho*, p.162
[133] SALES, *Cascalho*, p.61

Salvador. Os personagens movimentam-se nesses diferentes espaços, mostrando assim uma cidade dinâmica, viva:

> *"O Major Quelezinho Jardim, irmão do coronel Germano, nem sempre esperava, porém, pela vinda de tais representantes a Andaraí. Centralizando ambos, como proprietários das maiores áreas de serras e dos garimpos mais ricos, quase todo o mercado local, suas transações eram ordinariamente feitas na capital do Estado; delas ficava incumbido Quelezinho, que mais habilidade revelava nas negociações com os exportadores ali estabelecidos ou com os compradores estrangeiros vindos especialmente do Rio para se encontrarem com ele."*[134]

Essas relações acontecem também entre as cidades circunvizinhas. As relações comerciais entre elas estão presentes na narrativa, abrindo possibilidades de uma reconstrução de toda uma região do diamante:

> *"Foi quando ouviu o ruido do chocalho das tropas que vinham de xiquexique. Talvez fosse Euleotério com o seu carregamento de cachaça, ou Nezinho de seu Filotas trazendo carne-seca de Jussiape"*[135]
> *"- correndo à janela ao menor sinal da aproximação de animais. Ao fazê-lo porém, verificava tratar-se ora de algum carregador de adobes ou de lenhas, com os seus vagarosos jumentos, ora de algum tropeiro que se antecipava à feira, e não dos esperados burros que transportavam as malas postais de Itaetê a Andaraí"*[136]

É assim também que Regina Guimarães Neto descreve as pequenas cidades de Mato Grosso que nasceram e se formaram em torno dos garimpos de diamantes:

> *"Garimpeiros, grandes compradores de diamantes e pequenos negociantes, estavam sempre a transitar e a dirigir o movimento das ruas e dos negócios. Aqui e ali uma multiplicidade de cores e ruídos: gente que chegava, gente que saía, uns mais pobres e outros mais ricos."*[137]

> *"Contudo, era o movimento garimpeiro, nas pequenas cidades, apontado como o termômetro de sua economia: através dele,*

---

[134] SALES, *Cascalho*, p.127
[135] SALES, *Cascalho*, p.43
[136] SALES, *Cascalho*, p187
[137] GUIMARÃES NETO, *Grupiaras e Monchões*, p.159

> *injetava-se dinheiro no comércio local, dinamizando-o; ampliava-se e diversificava-se o espaço da cidade, as construções, as habitações, etc.; e tanto trazia negociantes e homens de profissões as mais variadas, como fazia aparecer gente de todo tipo, segundo a sua população."*[138]

Nesse sentido, a vila de Santa Isabel do Paraguassú pode ser considerada um território aberto, isto é, um ponto a mais numa rede de relações e caminhos diversos. Estudar o local ou regional, portanto, é mais do que recortar um espaço, é entender a complexidade de relações que constituem o fazer histórico de um determinado lugar. É pensar pontos de encontros e entrecruzamentos e não isolamento.

Esses encontros eram provocados, como vimos, muitas vezes pelo diamante. A economia diamantífera é em si passageira, e envolve gente de toda parte. Se pensarmos num território do diamante provavelmente abrangeria muito mais que a vila, mas toda uma rede comercial que percorria a pedra. Era um território conflituoso e violento que movia muito menos dinheiro que se imaginava.

Sua dinâmica está traduzida principalmente nos processos-crime que evidenciam, entre outras coisas, as negociações com o diamante, a baixa capitalização da sociedade, onde as pessoas recorriam freqüentemente ao estabelecimento de dívidas. Este é um aspecto que merece uma reflexão mais aprofundada. A sustentação da economia num sistema de débitos e créditos sugere uma sociedade estabelecida em regras e costumes nos quais a palavra tinha uma importância fundamental. Nesse jogo ganhava mais quem tinha mais prestígio, inclusive em outros centros, muitas vezes distantes da vila. Mais uma vez percebe-se a rede de relações, no caso aqui econômicas, na qual a vila estava inserida.

Em outra situação, sem muito prestígio para conseguir créditos, estavam os trabalhadores dos garimpos, submetidos às relações de trabalho mais diversas: meeiros, alugados, meia-praça, entre outras. A extração do diamante foi controlada por quem tinha a propriedade da serra, do terreno a ser explorado e, quem não tinha nada além do carumbé, enxada e sonho estabelecia contratos geralmente desvantajosos nos quais

---

[138] GUIMARÃES NETO, *Grupiaras e Monções*, p.163.

sempre ganhava quem tinha mais. A população pobre e livre era em sua maioria analfabeta, submetia-se a contratos em que geralmente saíam perdendo: foi a única forma de sobreviver "numa terra de ninguém".

Portanto, a vila de Santa Isabel do Paraguassú era, antes de tudo, uma terra construída por pessoas com sonhos, desejos e projetos diferenciados que imprimiram no espaço construído suas marcas. Marcas muitas vezes caracterizadas pelos conflitos e disputas em torno do espaço social, do território.

Nesses conflitos alguns grupos mostram-se presentes de maneira mais forte do que a sociedade imperial permitia – os negros e escravos. Vamos conhecer um pouco da sua especificidade em Santa Isabel.

CAPÍTULO III

OS NEGROS DO DIAMANTE: Escravidão no sertão das Lavras

Muito já foi produzido pela historiografia sobre escravidão, principalmente sobre a sociedade escravista do dezenove. Na recente historiografia da escravidão o escravo foi colocado em cena como autor principal, buscou-se seus comportamentos, suas falas, suas ações, numa tentativa bem sucedida de extrapolar a relação dicotômica senhor x escravo, e entender a complexidade da construção social da escravidão. No entanto, toda essa produção teve como objeto de estudo o escravo dos grandes plantéis monocultores do recôncavo baiano ou do sudeste cafeeiro e os escravos urbanos da cidades litorâneas; pouco se produziu sobre o escravo do interior, da policultura e da pecuária. Em relação à Bahia esses estudos apenas concentraram em Salvador e seu contorno, e só recentemente começam a aparecer produções que exploram o escravo dos "sertões"[133].

Nesse sentido, Erivaldo Fagundes Neves destaca-se como um dos primeiros trabalhos que se debruça em fontes primárias para discutir a escravidão no sertão baiano, ou melhor no espaço além do litoral[134]. A partir de uma fundamentada pesquisa com dados quantitativos, chega a conclusão que a escravidão desenvolveu-se no Alto Sertão da Bahia simultânea e articuladamente com a meação, confundindo choupanas de agregados e casebres de escravos, evidenciando a multiplicidade das relações de trabalho. O perfil da região trabalhada por ele tem o minifúndio e o trabalho familiar autônomo como traços definidores que para o autor é o que caracterizava a economia "sertaneja". No caso da pecuária o trabalho cativo predominava e o número de escravos por proprietário era pequeno, no que discorda dos viajantes Spix e Martius que relatam o caso de uma fazenda na mesma região com 160 cativos, tratado por ele como uma exceção para a região. Para ele, mesmo quando havia um número considerável de escravos por proprietário, para a região, normalmente eram distribuídos em diversas fazendas, sem muita concentração. O contato era mais próximo entre senhor e escravo,

---

[133]Trabalhos monográficos e dissertações, produzidos nos cursos de pós-graduação no interior da Bahia, começam a aparecer sobre estudos locais nos quais a escravidão é tema central.

[134] NEVES, *Uma comunidade sertaneja: da sesmaria ao minifúndio*, 1998, especialmente o capítulo sobre escravidão (p.247 – 290).

devido a ausência de feitores e o número pequeno do plantel por fazenda, facilitando o controle do escravo e também a negociação.

Em outro trabalho, discutido anteriormente, de Gustavo Falcón[135] sobre as Lavras, o caminho é oposto ao de Erivaldo Neves. Ele afirma, sem muita pesquisa primária, que nos garimpos de diamantes das Lavras baianas, a mão de obra fundamental foi o trabalhador livre, e, embora comente sobre a participação dos escravos, estes aparecem apenas enquanto um pequeno reforço econômico. Não explora essa discussão, estando mais interessado em analisar essa história a partir da óptica da produção, vendo o diamante como uma empresa a mais dentre as atividades produtivas da província.

Por outro lado, nos dados encontrados sobre a vila de Santa Isabel do Paraguassú, no período aqui recortado, a escravidão tem uma presença destacável. Nos inventários, uma das evidências é que muito desses escravos já habitavam as Lavras antes do diamante, trabalhavam no serviço da lavoura ou na pecuária, nas fazendas da região. Outros vieram com comerciantes, garimpeiros e até mesmo com alguns libertos proprietários de escravos. Os dados indicam uma grande quantidade de escravos nessas vilas, mesmo nos inventários com monte mor pequenos (média de 3:000$000) eles estão presentes, indicando sua forte presença mesmo após 1850. Inclusive nas Companhias de Mineração a utilização da mão-de-obra escrava predominou, como indicam as escrituras de compra de escravos por essas Companhias.

A maioria inventariada possuía escravo, no geral 2 a 3, mesmo aqueles que não possuíam muitos bens. No gráfico abaixo é possível visualizar a quantidade de escravos possuídos pelos inventariados, indicando a sua presença marcante.

---

[135] FALCÓN, Gustavo, *"O Diamante"*.

Gráfico 1 - Número de escravos possuídos pelos inventariados

Fonte: APMM e APEB. Inventários século XIX (1844-1885) – Santa Isabel do Paraguassú

Esses dados indicam também a predominância de um número pequeno de escravos por proprietário, além disso poucos eram os que possuíam mais de 20 escravos, em sua maioria possuíam de 1 a 4 escravos. Geralmente os inventários que declaram grande quantidade de escravos, são de grandes proprietários de terra. No caso de Santa Isabel é notável o inventário de Maria Magdalena de Novaes Rocha que declara possuir 110 escravos e mais quase todas as terras da região. Nas áreas de mineração em Minas Gerais dos setecentos também predominou a pequena quantidade de escravos, e quando os possuíam era geralmente em número de 1 a 2 escravos, principalmente nos períodos de baixa na mineração.[136] É o que indica também Erivaldo Neves para a região da Serra Geral, Caetité, na Bahia, região próxima à estudada aqui.

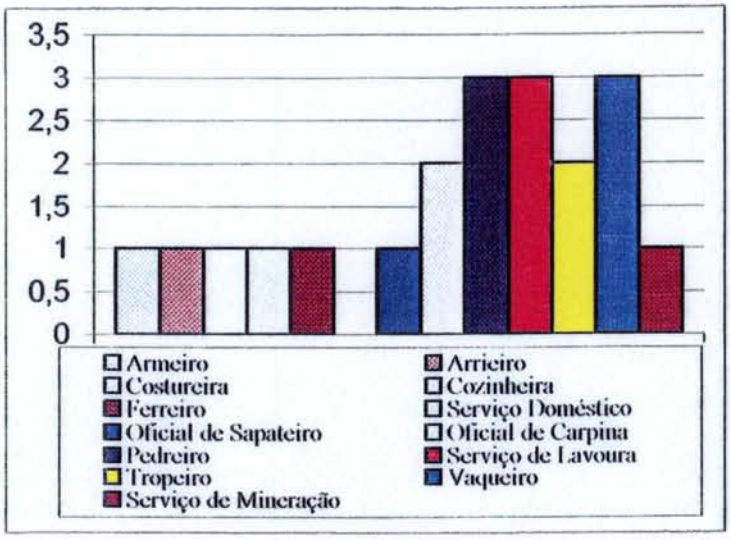
Mesmo tendo como regra geral essa predominância de poucos escravos, é interessante observar os casos que fogem à regra. Maria Magdalena e sua família ao declararem a posse de mais de 100 escravos indicam uma forte concentração de renda, expressa no monopólio das terras e escravos. Provavelmente essa família era a grande negociadora de escravos da região.

Esses escravos exerciam funções variadas. Apesar de não serem comum nos inventários as declarações de ocupação, quando aparecem fica evidente a diversidade de atividades desenvolvidas. Encontramos nos inventários trabalhados, escravo vaqueiro, armeiro, garimpeiro (ou serviço de mineração), pedreiro, de serviço doméstico, de lavoura, ferreiro, entre outros. No gráfico a seguir podemos notar esta diversidade de

[136] SCARANO, Julita, *Cotidiano e Solidariedade: vida diária da gente de cor nas Minas Gerais no século XVIII,* São Paulo: Brasiliense, 1994, p.25.

ocupação, com uma predominância de ocupações ligadas ao trabalho na agricultura e pecuária: os escravos tropeiro, vaqueiro e serviço de lavoura.

Gráfico 2 – Ocupação de Escravos



Fonte: APMM e APEB. Inventários século XIX (1844-1885) – Santa Isabel do Paraguassú

Por outro lado, nos processos-crime que envolvem escravos essas ocupações aparecem mais especificadas. Dos 10 escravos indiciados 5 são garimpeiros, 1 trabalha em roça, outro pedreiro, outro oficial de sapateiro, um vive de suas agências e outra em serviço doméstico[137]. Apesar de não possuir dados em série que permitam quantificá-los, é possível observar a variedade de ocupações nas quais era empregada a mão-de-obra escrava.

Na cidade havia uma diversificação de serviços e ocupações que, necessariamente, eram desenvolvidos pelos escravos. Portanto, mesmo a mineração dando o tom à vida econômica da vila, ela nem sempre era a atividade principal para uso do escravo.

Além dessa diversificação de ocupação o escravo é, antes de tudo, uma mercadoria. Nos dados levantados aqui, o escravo é a mercadoria declarada mais cara. Cruzando esse bem com os bens imóveis é possível notar alguns inventários com vários escravos e quase nenhuma terra, demonstrando que esses escravos, mesmo não declarando ocupação, provavelmente possuíam outras ocupações além da lavoura.

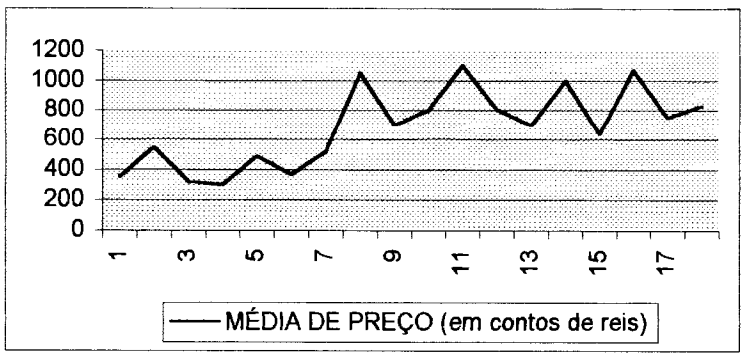
[137] APMM. Documentos de Escravos – Crimes Diversos. Estante 08, caixa 59, maço 59

A média de preços dos escravos encontrados nos inventários trabalhados, entre os anos de 1844 a 1876, com alguns intervalos, são maiores que os encontrados por Erivaldo Neves para a região de Caetité no mesmo período[138], como também os encontrados por Maria José Andrade em Salvador. Para Erivaldo, os preços dos escravos levantados são inferiores aos do Recôncavo e Salvador, por conta da parca especialização do cativo no sertão. Nesse período as décadas de 50 e 60 apresentaram preços mais altos, decorrentes da proibição do tráfico em 1851[139].

Por outro lado, Andrade encontra, para o intervalo de 1831-1860 a média de 422$453 réis para homens e 378$401 réis para mulheres, e, para o intervalo de 1861-1888 525$890 réis para homens e 456$695 réis para mulheres.[140] Mesmo não tendo séries completas, nem analisando mais detalhadamente os dados estatísticos, as médias encontradas nas Lavras indicam valores maiores.

A seleção dos anos feita no gráfico abaixo foi a possível para a pesquisa que possibilitasse uma comparação com os preços apresentados para o recôncavo. A década de 50 é a que apresenta mais inventários: mais de 30 no geral; para os outros anos a mostra coletada é bem menor, portanto a análise das médias tem que ser aqui relativizadas. Mesmo assim, é possível perceber que a partir da década de 50 os preços elevam e o escravo passa a ser uma mercadoria tão cara quanto uma terra com benfeitorias, cujos preços vimos no quadro 2, no capítulo anterior.

Gráfico 3 - Média de Preço de Escravos

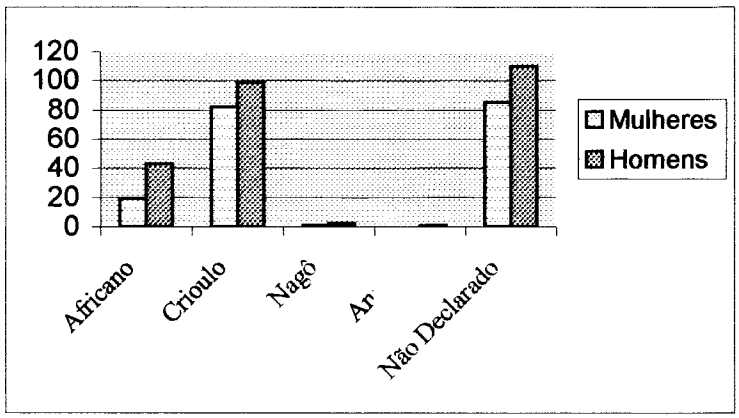


Fonte: APMM e APEB. Inventários século XIX (1844-1885) – Santa Isabel do Paraguassú
Obs: os valores do eixo horizontal representado de 0 a 17, correspondem aos anos de 1844 a 1876.

[138]NEVES, *Uma comunidade sertaneja: da sesmaria ao minifúndio*. No capítulo 6 indica, para os anos de 1857, 1867 e 1877 que a média de preço varia entre 500$00 e 800$000 réis.
[139]NEVES, Erivaldo. *Uma comunidade sertaneja: da sesmaria ao minifúndio* , p.
[140]ANDRADE, Maria José, *A Mão De Obra Escrava Em Salvador 1811-1860,* São Paulo: Corrupio, 1988, P.167

Quanto à composição da população escrava, os dados indicam que, em sua maioria, eram brasileiros, nada surpreendente em se tratando da segunda metade do século XIX, portanto depois do fim do tráfico. Os africanos estão presentes, mas no geral não são explicitados as origens - temos alguns registros de nagôs e angolas. Quanto ao sexo os homens são maioria, embora as mulheres tem uma presença marcante. É possível visualizar no gráfico abaixo esta composição: dos escravos declaradas nos inventários a maioria são crioulos, em segundo momento africanos sem especificar de onde e raramente aparece uma ou outra nação.

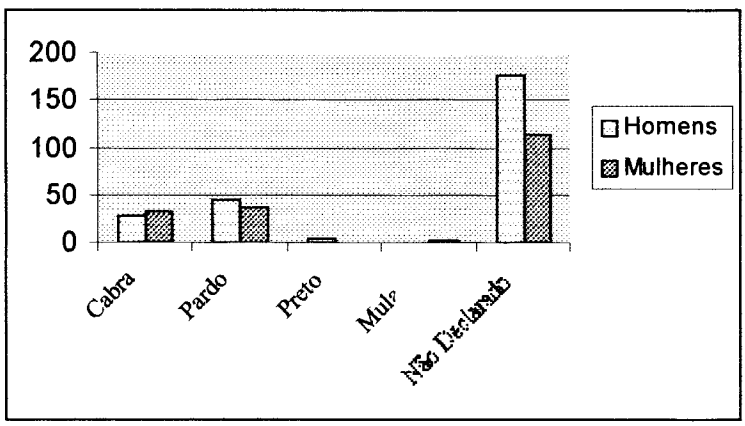
Gráfico 4 – Origem dos Escravos



Fonte: APMM e APEB. Inventários século XIX (1844-1885) – Santa Isabel do Paraguassú

A origem quando não declarada, geralmente é substituída pela declaração da cor, o que sugere um aumento no número de brasileiros pela predominância dos pardos e cabras. Os dados seguintes indicam que os escravos eram em sua maioria pardos, seguidos de cabras, com alguma presença de pretos e mulatos.

Gráfico 5 – Cor dos Escravos



Fonte: APMM e APEB. Inventários século XIX (1844-1885) – Santa Isabel do Paraguassú

Saindo dos dados quantitativos, e analisando a documentação numa perspectiva qualitativa, encontramos nos processos-crime de escravos um pouco da experiência e cotidiano destes numa vila de mineração. É possível visualizar uma mobilidade específica do mundo da mineração, onde o escravo tinha casa própria e comprometia-se, muitas vezes, a pagar aos senhores uma parte do que produziam. Nesses casos, a escravidão era mantida não só com a força física, mas com um conjunto de estratégias e negociações, como diz Maria Helena Machado:

> "*considera-se a sociedade escravista como produtora de uma ampla rede de controle social, capaz de combinar o argumento da força com outros mecanismos de dominação. Juizes, padres, feitores, camaradas, agregados e outros tornaram-se atores importantes neste cenário, pois, manipulando diferentes mecanismos de dominação, tornam o sistema funcional e legítimo aos olhos dos contemporâneos.*"[141]

Recorrer à justiça foi uma prática comum na sociedade escravista. Foi também uma brecha aberta pelos escravos no cotidiano de luta, uma forma de negociar[142]. O escravo muitas vezes denunciava mal tratos, violência física, mas também foi frequentemente indiciado enquanto réu.

Na vila de Santa Isabel do Paraguassú, em 1870, José Moreira Rois queixou-se contra o escravo "Maurício, africano, escravo que foi de Rogério Guanaes Mineiro, por este ter dado substâncias desconhecidas a sua escrava africana Isabel (crioula, 40 anos, natural da Costa da África), para esta colocar na comida e banho do queixoso"[143]. Esse processo nos ajuda a entender a movimentação cotidiana dos escravos na vila. Mauricio vive de suas agências, mora em casa própria, vizinho de outros escravos e mantém uma grande relação de conhecidos, como consta no rol das testemunhas. Uma delas, Candida Martins Pereira 40 anos, vive de suas agências, casada, moradora na vila, natural da Costa da África, comadre do réu confirmou a queixa. Disse que as substâncias foram

---

[141]MACHADO, Maria Helena. *Crime e Escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas 1830 – 1888*. São Paulo: Brasiliense, 1987, p.17. Nesta obra a autora discute o sentido do crime escravo entendido enquanto forma de resistência, analisando a experiência das lavouras cafeeiras paulistas. É um caminho interessante para quem trabalha com processos crimes.

[142]REIS, João José e SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p.13. Os autores propõem pensar a diversidade do mundo escravo, ficando evidente a impossibilidade de pensá-lo de forma hegemônica

[143] APMM. Documentos de Escravos – Crimes Diversos. Estante 08, caixa 59, maço 59

entregues a Isabel para essa aplicar no chá e banho do queixoso para amansá-lo; que Isabel era íntima do réo e revelou várias experiências do africano Maurício com substâncias desconhecidas.

Em outro processo movido contra o escravo Joaquim esta movimentação fica ainda mais evidente. Sendo preso e interrogado sobre sua condição respondeu:

> *"Joaquim, criôlo, escravo de Antonio Soares do Bonfim, morador na vila de Caetité, e que se acha fora da caza de seo Senhor a dois annos e meio mas que não está fugido por ter vindo com ordem do ditto seo Senhor para trabalhar nos garimpos desta vila. O ditto seo Senhor não deo ordem por escrita porem que fizera entrega dele a Euzebio Rodrigues morador na Província de Minas que veio para esta vila o qual chegando aqui entregou a hum Francisco de tal da Serra, filho de Pedro Selestino, em companhia de quem estivera quatro mezes e que adoecendo, se retirou deixando ficar, e que fora prezo nos garimpos do Andarahy entre o Bom Despeijo e a Sambambaia em cuja ocazião lhe tomarão doze vinténs de pedras de diamantes, o almocafe da alavanca, enxada, carombé, bateia, espingarda, e tres sacos, e que por conta dessas semanas mandara a seo Senhor trinta mil réis, e que mais dinheiro que tinha gastara em huma moléstia"*[144]

Não tivemos condição de ler todo o processo pelo seu estado de conservação, mas é um tanto sugestivo o fato de Joaquim sair de Caetité e ir para as Lavras Diamantinas (vila de Santa Isabel do Paraguassú), com a permissão do seu Senhor e manter o pagamento das semanas, mesmo de longe e sem uma vigilância diretamente presente.

Esse fato indica o quanto o sistema escravista estava impregnado na sociedade. O controle da movimentação dos negros escravizados era também uma função do Estado, assim, mesmo longe do seu senhor, o escravo via-se preso na sua condição de cativo.[145]

---

[144] APMM. Documentos de Escravos – Crimes Diversos. Estante 08, caixa 59, maço 59, p.2-4

[145] ALGRANTI, Leila Mezan. *O Feitor Ausente – estudos sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro 1808-1822*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1988. É interessante análise que ela faz sobre a escravidão urbana, demonstrando as suas especificidades, mas reforçando a sua compatibilidade com o mundo da escravidão e toda a violência também presente nas cidades, sendo a comentada liberdade dos escravos controlada fortemente pelos intrumentos legais do Estado.

Nas posturas municipais de 1856, da vila de Santa Isabel do Paraguassú, a preocupação com a disciplina do movimento das pessoas pela cidade, sugere uma preocupação com a circulação de escravos e libertos. "*É proibido d'entro d'esta vila, e nas povoações do Município dar-se tiros, ou perturbar o socêgo publico com vozerias, palavras ofensivas à moral publica, ou* ***danças lascivas****, sob pena de 10$000 de multa. Sào proibidos os jogos nas tabernas, ou lugares publicos (...)*"[146]. A menção a danças lascivas possivelmente refere-se à batuques de negros ou outra espécie de reunião de africanos, comum nesse período.

Além disso, como o Estado não estava tão presente no dia a dia da vila, esse controle era feito também pela sociedade. Várias reclamações em correspondências indicam essa ausência, o interior era pouco lembrado pelo governo provincial e na vila de Santa Isabel a ordem era exercida pelo controle civil, pela organização da sociedade na qual os papéis estavam demarcados.

Outro aspecto a observar nesses controle da escravidão é o auto-controle feito pelo próprio escravo. No processo visto anteriormente é indicativo o fato de Joaquim não negar ser escravo, ele está imerso no mundo da escravidão que produziu, no Brasil, uma hegemonia forte o suficiente para manter o escravo mesmo sem uma vigilância direta.

No Brasil do dezenove trabalhar era coisa de escravo e certamente eles ocupavam todos os serviços necessários ao funcionamento das cidades, inclusive alguns serviços públicos. Em Ata de instalação da Santa Casa de Misericórdia da vila de Santa Isabel, no dia 18 de julho de 1861, ao decidir-se pela construção da sua sede, foi aceito o "*offerecimento do Tenente Coronel José Pires de Oliveira dos serviços de um escravo pedreiro para trabalhar na casa até que seja concluída (...) e o offerecimento feito pelo cidadão Antonio Vieira de Azerêdo Coutinho dos serviços de um escravo pedreiro para o mesmo fim.*"[147]

O escravo na cidade possuía uma especialização, muitas vezes sabendo e desempenhando mais de uma função. No inventário de Emilia Joaquina de Carvalho,

---

[146]APEB. Legislativo. Posturas, Livro 860, Posturas da Câmara Municipal da Villa de Santa Isabel do Paraguassú – 1856, grifo nosso.
[147] APEB. Sessão Colonial e Provincial. Religião, Maço 5299. Santa Casa de Misericórdia 1861-1889

em 1866, vem declarada a posse do escravo Antonio, africano, 40 anos cuja profissão é pedreiro e "sabe bem trabalhar de mineração"[148]. Certamente os escravos utilizados nos garimpos de diamante eram aproveitados para outras funções em períodos de baixa na produção mineradora.

Numa sociedade escravista, o escravo era um capital a ser investido onde desse mais lucro. Era uma moeda de troca, muitas vezes utilizado como bem penhorado em hipoteca ou garantia de pagamento de dívida. Na escritura pública de hipoteca, em 20 de julho de 1849, "*Manuel Ignácio Pinto para augmentar seos negócios se havia constituido devedor a Antonio José Teixeira da quantia de 5:958$000, para cuja segurança tinha hypotecado varios escravos a seo credor* (...)"[149] Os 14 escravos hipotecados ficaram com o credor até a dívida ter sido paga, era uma garantia nas negociações. Da mesma forma declara Prudencio Manuel Rodrigues Brasileiro, em escritura pública: "*Devo que pagarei ao Senhor Doutor Pedro da Silva Rego a quantia de 221$000 de ajuste de todas as nossas contas, até hoje, cuja quantia lhe pagarei d'esta data a um mês e na falta pagarei o prêmio de quatro por cento ao mês, para cuja segurança fica hypotecado o meo escravo Luis cabra que houve por compra ao Major Bacelar, o qual escravo serei obrigado a entregar* (...)"[150]

Nesses processos é interessante as descrições feitas dos escravos, cor, aparência física, estado de saúde, etc. elementos que possibilitam análises de origem, condições de trabalho, idade: "*Mauricio Guanaes Mineiro, africano, 50 anos, vive de suas agências, solteiro, nascido na Costa da África, não sabe ler nem escrever (...) Estatura regular, cor preta, fronte espaçoza e um pouco depprimida, olhos encovados, nariz rombo, orelhas pequennas, labios grossos, boca um pouco turtuoza, queixo tirando a ponto e agudo, rosto um pouco tirado a forma uval, finalmente tendo uma mão de menos*"[151]

As descrições era uma forma de identificar o réu, registrar a imagem do negro escravo para facilitar seu controle.

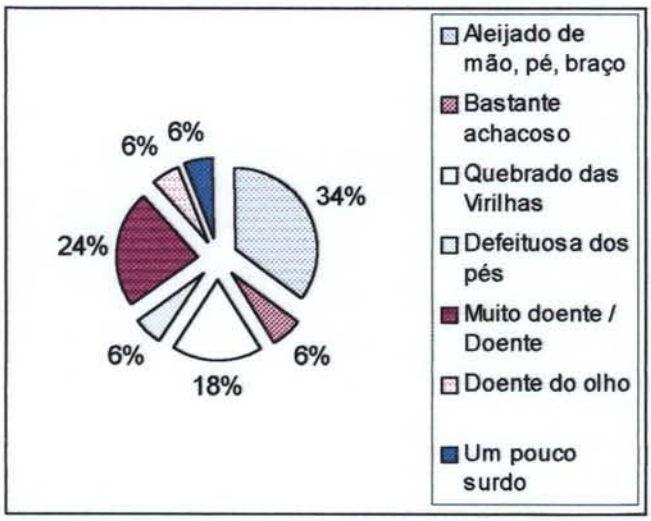
As condições de saúde dos escravos eram, algumas vezes declaradas nos inventários. As deficiências físicas são as que mais aparecem, o que pode sugerir as

---

[148] APMM. Sessão Judiciário. Inventários. Estante 10, Caixa 29, Maço 38.
[149] AMRC. Tabelionato. Livro de Notas 1830-1854, Caixa 10, p. 88-90
[150] AMRC. Tabelionato. Livro de Notas 1830-1854, Caixa 10, p. 83

condições de trabalho pesado e violento a que eram submetidos. Nos inventários pesquisados as doenças indicadas são as listadas no gráfico abaixo, com a respectiva freqüência em que aparecem:

Gráfico 6 – Doenças de Escravos



Fonte: APMM e APEB. Inventários século XIX (1844-1885) – Santa Isabel do Paraguassú

Por outro lado, a atividade mineradora necessita de uma relação de confiança entre escravo e senhor. O escravo tem que procurar o diamante, lavar o cascalho e só depois entregar a pedra. Nem sempre o dono do garimpo estava por perto, era preciso outras estratégias de controle para evitar o roubo. Numa vila pequena como Santa Isabel era difícil um escravo ir muito longe com diamantes roubados, certamente tinham ajuda de outras pessoas livres em casos de roubos, pois não teria como vender ou usufruir desse dinheiro sem ser notado. Além disso, o próprio cascalho, antes de ser lavado, era fiscalizado pelo proprietário; muitas vezes, este, notando alguma diferença responsabilizava seu escravo. No processo aberto contra o escravo Caim, visto no capítulo anterior, a acusação de roubo de cascalho a ser lavado indica o quão presente eram esses casos.

No entanto, a quantidade de compra de alforria indica um certo acúmulo de dinheiro pelos escravos, certamente não só através dos garimpos, mas em outros serviços oferecidos pelo ambiente urbano.

[151] APMM. Documentos de Escravos – Crimes Diversos. Estante 08, caixa 59, maço 59, p.21

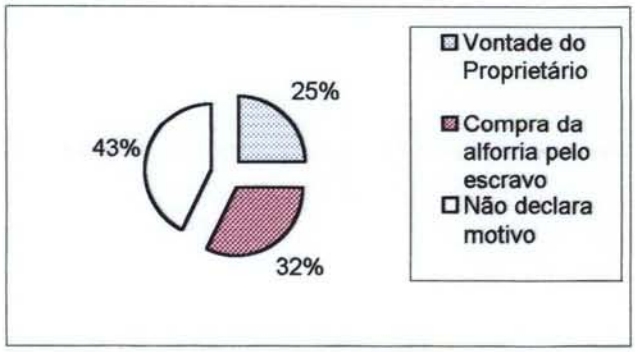
Outros processos revelam a inserção dos escravos no trabalho de mineração, a movimentação nas possibilidades de burlar a fiscalização e conseguir a pedra do diamante. Esta é uma situação também presente nos garimpos de Minas Gerais no século XVIII: "o tipo de atividade permitia e estimulava furtos impossíveis de evitar, por mais rigorosa que fosse a fiscalização nas áreas extrativas."[152]

Roubos de pedras e de cascalhos eram comum nas Lavras Diamantinas, muitas vezes praticados pelos próprios proprietários ou sócios. Em relação ao escravo, esta foi uma estratégia presente desde os tempos coloniais. Vidal Luna apresenta esta situação em Minas colonial:

> *"A forma como se organizou a lide mineira possibilitou aos cativos um grau de liberdade relativamente alto, possivelmente maior do que nas demais atividades coloniais. Por mais rigoroso e constante que fosse o controle exercido sobre os cativos, em particular na lavagem do cascalho, necessitava-se contar com sua iniciativa e responsabilidade na localização tanto do ouro como do diamante."*[153]

Outra característica das cidades mineradoras é o alto número de alforrias. As possibilidades dos negros comprarem sua liberdade era real pela diversas formas de trabalho e ocupações que permitia um acúmulo razoável, uma poupança. Nas cartas de liberdade lidas 57,2% explicitam os motivos. Dentre os motivos que aparecem a compra da liberdade é o mais marcante, 32,2%, com demonstra o gráfico abaixo:

Gráfico 7 – Motivos de Alforria de Escravos



FMM. Livro de Notas (1847 –1853) n. 1 e 2

[152]LUNA, Francisco Vidal. *"Estrutura e posse de escravos"*. In: LUNA, Francisco Vidal e COSTA, Iraci del Nero da. Minas Colonial: economia e sociedade. São Paulo: Fundação Instituto de Pesquisas Econ6omicas (FIPE) / Livraria Pioneira Editora, 1982, p.46.
[153]LUNA, *"Estrutura e posse de escravos"*, p.46

Os motivos às vezes vêm acompanhados de algumas condições ou considerações. Na carta de liberdade da escrava Rita, nação nagô, comprada pelo seu marido, o escravo Fructuoso, vem destacada a condição para que ela acompanhasse o marido para qualquer parte.[154] Em outra carta, que liberta o escravinho Rodolfo, pardo, de 4 anos, filho da escrava Delfina, pelos proprietários Dr. Filippi Martins de Sá Vieira e sua mulher Josofa Joaquina de Almeida Armirant, estes declaram que o fazem "por nossa livre vontade, em remuneração à amizade de infância que tinha com a nossa filha Augusta, hoje falecida".[155] É possível que se tratasse de um escravo junto com sua mãe de serviços domésticos, tendo um convívio mais íntimo com a família a ponto de, com a morte da filha, ter tocado os sentimentos dos seus senhores.

Os escravos domésticos foram muitas vezes beneficiados pela liberdade concedida. Leila Algranti analisando a escravidão urbana no Rio de janeiro no início do século XIX, comenta a situação desses escravos:

> *"Considerados pela historiografia como a "elite" escrava, devido a um possível melhor tratamento e maiores facilidades em conseguir uma carta de alforria, os escravos domésticos desenvolviam uma relação mais intensa com o senhor, motivada pela constante proximidade. As crias da casa – negros nascidos e criados na propriedade de um mesmo senhor – gozavam de alguns privilégios enquanto criança, e eram anunciados nos jornais com grande destaque. Entretanto, os privilégios que um escravo pudesse vir a ter não estavam relacionados com o trabalho que desenvolvia, mas com a relação que se estabelecia entre ele e seu senhor e com as expectativas de ambos. Havia escravos domésticos que eram frequentemente espancados, e negros ao ganho que usufruíam de grande liberdade."*[156]

Portanto, não podemos reforçar a análise que a escravidão doméstica foi branda em comparação as outras atividades desenvolvidas pelos negros, já que o caráter escravo perpassava todas elas. O que de fato é interessante notar são relações específicas construídas entre esses escravos e seus senhores nas brechas deixadas pela dominação escrava.

---

[154] FMM. Livro de Notas 1850-1853 n. 2, p.61
[155] FMM. Livro de Notas 1850-1853 n. 2
[156] ALGRANTI, *O Feitor Ausente*, p.84

Nos testamentos da vila de Santa Isabel é comum deixar registrado a intenção de libertar o escravo ou mesmo a declaração de sua liberdade, contanto geralmente estas declarações vêm acompanhadas de condições: que o escravo lhe sirva até a morte ou a algum parente próximo. É o momento de pagar os pecados e aliviar a alma, uma forma católica de morrer em paz. Assim Maria Bernardina Galdina do Amor Divino declara "*que depois do meu falecimento, gozarão de sua liberdade os meus escravos Plácido, oficial de pedreiro, com responsabilidade de dar 400$000 que junto ao testamento de meu marido ficara obrigado; minha escrava Januária, casada com meu escravo Francisco; minha escrava Raimunda, casada com meu escravo Demetrio.*"[157] Assim também faz Manuel Alves Franco em seu testamento: "*declaro ser da minha vontade que meu escravo Pedro, africano, acompanhe minha Mãe enquanto esta viver para lhe prestar todos os serviços de que necessita, e que depois do seu falecimento, fique livre da escravidão, gosando de sua liberdade de então em diante.*"[158]

Ainda tinha os casos em que o escravo poderia requerer a liberdade quando o senhor, em algum momento, declarasse preço. Assim fizeram João e Sertório, africanos, pagando o valor avaliado e declarado pela Companhia de Mineração em 20 de dezembro de 1850, em seu estatuto.[159]

Também encontramos casos em que o escravo consegue alforria através do Fundo de Emancipação. Em Andaray, em 1887, portanto num contexto próximo da abolição, em correspondência do juiz municipal com a presidência da Província afirma: "*Tenho a honra de comunicar a V.Exª que tendo a junta de classificação d'este município enviado a este juiso no dia 15 de novembro do ano passado findo uma caderneta com os nomes dos escravos classificados para serem libertos pela 7ª quota do fundo de emancipação distribuída a este dito município* (...)"[160] Em uma correspondência anterior, este mesmo juiz, o Coronel Francisco José da Rocha Medrado, consulta o Presidente de Província sobre os seguintes pontos: "*1. Se a escrava Justina com ingenuos e 50$000 de peculio, classificada pala Junta d'este município, tendo 53 anos de idade, está ou não no caso de ser alforriada pelo fundo de emancipação, preterindo esta outros escravos solteiros, de menor idade e com peculios*

[157] APEB. Série Judiciário. Inventários. Maço 1197, doc. 12
[158] AMM. Série Judiciário. Testamentos (1869). Estante 11, caixa 50, maço 59
[159] FMM. Livro de Notas 1850-1853 n. 2, p. 87-88

superiores a 300$000. 2. Se devo ou não attender as reclamações dos sous escravos Victor e Vicente, solteiros que deixaram de ser classificados pela Junta classificadora, tendo elles peculio que os habilita para entrarem na classificação (...)"[161] Esta situação indica o quanto os escravos utilizavam das brechas que tinham ou conseguiam para buscarem a liberdade. Até às vésperas da abolição esta foi uma luta constante, pois os senhores nem sempre respeitavam a classificação do Fundo. Em processo aberto em 1877, José Antonio de Carvalho é acusado de manter em seu poder o liberto João, que conseguiu a liberdade pelo Fundo de Emancipação.[162]

Essa alforria ou mesmo a expectativa em obtê-la pode ter sido uma das razões para o escravo manter-se na escravidão, não fugir. É possível que uma das estratégias utilizadas pelos escravos numa região de mineração como Santa Isabel tenha sido a aposta no diamante, isto é, a esperança em encontrar uma pedra e poder comprar a sua alforria. Assim, podemos pensar que o diamante garantia em si a manutenção do escravo no território da escravidão.

Outra referência encontrada no município sobre alforria, diz respeito às poucas conseguidas através da Lei dos Sexagenários. Em 16 de fevereiro de 1888, o Juiz de Orfãos de Santa Isabel do Paraguassú, envia, ao presidente da província um mapa do número de libertos pela idade no ano anterior. Os números são os seguintes: 2 homens de 60 anos, solteiros, que trabalham de lavoura e 1 mulher de 61 anos, casada que trabalha de cozinha.[163]

Estes casos demonstram a diversidade de relações estabelecidas pelos escravos num ambiente urbano. As cidades, no Brasil do século XIX, eram centros comerciais, rotas de abastecimento ou simplesmente passagens, o que produzia uma infinidade de atividades nas quais estavam os escravos. É como diz Algranti: "*Ao circularem pela cidade envolvidos em suas tarefas diárias, os negros estreitavam seu relacionamento com os mais diversos indivíduos: forros, brancos e escravos como eles.*"[164] A mobilidade urbana, também numa cidade do sertão, foi responsável pela existência das

---

[160] APEB. Legislativo – Presidência da Província. Série Judiciário. Maço 2236
[161] APEB. Legislativo – Presidência da Província. Série Judiciário. Maço 2236
[162] APMM. Documentos de Escravos – Crimes Diversos. Estante 08, caixa 59, maço 59
[163] APEB. Seção Legislativo. Juizes 1848-1888. Maço 2577
[164] ALGRANTI, O Feitor Ausente, p.97

diversas relações estabelecidas entre os negros; algumas delas de solidariedade, outras de conflito.

Não são poucos os casos de brigas entre escravos ou destes com suas mulheres na rua à noite. Cyrillo foi um dos que pagou na prisão por essas brigas, em 1872 na vila de Santa Isabel do Paraguassú:

> *"Diz o Promotor Público interino desta Comarca Amancio Paes Landim, que na noite de 29 de abril último, achando em roda na rua do amola faca, nesta Villa, os soldados de polícia Manoel José do Espírito Santos, e Vital Bispo, veio diser-lhes José Felix, que na rua da Cassimba estarão espancando a uma mulher, de facto, dirigindo-se pra ali o primeiro dos ditos soldados encontrou o escravo Cyrillo, de propriedade de D. Josepha Rubens de Souza Sellis espancando a Felicia de tal; o policial intimou-lhes a ordem de prisão, mas ele, desobedecendo e desistindo, travou-se em lucta, que durou muito tempo, com o soldado, conseguindo, por ser superior em força, disarmal-o, fugindo-o com a mesma arma, e com a qual evadiu-se* (...)"[165]

Cyrillo, filho de escravo do finado Ziraldo, 39 anos, garimpeiro, nascido em Carinhanha, não sabe ler nem escrever, solteiro, foi indiciado, condenado a um ano de prisão, com "*150 açoites e a trazer prega e corrente ao pépulo no espaço de três mezes*"[166]. Também por briga com mulher, na rua, em 1866, no Povoado de Chique-Chique, vila de Santa Isabel, foi condenado à prisão o escravo Antonio Joaquim de Tal:

> *"Diz Tibério Valério da Costa, morador neste Districto, que sendo Senhor e possuidor da escrava Victoria, parda, casada com Antonio Joaquim de Tal, que no dia 1°do andante mez, achando-se sua Escrava mansa e pacificamente na rua- beco de fervedor, ali apareceu ás oito horas da noite mais ou menos Antonio Joaquim de Tal, (marido da escrava), sem nem um motivo lança mão de um canivete de mol que em si trasa e com elle ofendeu a dita escrava fasendo-lhe um ferimento grave, como se verificara pello respectivo exame que se procedeu, não satisfeito, com esse mau procedimento, tem promettido matar a dita Escrava isto em prejuiso do supiclante e como semelhante acto tinha o suplicado commettido o crime punível (...), e avalia*

[165]APMM. Documentos de Escravos – Crimes Diversos. Estante 08, caixa 59, maço 59
[166]APMM. Documentos de Escravos – Crimes Diversos. Estante 08, caixa 59, maço 59, p.45

o danno soffrido com o delicto em 200$ 000, reis, além do mais o que possa haver em cazo de morte de sua escrava (...)"[167]

A escrava Victoria confirmou a versão do seu Senhor, embora o exame de corpo delito não tenha constatado gravidade nos ferimentos. Esses casos, além de evidenciar a movimentação dos negros nas ruas da cidade, abrem pistas para se analisar as relações familiares dos escravos. A família escrava tem sido analisada pela historiografia mais recente, demonstrando que ela estava muito mais presente do que se imaginava, assumindo feições diversas como qualquer família no Brasil.[168]

Por outro lado, neste último processo é possível perceber também o quanto a relação senhor x escravo estava marcada pela proteção e ao mesmo tempo medo. O senhor geralmente saia na defesa do seu ou sua escrava, inclusive judicialmente, para, proteger sua propriedade, mas também proteger-se de ameaças e violências mais graves em relação a ele próprio. As queixas de senhores contra ações violentas de escravos são constantes na vila de Santa Isabel, como também eram uma realidade nas Minas Gerais dos setecentos.[169]

Essas relações eram fortemente sustentadas e alimentadas pelos escravos. Por outro lado, outra estratégia utilizada pelos escravos era a compra de alforria de seus familiares. O escravo Fructuoso juntou 600$000 réis e comprou a alforria de sua mulher Rita, em 1853, tendo a garantia de que ela o acompanharia para qualquer parte. Era comum os negros juntarem dinheiro e primeiro alforriar a mulher e depois a si próprio. Em outro momento, no Distrito de Andaray, em 1851, João da Mata Pires compra três escravos – Antonia, Dorothea e Sebastião, 26, 16 e 12 anos respectivamente, "todos irmão e crias, e nascidos na vila de Feira de Santa Anna"[170]. Mesmo não podendo quantificar esses casos, é importante destacar que a escravidão não conseguiu acabar com os laços familiares e que, as "uniões sexuais de longa duração" eram muito

---

[167]APMM. Documentos de Escravos – Crimes Diversos. Estante 08, caixa 59, maço 59

[168]SLENES, Robert. "Lares negros, olhares brancos: histórias da família escrava no século XIX". E MATOSO, Kátia de Queiroz. "O filho da escrava". REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA. SP: ANPUH / Marco Zero, n. 16, 1988.

[169]SCARANO, Julita. *Cotidiano e Solidariedade: vida diária da gente de cor nas Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Brasiliense, 1994, p.23. Ela discute aqui o cotidiano escravo nas Minas Gerais do século XVIII e as relações estabelecidas entre esses e a população em geral, é um caminho interessante para analisar as especificidades das cidades mineradoras.

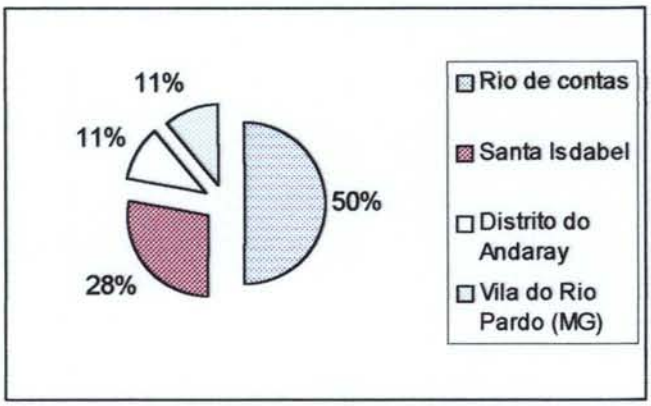
frequentes.[171] A família escrava tem sido analisada mais recentemente e os dados mostram o quanto as relações sexuais estáveis estavam presente no dia a dia dos escravos. Ter família significava, muitas vezes, ganhar mais espaço, ter o controle desse espaço, muitas vezes possibilitando a implementação de seus próprios projetos.[172] Para Slenes, ao estudar a escravidão na lavoura cafeeira paulista, casar possibilitaria a recriação de rituais de convivência familiar, de exercer uma privacidade e poder ficar longe do olhar do senhor. Além disso, significava ter uma economia doméstica própria, o que para ele significava uma estratégia para o escravo de acumulação para compra de alforrias.[173] Nas Lavras, mesmo levando em consideração o ambiente urbano e a atividade de mineração, diferentes da lavoura cafeeira, observamos a quantidade de compra de alforrias de mulheres e crianças por outros escravos, o que sugere um resultado da existência da família escrava.

Outra questão a ser observada nos dados encontrados é o comércio de escravos para a região. Nas escrituras de compra e venda dos escravos os vendedores são, em sua maioria da vila do Rio de Contas, o que sugere um caminho possível de entrada de escravos nas Lavras Diamantinas, mais especificamente na vila de Santa Isabel. Rio de Contas, em meados do dezenove, vivia em decadência em relação à atividade mineradora; além disso a vila ficava próximo à fronteira com a província de Minas Gerais, ponto de rota de escravos, sendo talvez um caminho do abastecimento. Mas, por outro lado, não é desprezível o contato estabelecido com a cidade da Bahia, onde muitos proprietários iam comprar escravos e mercadorias diversas. O quadro 10 indica a origem dos vendedores de escravos, declaradas na escrituras pesquisadas que cobrem as décadas de 40 e meados da de 50. As escrituras destacadas dizem respeito as negociações feitas com moradores da vila de Santa Isabel do Paraguassú, entre os anos de 1848-1854, portanto início da exploração diamantífera, o que indica uma grande leva de escravos para a vila, vinda principalmente das regiões vizinhas – Rio de Contas.

---

[170]FMM. Tabelionato. Livro de notas. 1850-1853, n.2
[171]SLENE, *Lares negros, olhares brancos*, p.194
[172] SLENES, Robert, Na senzala uma flor: as esperanças e as recordações na formação da família escrava, Departamento e História IFCH/UNICAMP, Center for Latin American Studies, Stanford University, julho de 1994.
[173] SLENES, Na senzala uma flor, 1994, p.40.

Gráfico 8 - Origem do Vendedor de escravo



AMRC. Tabelionato. Livro de Notas 1830-1854.

Segundo Erivaldo Neves, quanto à etnia, seu estudo encontrou, para a região de Caetité. 76% de escravos "brasileiros" e 12% de escravos "africanos" de diferentes nações "indicando crescimento vegetativo e declínio da importação de negros." Enquanto o mercado fornecedor de escravos na Bahia estava sendo alterado com o Golfo de Benim assumindo a maior fatia do comércio, ultrapassando a Costa do Ouro e Angola-Congo, no sertão, o estudo de Erivaldo mostra a manutenção do mercado Angola-Congo como principais locais de origem, o que reforça a idéia de um caminho via Minas Gerais para entrada desses escravos na região, vindos do Rio de Janeiro, em cujo mercado era predominante esta nação.[174] Também neste aspecto o estudo de Erivaldo Neves é bastante inovador.

A escravidão das Lavras Diamantinas, mais especificamente da vila de Santa Isabel do Paraguassú, é assim complexa e representativa de um momento histórico. Ela se fez presente na vila em uma quantidade surpreendente, movimentando a economia local, estabelecendo redes sociais diversas e construindo, através dos seus movimentos nas e pelas ruas, seus próprios projetos de vida.

O escravo não estava limitado ao trabalho nas minas de diamante, mas certamente, este o atraiu e marcou sua luta cotidiana pela alforria. Esse é um aspecto que merece melhor aprofundamento, analisar a dimensão da influência do diamante no estabelecimentos de estratégias de luta pela alforria construídas pelos escravos.

[174] NEVES, p. 262, 271

Outra questão a ser melhor investigada é o controle civil da escravidão construído pela vila, num contexto de ausência do Estado. Santa Isabel ficava muito distante da capital da província e o governo provincial nem sempre priorizava o interior, inclusive em questões relativas à segurança e estabelecimento da ordem. A manutenção da escravidão nesse contexto ficava a cargo, muita vezes, da sociedade local que tinha suas estratégias políticas para construir e manter o sentido de hegemonia da escravidão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

"A novidade é que o Brasil não é só Litoral
É muito mais, é muito mais que qualquer Zona Sul
Tem gente boa espalhada por esse Brasil
Que vai fazer desse lugar um bom País

Ficar de frente para o Mar, de costas pro Brasil
Não vai fazer desse lugar um bom País."[175]

A história do Brasil deve abranger, essencialmente, a diversidade e complexidade de seu território. Deve por em cena personagens escondidos/esquecidos nas partes nunca mostradas, nunca anunciadas. O historiador, por sua vez, tem a função de trazer para o seu texto os vestígios desse movimento, nem sempre embalado pelas ondas do mar, porém muitas vezes parceiro deste.

Não é mais "novidade que o Brasil não é só litoral", o interior se fez notar, se fez ouvir, embora o litoral insista em dominar. Foi na tentativa de perceber mais um pouco desse interior que investiguei a vila de Santa Isabel do Paraguassú, nas Lavras Diamantinas da Bahia, nos meados do século XIX. Trazer seus vestígios à vista, deixar seus personagens contarem sua história.

Ao final dessa primeira trajetória percebi o quanto complexa é a história de uma vila. Ela não basta em si mesma, é uma porta através da qual se entra para olhar o movimento geral da história, ou seja, através da história de Santa Isabel foi possível vislumbrar a região das Lavras Diamantinas como um todo, suas relações com o restante da Bahia e Brasil, como também situá-la num contexto mais amplo do dezenove.

Neste percurso algumas questões ficaram resolvidas e outras por resolver, porém forte foi a certeza da diversidade e complexidade que tem aquele pequeno território formado no interior do Brasil, no centro da Bahia e, portanto, deve ser analisado também de forma diversa e plural. Definitivamente não cabe olhá-lo como mais um pedaço de um espaço homogêneo maior chamado interior ou sertão.

---

[175]NASCIMENTO, Milton. "Notícias do Brasil (os pássaros trazem)", CAÇADOR DE MIM (Disco LP-long play), faixa 4, São Paulo, Ariola, 1982.

No caso de Santa Isabel do Paraguassú o diamante demarcou territórios, atraindo pessoas diversas que construíram a vila, mas a sua dimensão econômica e social precisa ser melhor analisada.

A economia do diamante não traduz a dimensão relatada nos vestígios sobre os municípios. Nos inventários ele quase não aparece, poucos são os que declaram possuir diamante. Aqui está um caminho interessante para uma investigação específica – qual o significado desse silêncio? Enquanto isso, nas Falas de Presidentes de Província a sensação é de que o auge da produção diamantífera nas Lavras aconteceu num período muito curto, apenas nas décadas de 40 e 50. Nos meados de 1860 já havia indícios da decadência da produção. Por isso é possível afirmar o quão tênue era o diamante para a maioria da população da vila, principalmente para aquela que não tinha propriedade. A riqueza era muito mais ilusão. Essa atividade, como toda atividade mineradora, não produziu uma economia durável. Vivia de auges na produção, de sonhos de *bambúrrio*.

O mundo do garimpo é um mundo de aventuras, de conflitos, de clandestinidades, mas certamente os vestígios deixados não traduzem ainda toda a dimensão dos caminhos trilhados pelo diamante. Neste aspecto, a historiografia mineira mais recente é muito pertinente para o entendimento dos meandros de uma cidade de mineração, apesar das fundamentais diferenças entre as duas realidades: Minas Gerais viveu sua mineração nos meados do século XVIII, quando o Brasil ainda era uma colônia, enquanto nas Lavras ela acontece nos meados do século XIX, na realidade do segundo império, com um despontar de crise desse próprio Império e da escravidão. Assim, em Minas o controle do Estado em relação à extração do diamante foi infinitamente maior, aliás as minas eram monopólio da Coroa; nas Lavras essa atividade foi basicamente feita por particulares, proprietários de terras, com uma fiscalização mais branda por parte do Governo Provincial.

É bom notar que, mesmo com essa diferença no controle da extração, nas duas realidades as notícias sobre o não cumprimento de Leis, sobre clandestinidade e atitudes suspeitas de funcionários oficiais foram uma presença constante. Minas, portanto, foi referência obrigatória nesse estudo. Fica a sensação de que é possível explorar mais esses pontos de encontros e desencontros, eles por si só dariam um trabalho específico.

A intenção porém foi buscar a historiografia mineira apenas como referência e sustentação para o entendimento da dinâmica de uma vila de mineração, o restante está por fazer.

Além desses trabalhadores lá estava o escravo. Presente em toda a documentação levantada, ele se mostrou central para entender a própria vila. Tudo indica, sem muita sustentação com os dados pesquisados, que a exploração do diamante foi feita por uma grande quantidade de escravos. Eles estavam presentes nos garimpos e nos serviços de sustentação destes: abastecimento, lavoura, serviços domésticos e outros mais. Ficou evidente o quanto específico é o mundo escravo num espaço urbano marcado fortemente pela escravidão. A historiografia sobre escravidão urbana é muito rica em mostrar a mobilidade e estratégias escravas em seu cotidiano urbano. No caso das Lavras Diamantinas, mais especificamente a vila de Santa Isabel, esse cotidiano se mostra nos processos-crime. A relação com o diamante aparece a partir dos casos de roubo e dos relatos de ocupações como garimpeiro em determinado garimpo.

Outro aspecto muito interessante no dia a dia escravo na vila são as descrições de moradia. Muitos tinham casa separada da casa do senhor, viviam de suas agências, construíam relações de amizades com outros escravos e libertos e movimentavam-se pela cidade, inclusive à noite apesar dos instrumentos de controle e repressão existentes. Essas evidências sugerem um mundo escravo que conseguiu estabelecer um espaço próprio e, apesar da violência intrínseca à relação escravista, conseguiu construir no seu cotidiano momentos de vida "sem senhor", momentos em que deixavam fluir seus desejos e projetos de vida, mesmo que por momentos.

A escravidão era uma realidade também do sertão. O tráfico abastecia também as regiões do interior. Em relação às Lavras esse abastecimento nem sempre passava por Salvador, os registros mostram a compra de escravos em Rio de Contas e na Província de Minas Gerais, o que indica que as Lavras estava em contato com outras regiões não sendo tão centralizada assim pela capital da Província da Bahia, ou pelo menos não apenas. Também aqui destaca-se um aspecto a ser melhor aprofundado: o tráfico de escravos para o interior, por onde entravam, quem controlava, quais eram as etnias mais vendidas, questões que merecem estudos específicos.

Não só estes, mas várias questões ficaram aqui por ser melhor abordadas. A intenção de mostrar um painel da formação e cotidiano da vila de Santa Isabel permitiu-me uma visualização de temas e aspectos específicos que aqui não foi possível desenvolver. Porém, ficou evidente o quanto complexa e múltipla é o fazer da história humana num determinado espaço, ou melhor o fazer-se desse próprio espaço. Estudar a vila possibilitou-me ver o sertão baiano, este espaço que confirma: o Brasil não é só litoral. E é muito, muito mais.

RELAÇÃO DE FONTES

ARQUIVOS

Arquivo do Cartório da Vara Cível e da Vara Crime / Fórum Municipal de Andaraí (FMA)

Inventários de 1856-1899

Arquivo Municipal de Mucugê (AMM)

Livro de Atas da Câmara Municipal 1848-1865

Inventários de 1844-1885

Testamentos

Processos-crime

Arquivo do Cartório de Notas e Tabelionato / Fórum Municipal de Mucugê (FMM)

Livros de Notas

Escrituras de Compras e Vendas de Escravos

Arquivo Público do Estado da Bahia (APEBa)

Série Câmaras Municipais. Câmara de Isabel do Paraguassú 1848-1887.

Série Presidência da Província: Judiciário (correspondência). Juízes Andaraí 1886-1889, Lavras Diamantinas 1872-1889, Santa Isabel do Paraguassú 1847-1889

Fallas de Presidentes de Província 1846 a 1874

Arquivo Municipal de Rio de Contas (AMRC)

Inventários

Correspondências da Câmara de Rio de Contas com a de Santa Isabel do Paraguassú

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Capistrano de, *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*, Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Edusp, 1988.

ALGRANTI, Leila Mezan, *O Feitor Ausente – estudos sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro 1808-1822*, Petrópolis, RJ: Vozes, 1988.

ALVES, Ivia Iracema, *Herberto Sales: biografia*, Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1979.

ANDRADE, Manuel Correia de, *A Terra e o Homem no Nordeste*, 4ª edição, S. P.: LIVRARIA ED. CIÊNCIAS HUMANAS, 1980.

_____, "A ocupação territorial e a evolução das cidades e vilas brasileiras (séc. XVI e XVII)". Anais do I Colóquio de Estudos Históricos Brasil – Portugal, Belo Horizonte / MG, 1994.

ANDRADE, Maria José, *A Mão De Obra Escrava Em Salvador 1811-1860*, São Paulo: Corrupio, 1988.

ARENDT, Hannah, *Origens do Totalitarismo: asnti-semitismo, imperialismo, totalitarismo*, São Paulo: Cia das Letras, 1989

BAHIA. IPAC. *Serra Geral e Diamantina*. vol. IV, s/d.

BAHIA, *Enciclopédia dos Municípios Baianos*, vol. XX e XXI.

BARROS, Francisco Borges de, *Diccionário Geographico e Histórico da Bahia*, Bahia: Imprensa Oficial, 1923.

_____, *A Margem da História da Bahia*, Salvador: Imprensa Oficial do Estado da Bahia, 1934.

CALVINO, Ítalo, *As Cidades Invisíveis*, Tradução Diogo Minardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CÂMARA, Marcos Paraguaçu de Arruda, *Cidades e vilas da escravidão: espaço dos excluídos*, São Paulo: USP, 1995, (tese de doutorado).

CATHARINO, José Martins, *Garimpo, Garimpeiro, Garimpagem - Chapada Diamantina*, Rio de Janeiro: Philobiblion; Salvador: Fudanção Econômico Miguel Calmon, 1986.

CUNHA, Euclides, *Os Sertões*, São Paulo: Cultrix, 1975.

DERBY, Orville A. *"As Lavras Diamantinas. (Relatório apresentado ao Secretário de Agricultura do Estado da Bahia)"*. in: Revista do IGHB. Bahia, XI (30): 145-153, 1904.

_____. *"Notícias sobre a descoberta das Lavras Diamantinas"*. Revista do Instituto Histórico da Bahia, t. VI, março - 1899, p. 75-80.

FALCÓN, Gustavo Aryocara de, *O Diamante - A Inserção da Bahia na Evolução Nacional - 1° etapa: 1850-1889*, Atividades Produtivas. Coleção SEPLANTEC. Salvador, 1978.

FREIRE, Felisbelo, *História Territorial do Brasil*, Rio de Janeiro, vol 1, 1906.

FERREIRA, Francisco Ignácio, *Diccionario Geographico das Minas do Brasil*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1885.

FUNCH, Roy, *Um guia para o visitante a Chapada Diamantina: o circuito do diamante*, Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo / EGBA, 1997.

FURTADO, Júnia Ferreira, *Homens de Negócio: A Interiorização da Metrópole e o comércio nas minas setecentistas,* São Paulo: Hucitec, 1999

GOMES, Josildete, *Povoamento da Chapada Diamantina*, Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia. Salvador, (77): 221-238, 1952.

GUIMARÃES, Bernardo, *O Garimpeiro*, Editora Brasil-América, Edição Maravilhosa, n 118 (extra), Fevereiro, 1956.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz, *Grupiaras e Monchões: garimpos e cidades na história do povoamento do leste de Mato Grosso – primeira metade do século XX,* Campinas, SP: Unicamp, Tese de Doutorado em História, 1996.

INFORMAÇÕES BÁSICAS DOS MUNICÍPIOS BAIANOS. Chapada Diamantina. vol. 13, CEI.

LEAL, Fernando Machado, *A antiga vila comercial dos Lençóis*, Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, (18): 115-160, 1978.

LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e Trabalho em uma economia escravista. Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

LIMA, Hermam. *Garimpos*. Civilização Brasileira, 1932.

LIMA, Nísia Trindade, *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*, Rio de Janeiro: Revan / IUPERJ, UCAN, 1999.

LYNCH, K., *De qué tiempo es este lugar? Para uma nuova definición del ambiente*, Colleción Arquitetura y Crítica, Barcelona: Ed. GG, 1975.

LUNA, Francisco Vidal, *"Estrutura e posse de escravos"*. In: LUNA, Francisco Vidal e COSTA, Iraci del Nero da. *Minas Colonial: economia e sociedade*. São Paulo: Fundação Instituto de Pesquisas Econ6omicas (FIPE) / Livraria Pioneira Editora, 1982.

MACHADO, Maria Helena, *Crime e Escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas 1830 – 1888*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MACHADO FILHO, Aires da Mata. *O negro e o garimpo em Minas Gerais*. 2° edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

MACHADO NETO, Zahidé e BRAGA, Célia Maria Leal. *Garimpos e Garimpeiros na Bahia*. vol. I e II. Salvador, 1974.

MATTOSO, Kátia de Queirós, *Bahia século XIX. Uma Província no Império*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MATOSO, Kátia de Queiroz, *"O filho da escrava"*, REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA. SP: ANPUH / Marco Zero, n. 16, 1988.

MAWE, John, *Viagens ao interior do Brasil, principalmente aos distritos do ouro e diamantes*, tradução de Solena Benevides Viana, Rio de Janeiro: Zelio Valverde, 1994.

MEDRADO, Helena, *Mucugê e sua história*, Salvador: Ed. Littera, 1998.

MELO E SOUZA, Laura de, *Desclassificados do Ouro: a pobreza mineira no século XVIII*, Rio de Janeiro: Edições Graal, 2ª edição, 1986.

MENESES, Gustavo Adolfo de, *"Riqueza Mineral da Bahia"*, REVISTA do IGHB, 12: 233-240, 1863.

MORAES, Walfrido. *Jagunços e Heróis*. Bahia: Empresa Gráfica da Bahia, IPAC, 1951.

MOTTA, Márcia Maria Menendes, *Nas Fronteiras do Poder: conflito e direito à terra no Brasil do do século XIX*, Rio de Janeiro: Vício de Leitura / Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

MOTTA, Márcia e MENDONÇA, Sônia (orgas.), *Nação e Poder: as dimensões da história*, Niterói, RJ: Eduff, 1998.

MORAES, Walfrido, *Jagunços e Heróis: a civilização do diamante nas lavras da Bahia*, 4 edição. Bahia: Empresa Gráfica da Bahia / IPAC, 1991.

NEVES, Erivaldo Fagundes, *Formação sócio-cultural e perspectivas de desnvolvimento sustentável da Chapada Diamantina*, Salvador: BAHIA. SEPLANTEC/CAR.

_____, *Uma comunidade sertaneja: da sesmaria ao minifúndio (um estudo de história regional e local)*, Salvador: Ed. da Universidade Federal da Bahia; Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 1998.

_____, "Escravismo e Policultura", CLIO – Revista de Pesquisa Histórica da UFPE, n 15, Recife: Universitária, 1994.

PEREIRA, Gonçalo de Athayde, *Memória Histórica e Descritiva do Município de Andarahy*, Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1937.

_____, *Memória Histórica e Descritiva do Município de Lençóis*, Bahia, 1910.

_____, *Memória Histórica e Descritiva do Município de São João do Paraguassú*, Bahia: Litho-Typ. e Encadernação Reis & Cia., 1907.

_____, "*Os primeiros Descobrimentos de Diamantes no Estado da Bahia*", in: Revista do IGHB. Bahia, XII (31): 142-151, 1905.

PINA, Maria Cristina Dantas. *Diamantes de Papel: um estudo sobre as Lavras Diamantinas séc. XIX*. Feira de Santana: UEFS, Monografia de final do curso de Especialização em Teoria e Metodologia da História, 1997.

PRADO JUNIOR, Caio, *Formação do Brasil Contemporâneo - Colônia*, 2 edição. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PRAGUER, Henrique, "*Riqueza Mineral do Estado da Bahia. v. VII - O Diamante*", in: Revista do IGHB. Bahia, VI (19): 06-68, mar, 1889.

REIS, João José e SILVA, Eduardo, *Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista*, São Paulo: Companhia das Letras, 1989

REIS, Liana Maria, "*Municipalidade, poder e controle social: o confronto entre ordem pública e ordem privada nas Minas Gerais do século XIX*" -In ANAIS I COLÓQUIO DE ESTUDOS HISTÓRICOS - Brasil/Portugal, Belo Horizonte, 22 a 29 de agosto de 1993, MG: PUC, 1994, p.177-178.

REVISTA AFRO-ÁSIA, Salvador: Centro de Estudos Afro-orientais – FFCH/UFBA, n. 21-22, 1998-1999 (regras editoriais)

ROCHA, Carmem Lúcia Antunes, "*O município na federação brasileira (observações sobre aspectos históricos, jurídicos e políticos do município no Brasil)*" - In ANAIS I COLÓQUIO DE ESTUDOS HISTÓRICOS - Brasil/Portugal, Belo Horizonte, 22 a 29 de agosto de 1993, MG: PUC, 1994.

ROCHA, Lindolfo. *Maria Dusá*. Texto integral organizado por Afrânio Coutinho. São Paulo: Ática, 1990.

ROUNIK, Raquel, In FERNANDES, Ana e GOMES, Marcos A. Figueiras (orgs) CIDADE E HISTÓRIA, Salvador:UFBa / Faculdade de Arquitetura e Urbanismo / ANPUR, 1992, p. 28-29

SÁ, Elizabeth Schneider de et al., *Manual de Normalização de Trabalhos Técnicos, Científicos e Culturais*, Petrópolis: Vozes, 1994.

SALES, Fernando, *Memória de Mucugê*, Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 1994.

SALES, Herbeto, *Cascalho*, São Paulo: Círculo do Livro.

_____, *Subsidiário: confissões, memórias e histórias*, Rio de Janeiro: José Olympio, 1988.

SALES, Herberto, *Rio dos Morcegos*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

SALOMON, Délcio Vieira, *Como Fazer uma Monografia*, São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SAMPAIO, Teodoro, *O Rio São Francisco e a Chapada Diamantina*, Salvador: Progresso, 1938.

SANDRONI, Paulo (org.), *Dicionário de Economia*, São Paulo: Abril Cultural, 1985.

SANTANA, José Carlos Barreto de, *A Contribuição das ciências naturais para o consórcio da ciência e da arte em Euclides da Cunha*, São Paulo: USP - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 1998. (Tese de Doutorado)

SANTOS, J. Felício dos. *Memória do Distrito Diamantino*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1956.

SANTOS, Milton, *A Nova Geografia*, 1978.

_____, *et elli* (orgs.), *Território: globalização e fragmentação*, São Paulo: Hucitec / ANPUR, 1996.

SANTOS, Pedro Brum, *Teorias do Romance. Relações entre ficção e história*, Santa Maria: Ed da UFSM, 1996.

SCARANO, Julita, *Cotidiano e Solidariedade: vida diária da gente de cor nas Minas Gerais no século XVIII*, São Paulo: Brasiliense, 1994.

SCHWARCZ, Lilia Moriz, *O Espetáculo das raças - cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*, S. P.: Cia das Letras, 1993, p.99.

SENA, Ronaldo, *Jarê: manifestação religiosa na Chapada Diamantina*, São Paulo, 1984 (Tese de Doutorado).

_____, *Lençóis: um estudo diagnóstico*, Feira de Santana: UEFS / Prefeitura de Lençóis, 1996.

SILVA, Eduardo, *Dom Obá d'África, o príncipe do povo: vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor*, São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SILVA, Marcos A. da (coord.), *República em Migalhas: História Regional e Local*, São Paulo: Marco Zero/ ANPUH, 1990.

SILVA, Sylvio C. B. Mello (org), *Urbanização e metropolização no estado da Bahia: evolução e dinâmica*, Salvador: Centro editorial e didático da UFBa, 1989.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy, *O Regionalismo Nordestino: existência e consciência da desigualdade regional*, São Paulo: Moderna, 1984.

SLENES, Robert Wayne. "Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX". *Cadernos IFCH UNICAMP*, 17, Junho de 1985.

_____, "*Lares negros, olhares brancos: histórias da família escrava no século XIX*", REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA. SP: ANPUH / Marco Zero, n. 16, 1988.

SOUZA, José Moreira, *Cidade: momentos e processos, Serro e Diamantina na formação do norte mineiro no século XIX*, São Paulo: ANPOCS / Marco Zero, 1993.

SPIX, Johann Baptist von, *Viagem pelo Brasil: 1817 – 1820*, Tradução Lúcia Furquim Lahmeyer. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1981.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Biblioteca Central. *Normas para apresentação de trabalhos*. Parte 2 e 7. 5 ed. Curitiba: Ed. da UFPR, 1995.

VASCONCELOS, Silvio de, Vila Rica: formação e desenvolvimento – residências, Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura / INL, 1956.

VIANNA, Francisco Vicente, *Memória sobre o Estado da Bahia*, Bahia: Typographia e Encadernação do "Diário da Bahia", 1893.

VIDAL E SOUZA, Candice, *A Pátria Geográfica: sertão e litoral no pensamento social brasileiro*, Goiânia: UFG, 1997.

VILAR, Pierre, *Ouro e Moeda na História (450-1920)*, tradução de Philomena Gebran, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

GLOSSÁRIO[1]

Bambúrrio - Achado de pedra (diamante) de grande valor

Batéia - Gamela de madeira em forma de cone, utilizada para a lavagem do cascalho

Capangueiro- Comerciante de diamante. Tinha esse nome pela capanga onde levava os piquás

Carumbé - Gamela que se destina ao transporte do cascalho

Engrunado - Vem de gruna, escavação que os garimpeiros fazem na terra ou na rocha em busca da pedra preciosa

Gruna - Escavação funda feita pelos garimpeiros em terrenos diamantíferos nas Lavras diamantinas - Ba

Infusado - Garimpeiro que não bamburra há muito tempo, nunca o fez ou mesmo as pequenas pedras achadas não lhe rendem nada de substancial

Jarê - Religião afro-brasileira, caracterizada como candomblé de caboclo, presente na região da Chapada Diamantina – Ba

Meia-Praça - Parte dividida entre o garimpeiro e o fornecedor; nome dado ao garimpeiro submetido a esse tipo de contrato de trabalho

Pedrista - Capangueiro de "gabinete". Comprava o diamante na mão do capangueiro e revendia

Piquá - Pequeno vaso feito de madeira, côco de dendê ou chifre onde se colocava o diamante para a comercialização

Quinto - Subdivisão do imposto pago ao dono da serra e/ou garimpo relativo à um percentual aprioristicamente acertado quanto ao achado de uma pedra.

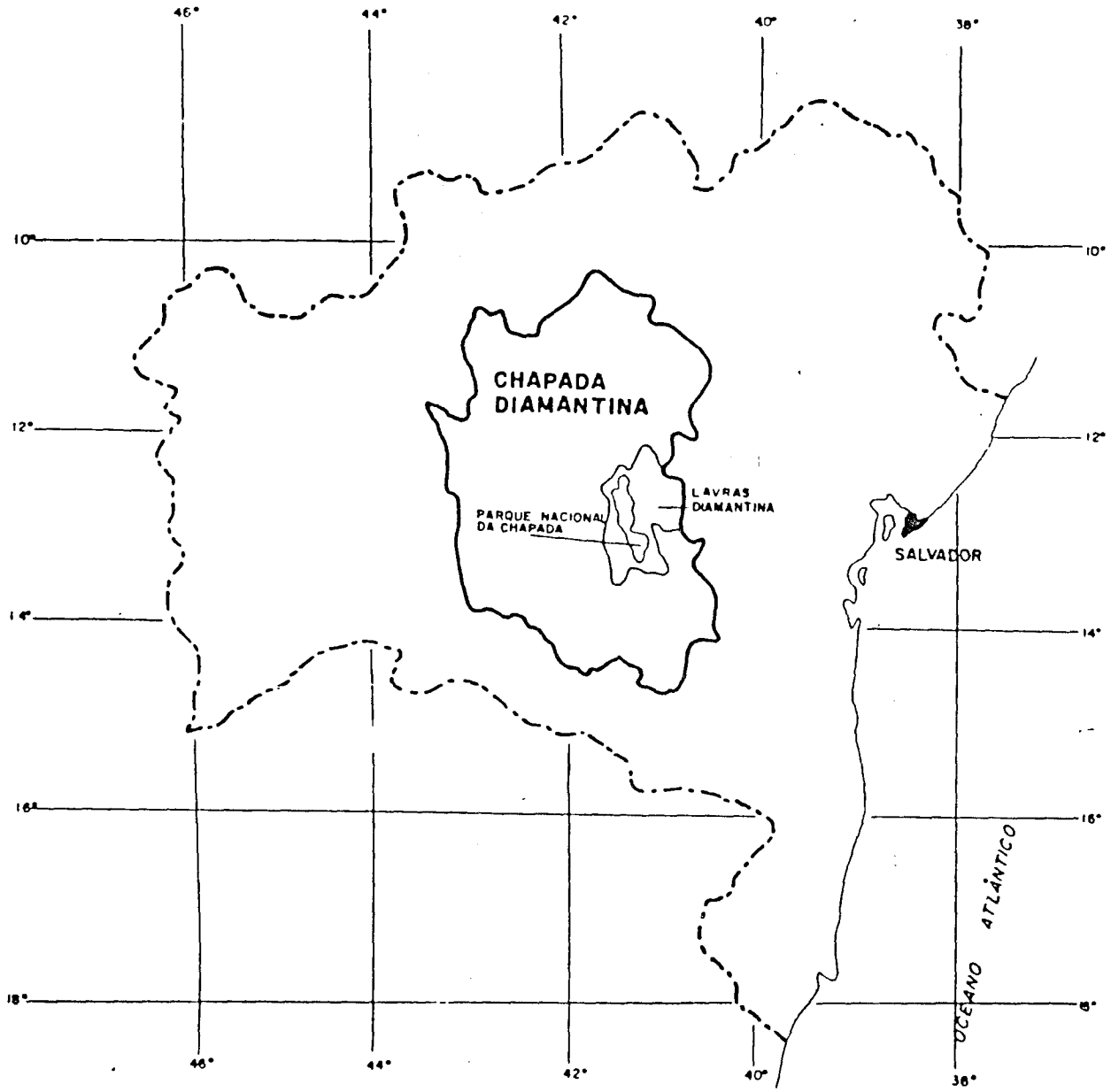
---

[1] Os significados das palavras aqui listadas foram retirados de Ronaldo Senna e Zahidê Machado Neto nas obras referidas na referência bibliográfica.

ANEXOS

Mapa 1 – Mapa do Estado da Bahia

MAPA DO ESTADO DA BAHIA



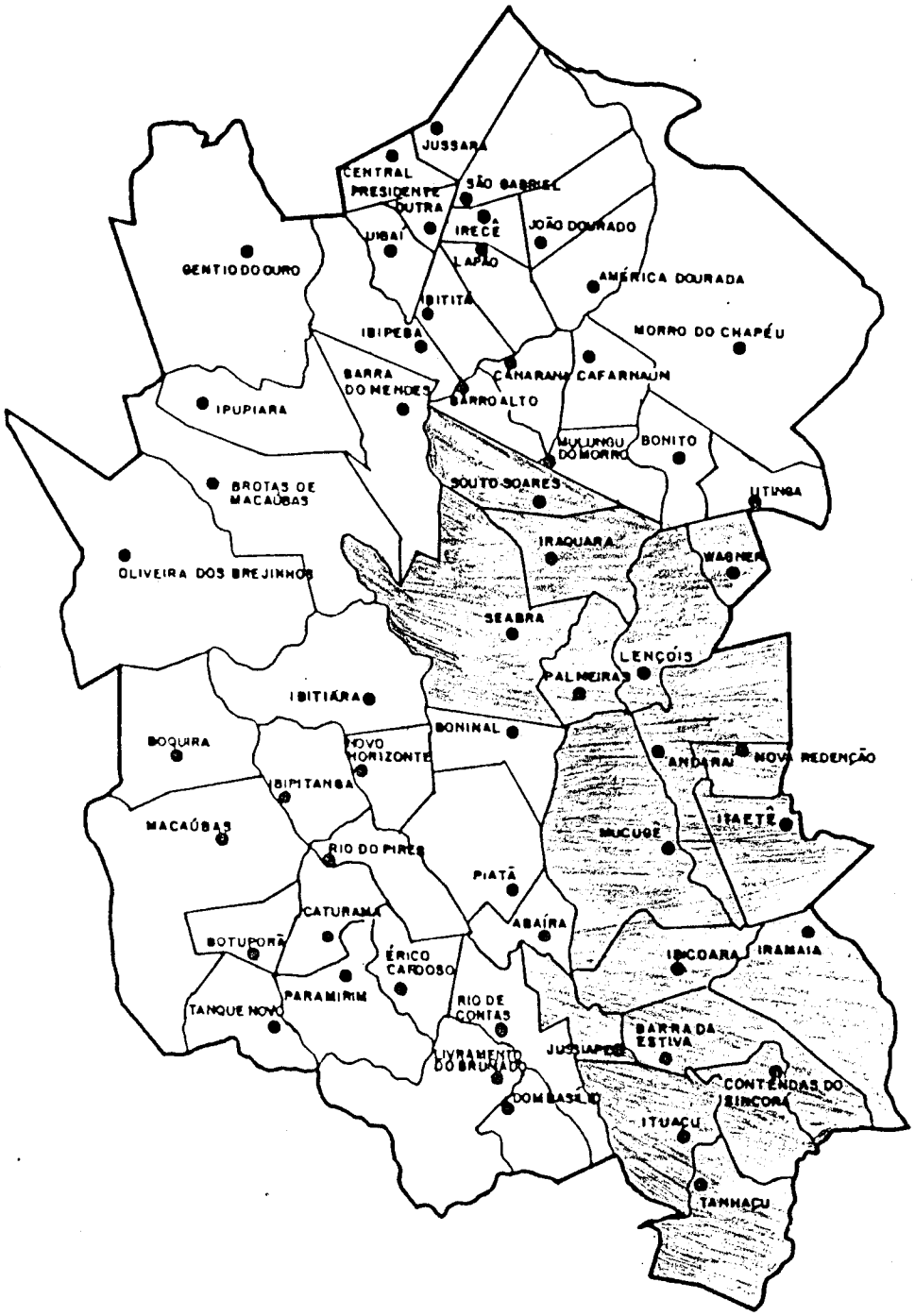
0,0 100,0 200,0 300,0 km

Mapa elaborado pelo autor
Fonte Cei

Obs.: Mapa retirado de BANDEIRA, Renato L. *Chapada Diamantina: histórias, riquezas e encantos.* Salvador: Onavelis, 1995. p. 9

Mapa 2 – Mapa da Chapada Diamantina Histórica

MAPA DA CHAPADA DIAMANTINA HISTÓRICA

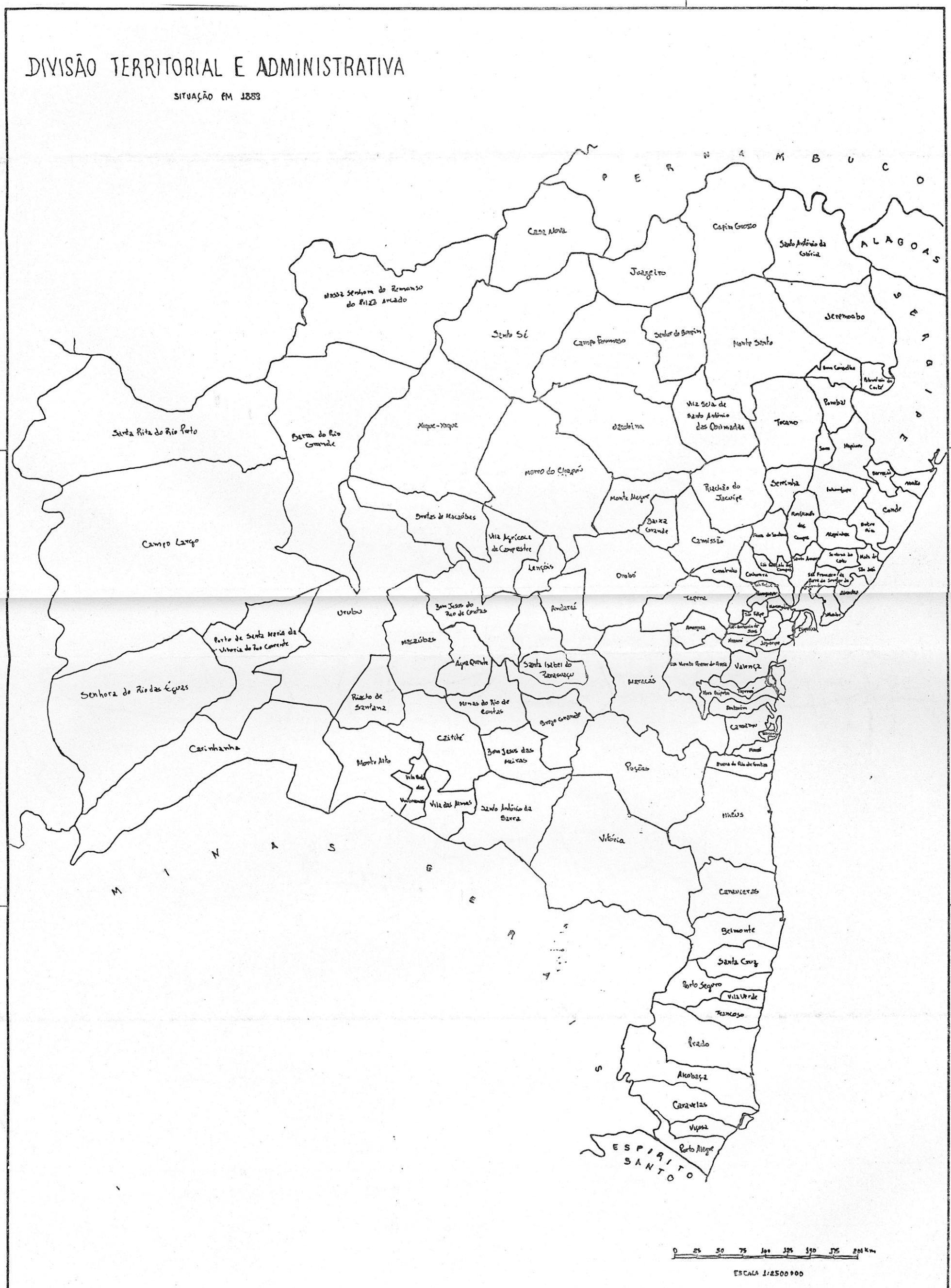


00 23,0 46,0 69,0 km

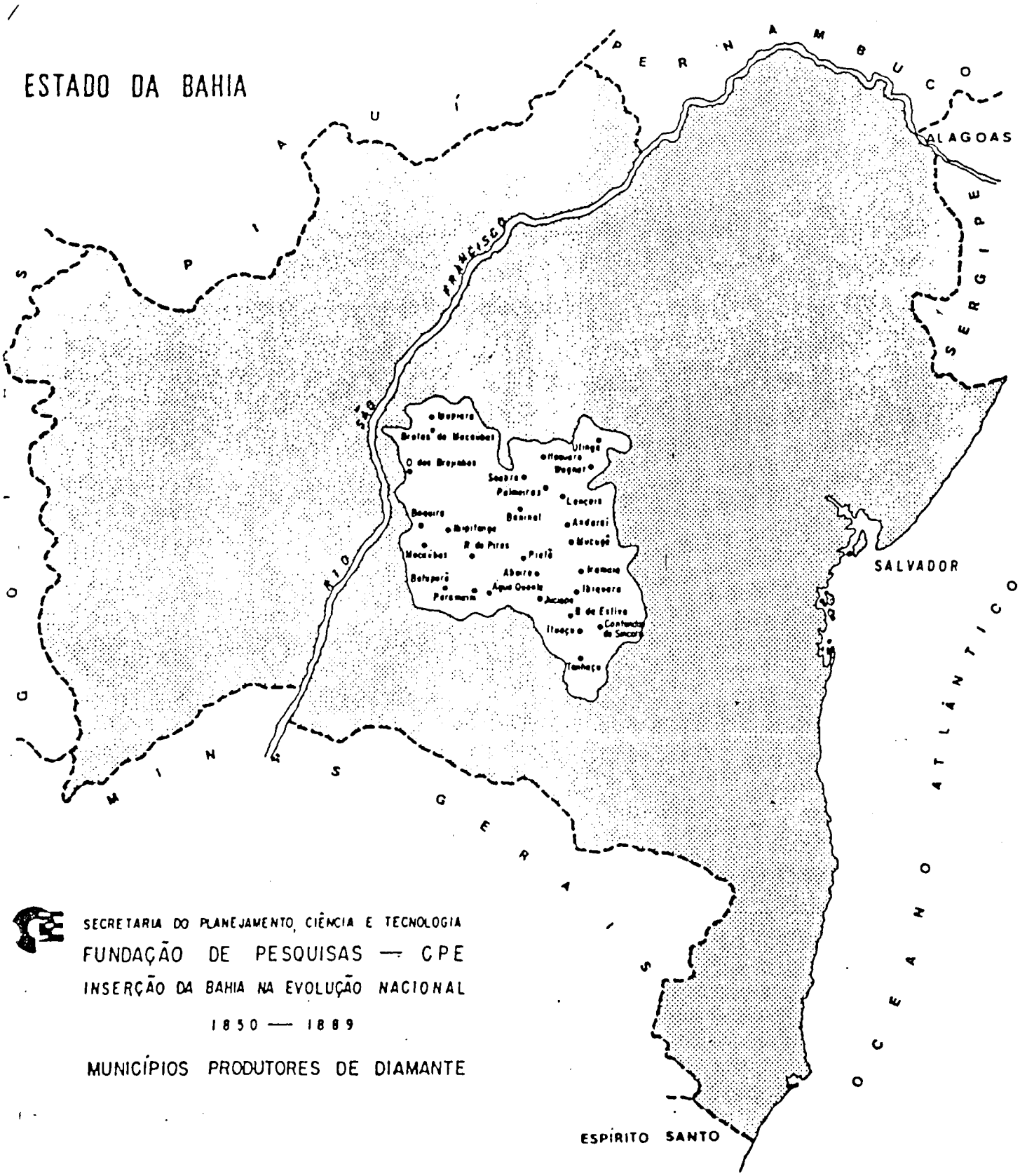
Mapa elaborado pelo autor
Fonte: Cei

Obs.: Mapa retirado de BANDEIRA, Renato L. *Chapada Diamantina: histórias, riquezas e encantos.* Salvador: Onavelis, 1995. p. 19

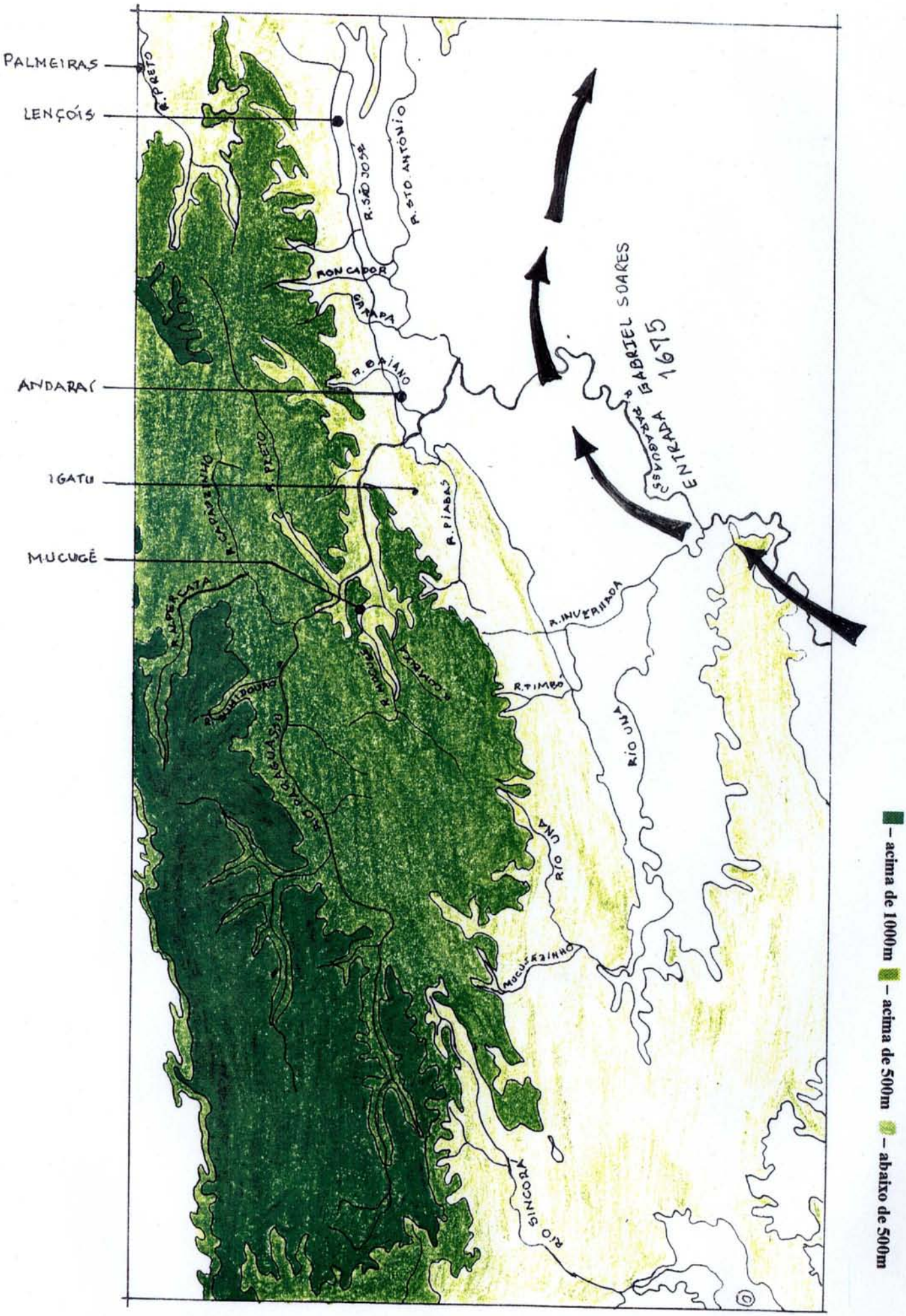
Mapa 3 – Divisão Territorial e Administrativa da Bahia – 1889



Mapa 4 – Estado da Bahia – Municípios produtores de diamante 1850-1889

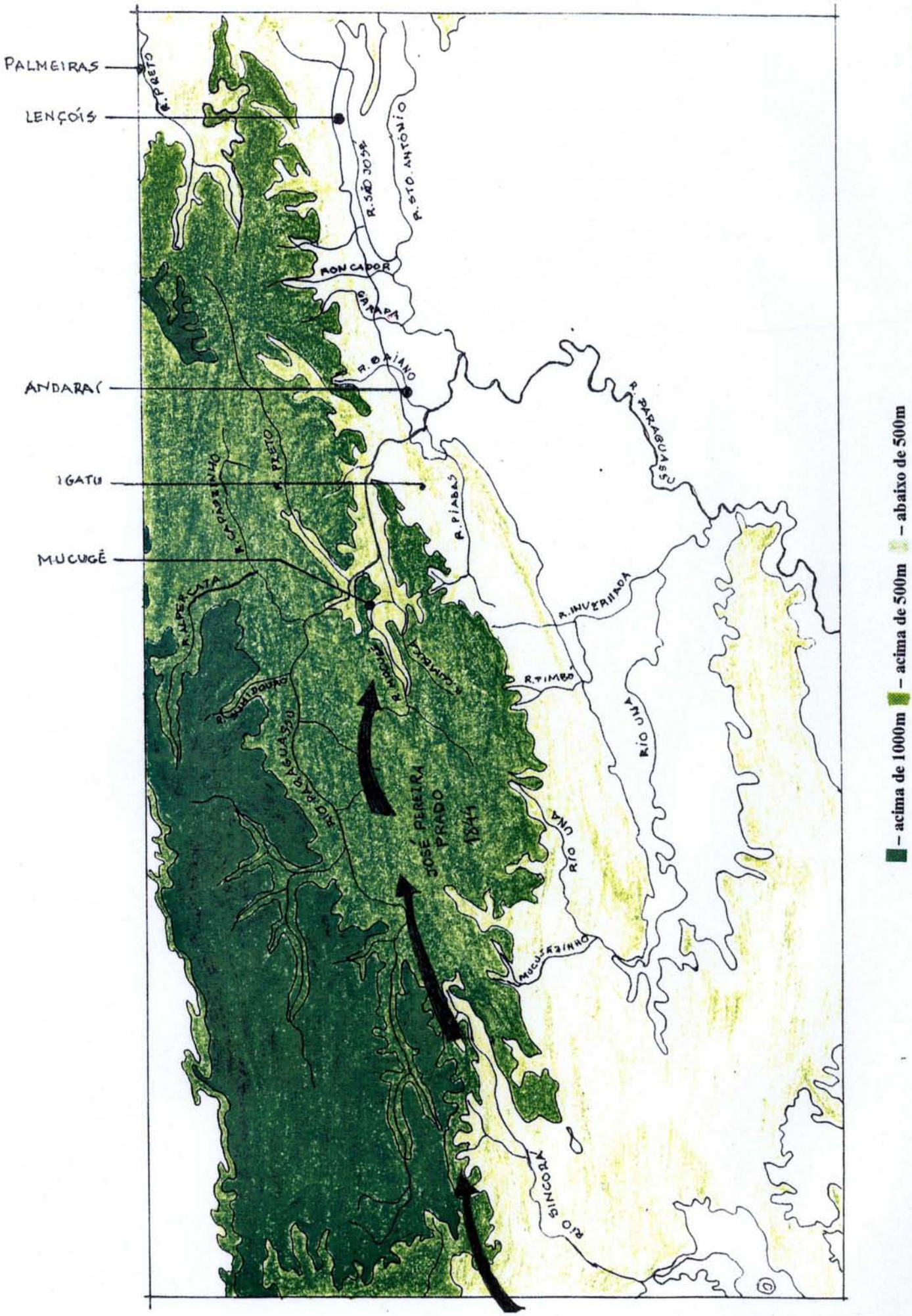


Mapa 5 – Entrada Grabriel Soares de Caça ao Índio 1675 – Rio Paraguaçu / Chapada Diamantina



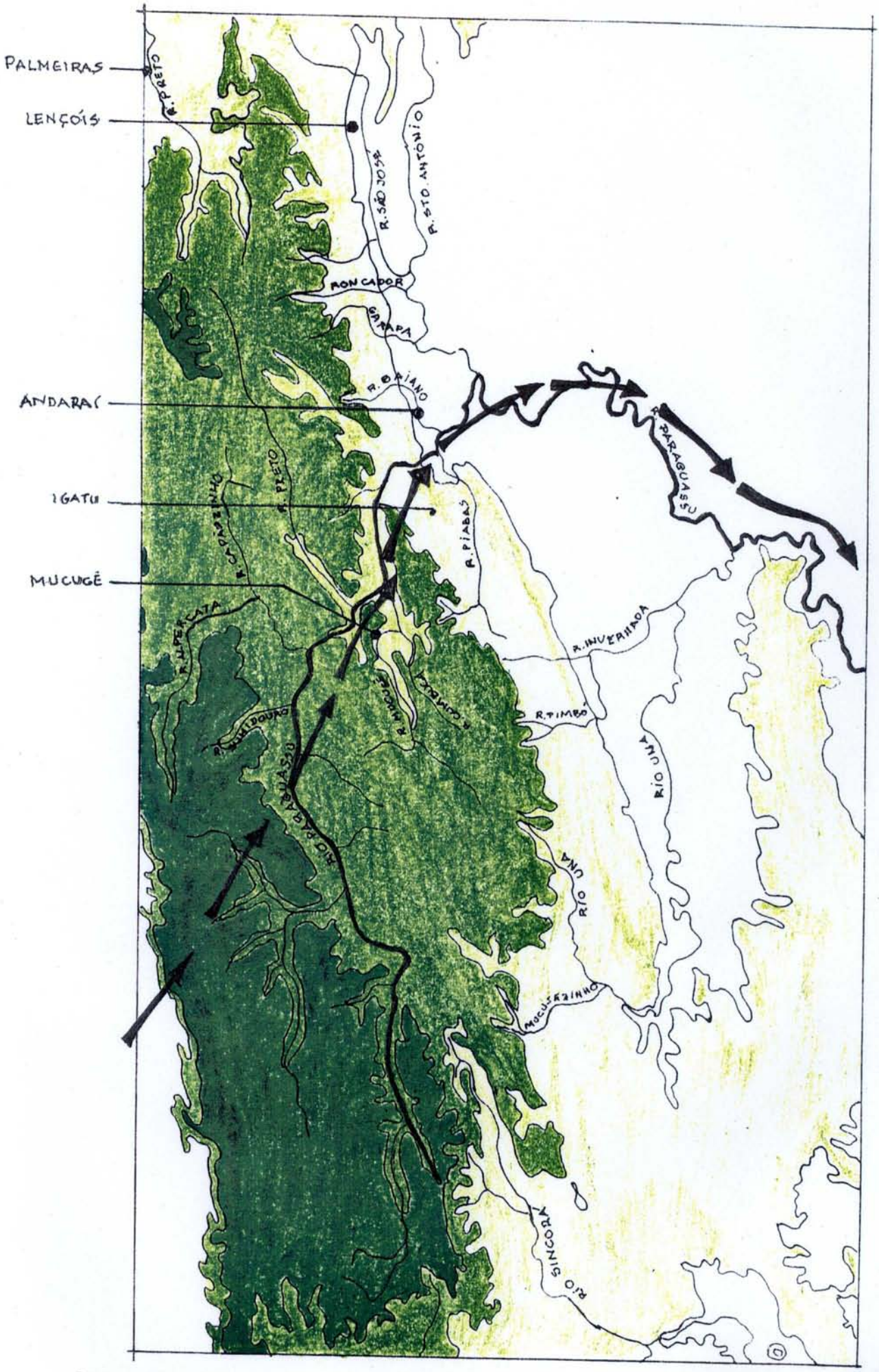
Mapa produzido como trabalho final da disciplina Formação Urbana e Territorial da Bahia séculos XVIII e XIX, junto ao Mestrado de Arquitetura e Urbanismo – Ufba, sob a coordenação do professor Marcos Paraguaçu de Arruda Câmara

Mapa 6 – Descoberta de Diamante em Mucugê 1844 – percurso de José Pereira do Prado



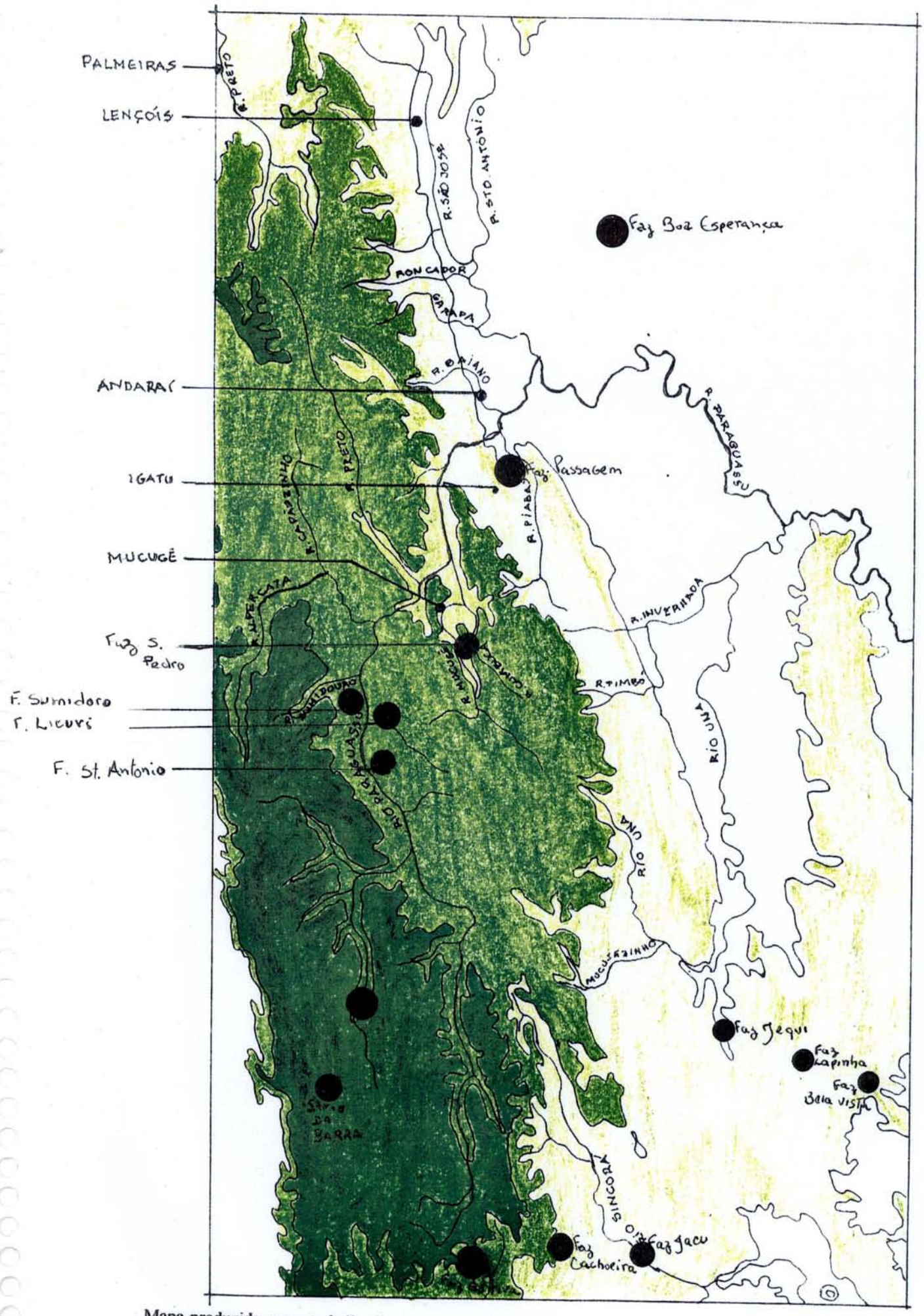
Mapa produzido como trabalho final da disciplina Formação Urbana e Territorial da Bahia séculos XVIII e XIX, junto ao Mestrado de Arquitetura e Urbanismo – Ufba, sob a coordenação do professor Marcos Paraguaçu de Arruda Câmara

Mapa 7 – Viagem de Teodoro Sampaio pela Chapada Diamantina 1879



Mapa produzido como trabalho final da disciplina Formação Urbana e Territorial da Bahia séculos XVIII e XIX, junto ao Mestrado de Arquitetura e Urbanismo – Ufba, sob a coordenação do professor Marcos Paraguaçu de Arruda Câmara

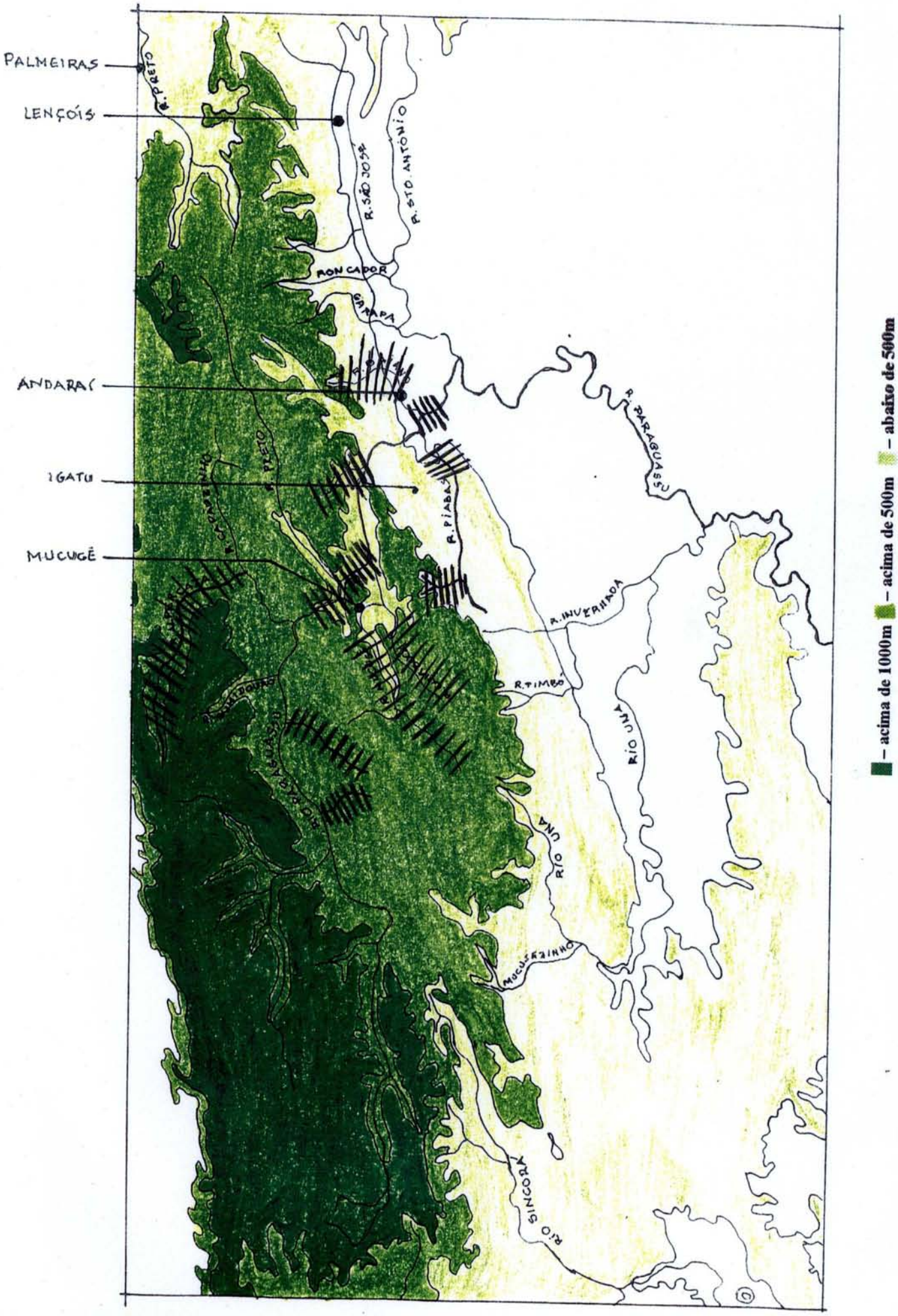
Mapa 8 – Território das Fazendas – Vila de Santa Isabel do Paraguassú



– acima de 1000m – acima de 500m – abaixo de 500m

Mapa produzido como trabalho final da disciplina Formação Urbana e Territorial da Bahia séculos XVIII e XIX, junto ao Mestrado de Arquitetura e Urbanismo – Ufba, sob a coordenação do professor Marcos Paraguaçu de Arruda Câmara

Mapa 9 – Território dos Garimpos – Vila de Santa Isabel do Paraguassú



Mapa produzido como trabalho final da disciplina Formação Urbana e Territorial da Bahia séculos XVIII e XIX, junto ao Mestrado de Arquitetura e Urbanismo – Ufba, sob a coordenação do professor Marcos Paraguaçu de Arruda Câmara

Mapa 10 – Vista parcial da cidade de Mucugê – antiga vila de Santa Isabel do Paraguassú

Mapa produzido como trabalho final da disciplina Formação Urbana e Territorial da Bahia séculos XVIII e XIX, junto ao Mestrado de Arquitetura e Urbanismo – Ufba, sob a coordenação do professor Marcos Paraguaçu de Arruda Câmara